

**UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO**  
**CAMPUS GARANHUNS**  
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS**

**O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ARGUMENTATIVAS NO ENSINO  
FUNDAMENTAL: DIFERENTES TIPOS DE ARGUMENTOS EM TEXTOS DE  
OPINIÃO DE ESTUDANTES DO 5º ANO**

**THIAGO BARROS DOS ANJOS**

**GARANHUNS – PE**  
**2019**

THIAGO BARROS DOS ANJOS

**O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ARGUMENTATIVAS NO ENSINO  
FUNDAMENTAL: DIFERENTES TIPOS DE ARGUMENTOS EM TEXTOS DE  
OPINIÃO DE ESTUDANTES DO 5º ANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, da Universidade de Pernambuco – UPE, Campus Garanhuns, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Leitura e produção textual: diversidade social e práticas docentes.

Orientação: Profa. Dra. Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento

**GARANHUNS – PE  
2019**

THIAGO BARROS DOS ANJOS

**O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ARGUMENTATIVAS NO ENSINO  
FUNDAMENTAL: DIFERENTES TIPOS DE ARGUMENTOS EM TEXTOS DE  
OPINIÃO DE ESTUDANTES DO 5º ANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, da Universidade de Pernambuco – UPE, Campus Garanhuns, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Leitura e produção textual: diversidade social e práticas docentes.

Orientação: Profa. Dra. Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profa. Dra. Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento**  
(Orientadora / UFPE)

---

**Prof. Dr. Fernando Augusto de Lima Oliveira**  
(Examinador Interno / UPE – Profletras)

---

**Profa. Dra. Lidiane Evangelista Lira**  
(Examinadora Externa / UPE)

*Às crianças argumentantes que me fizeram deleitar com suas produções.*

## AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho que, muitas vezes, pensei ser inalcançável, representa mais uma excelente dádiva concedida pelo amado da minh'alma: Deus. A Ele, que liberou sabedoria quando me faltavam as palavras, rendo a mais terna gratidão.

Aos meus pais: Josué (*in memoriam*), que será sempre lembrado pelo exemplo de vida; Luciene, pelas constantes intercessões e por incontáveis atos de amor.

As minhas irmãs: Mirian, pelo apoio a minha carreira acadêmica e pelas palavras de motivação; Elaine, pela realização de meus caprichos e acolhida durante esses anos de curso.

À Profa. Dra. Marcela Regina Nascimento, minha orientadora, pelas sugestões na tecelagem da pesquisa, pela compreensão no atraso dos escritos e pelo ensino que abriu caminho para essa investigação.

Ao Prof. Dr. Fernando Oliveira, que contribuiu significativamente para o meu crescimento acadêmico e apresentou sugestões e críticas para o aprimoramento dessa investigação.

À Profa. Dra. Lidiane Lira, pela leitura minuciosa e comentários pertinentes para construção efetiva da pesquisa.

Às Professoras Gláucia Nascimento (UFPE) e Sônia Pereira (UFRPE), que apontaram os caminhos possíveis para concretização desse trabalho no exame de qualificação.

Aos professores do Profletras, pelas discussões valiosas e por trazer um novo olhar sobre o estudo da língua materna sem opressão.

Aos treze amigos da turma IV do Profletras, cujos nomes não estão aqui citados, mas ficarão eternizados pelas palavras de encorajamento, compartilhamento de saberes e pela amizade que se teceu ao longo do curso.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Enfim, a todos que contribuíram para meu crescimento como pesquisador e por fazerem parte de uma calorosa torcida para finalização deste trabalho.

[...] é possível e desejável começar a ensinar os alunos a produzir textos da ordem do argumentar desde cedo.

Telma Leal e Artur Morais

## RESUMO

O falante da língua materna está em constante interação com os diferentes grupos sociais. Essas relações interacionais são carregadas de argumentatividade, uma vez que a argumentação constitui a função básica da linguagem. No âmbito escolar, o ensino de Língua Portuguesa não restringe apenas ao estudo dos gêneros da ordem do narrar, porém pode ser tratado sob o enfoque argumentativo, uma vez que toda multiplicidade de gêneros possui, velada ou explicitamente, sua dimensão argumentativa. A pesquisa está estruturada em quatro seções e, em linhas gerais, realiza as seguintes considerações: um olhar sobre o *Tratado a Argumentação* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), com ênfase na construção dos diferentes tipos de argumento; a necessidade de se trabalhar com os gêneros argumentativos no âmbito escolar a partir dos estudos de Leal e Morais (2006); o desenvolvimento em sala de aula de uma sequência didática, com foco no gênero texto de opinião e, ainda, uma análise de 12 (doze) textos opinativos para verificação se estudantes estruturam sua opinião embasados nos quatro tipos de argumentos abordados ao longo da sequência, a saber: argumento de autoridade, por evidência, pelo exemplo e de causalidade. A coleta do *corpus* da pesquisa foi realizada em uma escola pública do município de Bom Conselho - PE, com estudantes do 5º ano do ensino fundamental, a partir de uma sequência didática baseada na esquematização de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). Essa investigação adota uma metodologia na perspectiva de pesquisa-ação, a partir dos aportes teóricos de Tripp (2017), e parte da hipótese de que um trabalho metodologicamente ajustado pode contribuir para que os estudantes possam escrever textos de opinião com argumentos consistentes e que deem sustentação à posição defendida. Esse trabalho objetiva analisar a existência de argumentos em textos opinativos, a partir de sua didatização em sala de aula. Acrescenta-se que essa investigação também recorreu as postulações de Fiorin (2016, 2018), Bronckart (2007), e Gagliardi e Amaral (2008), uma vez que suas pesquisas trazem, respectivamente, grandes contribuições sobre a dimensão argumentativa da língua, concepção de gênero de texto e o trabalho didático com os tipos de argumentos no contexto escolar. Os resultados obtidos mostram a recorrência aos múltiplos argumentos do campo da nova retórica e, portanto, validam o trabalho com argumentação desde os anos iniciais de ensino.

**Palavras-chave:** Argumento. Sequência didática. Texto de opinião. Produção escrita.

## ABSTRACT

The mother tongue speaker is in constant interaction with the different social groups. These interactional relationships are loaded with argumentativity, since argumentation is the basic function of language. In the school context, the teaching of Portuguese Language is not restricted to the study of narrative genres, but can be treated under the argumentative approach, since every multiplicity of genres has, veiled or explicitly, its argumentative dimension. The research is structured in four sections and, in general, makes the following considerations: a look at Perelman and Olbrechts-Tyteca's *Treatise on Argumentation* (2005), with emphasis on the construction of different types of argument; the need to work with argumentative genres in the school environment from the studies of Leal and Morais (2006); the development in the classroom of a didactic sequence, focusing on the opinion text genre and also an analysis of 12 (twelve) opinion texts to verify if students structure their opinion based on the four types of arguments addressed throughout the sequence, namely: argument of authority, by evidence, by example, and by causality. The corpus of the research was collected in a public school in the municipality of Bom Conselho - PE, with students of the 5th grade of elementary school, from a didactic sequence based on the schematization of Dolz, Noverraz and Schneuwly (2004). This research adopts a methodology from the perspective of action research, based on Tripp's (2017) theoretical contributions, and starts from the hypothesis that a methodologically adjusted work can contribute to the students to write opinion texts with consistent arguments and give support for the position defended. This paper aims to analyze the existence of arguments in opinionated texts, from their didatization in the classroom. It is added that this investigation also resorted to the postulations of Fiorin (2016, 2018), Bronckart (2007), and Gagliardi and Amaral (2008), since their researches bring, respectively, great contributions on the argumentative dimension of language, conception of text genre and the didactic work with the types of arguments in the school context. The results show the recurrence of multiple arguments in the field of new rhetoric and, therefore, validate the work with argumentation from the early years of education.

**Keywords:** Argument. Following teaching. Opinion text. Written production.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema de autoridade .....	20
Quadro 2 – Argumento de autoridade .....	21
Quadro 3 – Esquema por evidência .....	24
Quadro 4 – Argumento por evidência .....	24
Quadro 5 – Esquema pelo exemplo .....	26
Quadro 6 – Argumento pelo exemplo.....	28
Quadro 7 – Esquema de causalidade .....	30
Quadro 8 – Argumento de causalidade .....	31
Quadro 9 – Esquema da sequência didática .....	59
Quadro 10 – Proposta de produção inicial .....	55
Quadro 11 – Texto de opinião (TO1) .....	70
Quadro 12 – Texto de opinião (TO2) .....	72
Quadro 13 – Texto de opinião (TO3) .....	73
Quadro 14 – Texto de opinião (TO4) .....	75
Quadro 15 – Texto de opinião (TO5) .....	76
Quadro 16 – Texto de opinião (TO6) .....	78
Quadro 17 – Texto de opinião (TO7) .....	80
Quadro 18 – Texto de opinião (TO8) .....	81
Quadro 19 – Texto de opinião (TO9) .....	83
Quadro 20 – Texto de opinião (TO10) .....	85
Quadro 21 – Texto de opinião (TO11) .....	86
Quadro 22 – Texto de opinião (TO12) .....	87

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estágios da argumentação da criança .....	35
Tabela 2 – Agrupamento dos gêneros de texto .....	38
Tabela 3 – Classificação do gênero texto de opinião .....	39
Tabela 4 – Dificuldades no ensino da escrita .....	45
Tabela 5 – Mundo físico de produção textual .....	46
Tabela 6 – Mundo sociosubjetivo de produção textual .....	47
Tabela 7 – Módulo de argumento de autoridade .....	59
Tabela 8 – Atividade de autoridade .....	60
Tabela 9 – Módulo de argumento por evidência .....	61
Tabela 10 – Atividade de evidência.....	62
Tabela 11 – Módulo de argumento pelo exemplo .....	63
Tabela 12 – Atividade de exemplificação .....	64
Tabela 13 – Módulo de argumento de causalidade .....	65
Tabela 14 – Atividade de causa e consequência .....	66
Tabela 15 – Recursos composicionais (TO1) .....	71
Tabela 16 – Recursos composicionais (TO2) .....	73
Tabela 17 – Recursos composicionais (TO3) .....	74
Tabela 18 – Recursos composicionais (TO4) .....	76
Tabela 19 – Recursos composicionais (TO5) .....	78
Tabela 20 – Recursos composicionais (TO6) .....	79
Tabela 21 – Recursos composicionais (TO7) .....	81
Tabela 22 – Recursos composicionais (TO8) .....	82
Tabela 23 – Recursos composicionais (TO9) .....	84
Tabela 24 – Recursos composicionais (TO10) .....	85
Tabela 25 – Recursos composicionais (TO11) .....	87
Tabela 26 – Recursos composicionais (TO12) .....	88
Tabela 27 – Total dos recursos composicionais .....	89

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 A ARGUMENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DOS ARGUMENTOS</b> .....	15
2.1 A argumentação e oralidade .....	15
2.2 O Tratado da Argumentação .....	16
2.3 A construção dos argumentos.....	18
2.3.1 Argumento de autoridade .....	19
2.3.2 Argumento por evidência .....	23
2.3.3 Argumento pelo exemplo .....	26
2.3.4 Argumento de causalidade .....	29
<b>3 A ARGUMENTAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR</b> .....	32
3.1 A argumentação e a criança .....	34
3.2 O texto de opinião na sala de aula .....	37
3.3 A leitura e a escrita do texto de opinião .....	41
<b>4 UM OLHAR SOBRE A SEQUENCIA DIDÁTICA: TEORIA E APLICAÇÃO</b> .....	51
4.1 Os sujeitos da pesquisa .....	51
4.2 A sequência didática .....	53
4.2.1 A produção inicial .....	54
4.2.2 Os módulos .....	57
4.2.3 A produção final .....	67
<b>5 ANÁLISE DOS TEXTOS DE OPINIÃO</b> .....	69
5.1 Os textos de opinião em foco .....	69
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
<b>7 REFERÊNCIAS</b> .....	93
<b>ANEXOS</b> .....	96

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa deve oferecer condições necessárias para que os estudantes adquiram familiaridade com a diversidade de gêneros das diferentes ordens (narração, argumentação, descrição, exposição, injunção). No âmbito escolar, sobretudo nas séries iniciais do ensino fundamental, como salienta o estudo de Leal e Morais (2006), a produção de textos da ordem do argumentar ainda aparece numa escala bem menor quando comparada aos gêneros da ordem do narrar.

Partindo ainda das postulações de Leal e Morais (2006) de que é possível e desejável começar a ensinar os alunos a produzir textos da ordem do argumentar desde cedo, essa pesquisa surge na perspectiva de que a sequência didática pode se apresentar como estratégia didática favorável para uma escrita mais consistente e com possibilidade de adequação às exigências sociais relativas à argumentação.

É relevante esclarecer o modelo teórico de sequência didática adotado está embasado na esquematização de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), visando a produção final de textos de opinião pelos estudantes do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública do município de Bom Conselho – PE. Nessa linha, entende-se, conforme postulação de Koche, Boff e Marinello (2013), que o domínio de uma argumentação consistente e a habilidade de explicar claramente o que é solicitado resultam de procedimentos didáticos adequados.

Entre a multiplicidade de gêneros da ordem do argumentar, Schneuwly e Dolz (2004) citam os seguintes: artigo de opinião, debates, cartas de reclamação, textos de opinião, diálogos argumentativos, resenhas críticas. Dentre os gêneros informados, o trabalho aqui desenvolvido recorreu ao trabalho didático com o texto de opinião.

É importante esclarecer que quando o texto de opinião, ou qualquer outro gênero de texto, é levado para sala de aula é naturalmente didatizado. Silva (2006) explica essa didatização afirmando que o gênero texto de opinião passa por um processo cujos objetivos de leitura e escrita consistem, além dos objetivos originais do gênero, em ensinar habilidades argumentativas necessárias para sua composição.

A conceituação do gênero texto de opinião baseia-se no trabalho de Leal e Morais (2006). Os autores destacam que os textos de opinião constituem uma defesa de pontos de vista de modo direto e central. Dessa forma, o texto de opinião sempre faz emergir uma questão polêmica. Sem a existência de um assunto controverso, não há texto opinativo. Pode-se dizer que o texto de opinião pertence à esfera jornalística. Assim, o projeto se coaduna com a ideia defendida por Faria (2007, p.11) de que “[...] a linguagem jornalística escrita se apresenta como um modelo equilibrado para orientar os professores de português [...]”. Nessa linha, a escrita de um gênero tipicamente jornalístico representa uma excelente estratégia didática para analisar a arquitetura textual dos diferentes tipos de argumentos.

Diante disso, é válido ressaltar que a elaboração de um trabalho acadêmico que traga à tona a questão dos movimentos argumentativos, empregados durante a escrita do gênero texto de opinião (gênero da ordem do argumentar), vem contribuir para que os estudantes do ensino fundamental possam desenvolver e ampliar sua competência discursivo-argumentativa.

Tendo em vista o desenvolvimento da competência argumentativa, escolheu-se como tema para produção inicial e final da sequência didática: Criança (não) deve trabalhar. É importante notar que a palavra *não*, entre parênteses, já encaminha o leitor-produtor para duas leituras prováveis e o incita a uma possível tomada de posição. Um fator que contribuiu para a escolha do tema foi a possibilidade de ouvir vozes de estudantes, entre 9 (nove) e 12 (doze) anos, sobre uma temática que envolve outras crianças.

Nessa linha, a pesquisa objetiva analisar a existência de argumentos em textos opinativos de estudantes do 5º ano, a partir de uma proposta de produção metodologicamente ajustada, e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento consistente do discurso argumentativo. Para tanto, no decurso das oficinas de argumentação (módulos da sequência didática), os estudantes terão contato com outros gêneros, além do texto de opinião: reportagem, infográfico e notícia. A leitura desses gêneros visa fomentar o repertório linguístico de informações, dados e exemplos para arquitetura de argumentos na produção do texto opinativo.

Considerando que é possível trabalhar a argumentação na sala de aula, a pesquisa partiu, em um primeiro plano, do seguinte questionamento: é possível

estudantes do 5º ano do ensino fundamental escrever textos de opinião com diferentes tipos de argumentos? E, ainda, estudantes do 5º ano conseguem trazer a voz do outro, dados de pesquisa, exemplificações e causalidades para organização de textos de opinião? É possível a utilização de mais de um tipo de argumento para fundamentar o seu ponto de vista?

A partir desses questionamentos, esse trabalho propõe a hipótese que um trabalho sistematizado, a partir de um conjunto organizado de atividades relacionadas ao desenvolvimento da capacidade argumentativa, pode contribuir para que os estudantes possam escrever textos de opinião com argumentos consistentes e que deem sustentação à posição defendida.

A pesquisa está estruturada em quatro seções. Inicialmente, em “A argumentação e a construção dos argumentos” observa-se um olhar sobre o *Tratado da Argumentação* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e sua contribuição para o desenvolvimento dos estudos argumentativos. Baseada nos estudos da nova retórica e em estudos mais recentes, como o de Fiorin (2016) e Gagliardi e Amaral (2008), a seção teoriza sobre a arquitetura de quatro argumentos, a saber: argumento de autoridade, por evidência, pelo exemplo e de causalidade. A escolha por esses tipos de argumentos foi ocasionada pelo forte poder de persuasão e o número elevado de uso na escrita dos gêneros da ordem do argumentar.

Na seção sobre “A argumentação no contexto escolar” é destacada que a sala de aula pode se constituir como ambiente favorável para o estudo da argumentação. Nessa seção, evidencia-se os estágios de argumentação da criança e, por conseguinte, comenta sobre a possibilidade de organizar um trabalho sistemático com os gêneros da ordem do argumentar. A pesquisa destaca a definição do gênero texto de opinião e traz um embasamento teórico sobre sua didatização na sala de aula.

A seção intitulada “Um olhar sobre a sequência didática: teoria e prática” empreende algumas considerações teóricas sobre o modelo de sequência proposto por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) e descreve o percurso de execução numa turma de 5º ano. Partindo da ideia de que a sequência didática se organiza a partir de um conjunto organizado de atividades, a seção se propõe a relatar as etapas vivenciadas desde a apresentação da situação, a proposta de inicial de produção, o desenvolvimento dos módulos e a produção final.

A última seção traz uma análise de 12 (doze) textos, resultado final da proposta de produção da sequência didática. Essa análise restringe-se a inserção dos quatro argumentos abordados no desenvolvimento da sequência. A seção apresenta alguns comentários sobre a produção, expondo os movimentos de arquitetura dos múltiplos argumentos. Além disso, apresenta algumas tabelas com o resultado quantitativo do número de argumentos em cada produção textual.

## **2 A ARGUMENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DOS ARGUMENTOS**

O discurso argumentativo constitui um fato marcante na vida diária de qualquer indivíduo. Desde o nascimento, o ser humano já apresenta gestos, balbucios, comportamentos e falas carregadas de argumentatividade. Assim, é possível dizer que o ser humano em suas práticas habituais e reflexivas é, essencialmente, um ser argumentativo.

### **2.1 A oralidade e a argumentação**

O falante da língua materna é um ser social que está em constante interação com seu grupo social, familiar, religioso, escolar e tantos outros possíveis. Essas relações interacionais são dotadas de intencionalidades, muitas vezes imperceptíveis, e, por conseguinte, são constitutivas por uma gama de argumentos que vem validar a ideia de que a argumentação é a função básica da linguagem.

De acordo com Koch (2009, p.17), “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”. Dessa forma, é possível salientar que a argumentação funciona como o aspecto mediador de todas as ações humanas e, por esta razão, os comentários postados nas redes sociais, a tentativa de convencer os pais para a compra do mais recente aparelho tecnológico e o pedido de um adolescente para assistir a um programa proibido para a sua faixa etária são atos que possuem, em maior ou menor grau, a presença da argumentação.

Um olhar sobre a criação do mundo, a partir da perspectiva religiosa, é um olhar sobre um evento de argumentação. Considerando que a Bíblia Sagrada (1999, p.03) afirma que “no princípio, criou Deus os céus e a terra. A terra, porém, estava sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus pairava por sobre as águas. Disse Deus: Haja luz; e houve luz”.

Essa passagem bíblica traz um evento de argumentação, uma vez que há uma tomada de posição diante de uma terra “vazia e sem forma” e “das trevas sobre o abismo”. O orador (Deus) envia uma ordem para que se resplandeça, num ato de afastamento e oposição sobre as trevas existentes. Assim, argumentamos o tempo

todo, as vezes com um grupo social, em outros casos, com um único sujeito, com seres inanimados e até conosco mesmo.

Diante dessas considerações, e até mesmo pela natureza oral da língua, a argumentação tem seu surgimento na oralidade. É o chamado “poder da língua” que movimentou a historicidade de uma nação. Em outras palavras, o poder da argumentação. Dessa forma, foi a argumentação que movimentou os estudos do ocidente para introdução de uma disciplina, a retórica, como estudo das técnicas de persuasão e convencimento. Sobre essa disciplina, Fiorin (2018, p.1015) esclarece:

A retórica é, sem dúvida, a disciplina que na História do Ocidente, deu início aos estudos do discurso. Tira ela seu nome do grego *rhéseis*, que quer dizer “ação da falar”, donde “discurso”. *Rhetoriké* é arte oratória, de convencer pelo discurso. A emergência da primeira disciplina discursiva traz consigo a consciência da heterogeneidade do discurso”.

A Retórica enfatiza que tudo pode ser feito pela palavra, e também desfeito. Por isso, entende-se como uma técnica cujo objetivo essencial estava centrado na apresentação do discurso belo, eficaz, capaz de persuadir. O estudo de Fiorin (2018) enfatiza que por muito tempo a disciplina se firmava na base do ensino, porém, como a chegada do século XX, a retórica passou por um período de descrédito e deixou de ser comparada como arte.

## 2.2 O Tratado da Argumentação

O Tratado da Argumentação: a nova retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, com publicação inicial em 1958, tem um papel relevante nos estudos da argumentação, uma vez que os autores, além de retomarem algumas concepções da retórica, trouxeram um significado mais abrangente para algumas concepções tão singulares para argumentação.

A noção de auditório é um dos conceitos que merecem destaque. Considerando que na tradição retórica o objetivo centrava, quase que exclusivamente, em persuadir e admirar o auditório, numa ocasião pública de fala, por meio do discurso oral belo e “ornamentado”, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) trazem para o centro da discussão que o orador deseja convencer não

somente aquele a quem o discurso se destina, mas também outros indivíduos não presentes fisicamente.

Nessa linha, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) assumem a existência de um auditório discursivo para a modalidade escrita da língua, o que é possível pensar numa dimensão muito mais abrangente e de natureza não simplista. Dessa forma, a noção de auditório para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.22) representa “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”.

Pela heterogeneidade do auditório, Nascimento (2015, p.32) enfatiza “a necessidade de o orador utilizar argumentos múltiplos que possam conquistar os diversos tipos de pessoas que compõe o auditório”. É para esse auditório multifacetado que papel do orador adquire uma maior dimensão, por isso a necessidade de fazer uso de argumentos diversos.

Ao tecer comentários sobre a multiplicidade de argumentos apresentados no *Tratado da Argumentação*, Platin (2008, p.48) reconhece que a “contribuição essencial do *Tratado* é seu inventário das formas argumentativas”. Esse inventário empreende uma argumentação eficaz, que segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.59)

Uma argumentação eficaz é aquela que consegue incrementar a intensidade de adesão, de modo a desencadear entre os ouvintes a ação visada (ação positiva ou abstenção), ou de modo a pelo menos criar entre eles, uma disposição para ação, que se manifeste em momento oportuno.

Para desencadear a adesão dos ouvintes, torna-se relevante conhecer a constitutividade do argumento. Para tanto, é necessário evidenciar alguns conceitos teóricos referenciados no *Tratado da Argumentação* e, também, por estudos mais recentes, como Fiorin (2016), Sacrini (2016) e Gagliardi e Amaral (2008) sobre a arquitetura de quatro argumentos: argumento de autoridade, por evidência, pelo exemplo e causalidade. Além do embasamento teórico, a pesquisa optou por trazer alguns exemplos como forma de elucidar a estrutura composicional de cada um deles.

### 2.3 A construção dos argumentos

A comunicação, oral ou escrita, parte do ato de argumentar, uma vez que todo discurso é marcado pela intencionalidade. Por esta razão, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 04) defendem que “o objeto dessa teoria [da argumentação] é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão à argumentação levantada”. Nessa linha de estudo, a pesquisa se volta para definição de argumento e análise constitutiva dos múltiplos argumentos na arquitetura de um texto.

Em relação ao conceito de argumento, a pesquisa está fundamentada no trabalho de Fiorin (2016, p.116), “argumentos são razões contra determinada tese ou a favor dela, com vistas a persuadir o outro de que ela é justa ou injusta, moral ou imoral, benéfica ou prejudicial, etc”.

É mister ressaltar, à princípio, que argumentar consiste em demonstrar, a partir da linguagem oralizada ou escrita, uma determinada conjuntura de razões que dê sustentação a ideia que se pretende defender. Por assim acreditar, os argumentos se constituem em ensaios para validar a posição de defesa, por isso é essencial saber utilizá-los com proficiência e, ainda, estruturá-los com elementos de força coercitiva (dados de pesquisa, exemplos fidedignos, comparações) que garantam melhor argumentatividade discursiva.

É válido esclarecer que o termo argumento origina-se do latim. Sobre isso, Fiorin (2016, p. 22) faz a seguinte referência:

Não podemos esquecer-nos de que a palavra argumento é formada com a raiz *argu*, que significa “fazer brilhar, cintilar” e que está presente nas palavras portuguesas argênteo, argentário, argento, argentar, argentaria, argentífero, todas provenientes do latim *argentum*, “prata”. O argumento é o que realça, o que faz brilhar uma ideia.

A partir do postulado, nota-se que a expressão “fazer brilhar” remete a questão de clareza. O argumento precisa trazer premissas (evidências, asserções, exemplos) que deem “luz” a conclusão do produtor. A definição de Fiorin (2016) ainda traz a expressão “que realça”, numa tentativa de mostrar que o argumento convence. Entre as partes de discurso, é o argumento com que vai aparecer com maior evidência.

Outra definição importante de argumento, é possível encontrar no recente trabalho de Sacrini (2016, p.15):

Argumentos são estruturas discursivas por meio das quais se justifica uma tese que por si só não é evidente. Essas estruturas discursivas são normalmente utilizadas em contextos sociais nos quais discussões ou controvérsias se desenrolam. [...] vou me limitar a clarificações básicas acerca dos argumentos enquanto estruturas discursivas e de sua função de justificar ou sustentar logicamente teses não evidentes.

A conceituação de Sacrini (2016) ratifica a ideia de argumento com estrutura discursiva. Cabe esclarecer que o termo estrutura está aqui associado a questão organizacional de elementos que compõem a arquitetura de uma proposição. Esses elementos se inter-relacionam. Numa possível composição de um argumento, o produtor pode valer-se um dado de uma pesquisa e, ao mesmo tempo, esse dado se relacionar com um exemplo retirado de seu meio social. Esse encadeamento de elementos é o que justifica a conclusão do produtor.

A definição ainda aponta a utilização do argumento em âmbitos sociais em que se observam discussões e controvérsias, isto é, em todos os lugares, pois o falante da língua está em conflito (no sentido de concordância, ou afastamento de pensamento) com outras pessoas e também consigo. O argumentar consigo mesmo é algo do contexto privado, como defende Leitão (2011, p.14), “também recorreremos a argumentação em contextos privados, quando “argumentamos conosco mesmos” engajados numa espécie de diálogo interno [...].

É certo que há uma diversidade de argumentos, contudo essa definição se aprofunda com mais afinco em quatro tipos, a saber: argumento de autoridade, argumento por evidência, argumento pelo exemplo e argumento de causalidade.

### **2.3.1 Argumento de autoridade**

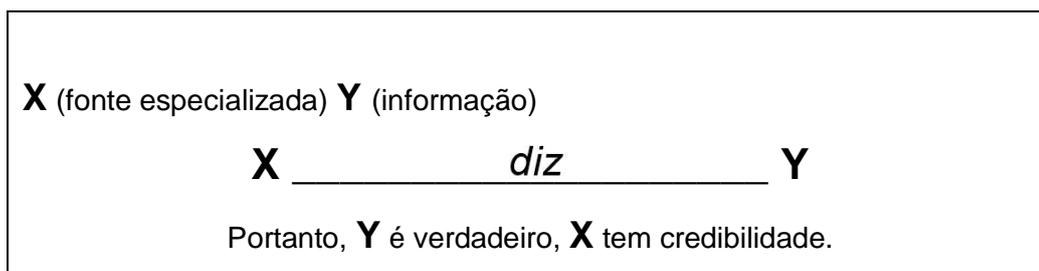
Muitos argumentos têm seu caráter influenciador pela palavra de honra, pela palavra de prestígio de quem enuncia. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.348) “o argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”.

Na construção do argumento de autoridade, condicionado pelo prestígio, o produtor reforça a ideia defendida, utilizando-se do discurso alheio, marcado ou não marcado. Esse discurso da autoridade pode trazer maior aceitabilidade ao ponto de vista defendido, uma vez que o discurso evocado confere credibilidade e poder de convencimento a favor da argumentação pretendida.

Dependendo do tema em questão, o discurso de um líder político, um especialista ou algum estudioso pode caracterizar como discurso respeitável. Essa autoridade de respeito, valorizada, traz a voz que dialoga com o ponto de vista do produtor. Ao tecer comentário sobre o argumento de autoridade, Fiorin (2016, p.176) propõe que “o objetivo é levar a plateia a aceitar um ponto de vista, baseando-se na autoridade de quem enuncia, no seu conhecimento especializado, na sua credibilidade ou na sua integridade pessoal”.

A partir das experiências vividas, acesso à literatura e contato com os múltiplos meios de informação, é possível obter um bom domínio em assuntos variados, porém isso não torna alguém em um especialista em todas as áreas do conhecimento. O argumento de autoridade surge da necessidade de recorrência do discurso alheio, uma vez que desfruta de certo grau de confiabilidade. O esquema de Weston (2009) exemplifica o argumento da seguinte maneira:

#### Quadro 1 – Esquema de autoridade



Fonte: Adaptação de Weston (2009).

A pretensão do esquema é mostrar que X (fonte especializada) impõe respeito, uma espécie de reverência pelo que representa num determinado campo específico de conhecimento. Considerando que o produtor não domina todos os temas possíveis, a busca pela informação do outro, alguém que domina uma área específica do saber, apresenta-se como ferramenta necessária para credibilidade textual. Fiorin (2016, p.176) ratifica que “esse tipo de argumento é o que é chamado,

em retórica, de argumento de autoridade ou *argumentum ad verecundiam*, isto é, argumento que apela para modéstia, para o respeito, para a reverência”.

A escolha de uma autoridade deve ser algo bem criterioso, tendo em vista que acreditar em terceiros, sem um conhecimento de suas qualificações, pode ser arriscado. Para tanto, faz-se preciso destacar dois princípios básicos que devem ser considerados para que alguém se configure como autoridade: conhecimento do assunto (ordem do saber) e reconhecimento por um determinado auditório (ordem do poder).

A primeira ordem (ordem do saber) está ligada ao conhecimento construído em um campo específico de estudo. Dessa forma, é possível citar que um professor representa uma autoridade pelo embasamento teórico construído ao longo de sua formação, por isso tem a aptidão, autorização, para escrever sobre educação, por exemplo. A segunda ordem (ordem do poder) diz respeito ao fato de ter certo reconhecimento e influência em seus possíveis leitores. É óbvio que nem sempre isso é possível, por isso muitos textos trazem na arquitetura interna ou como nota de rodapé as credenciais da autoria. Isso serve como reforço sobre o poder que o esse produtor exerce dentro de um determinado grupo.

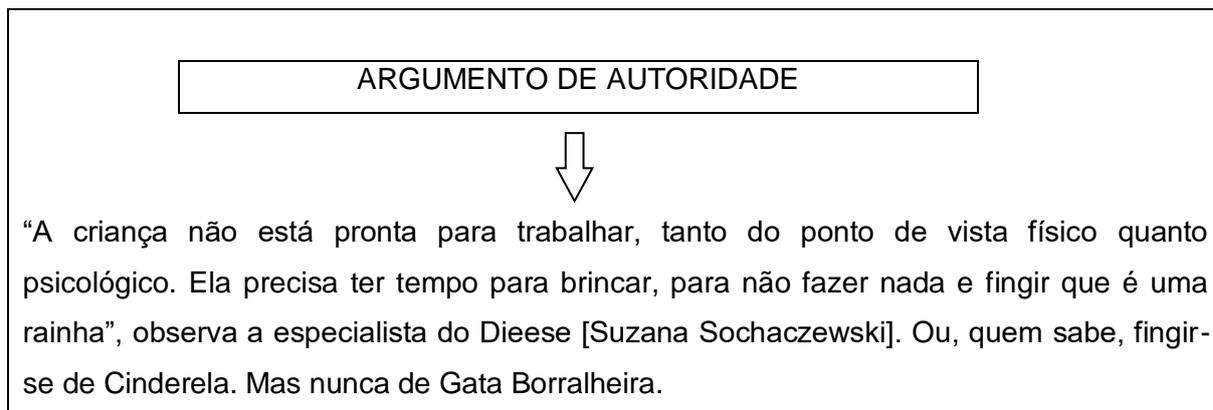
Ainda em relação a ordem de poder, Medeiros e Tomasi (2007, p. 183) acrescentam que “autoridades aceitas por uma comunidade se constituem em expedientes que conferem credibilidade e poder de persuasão a um texto”. Nessa linha, a escolha de uma autoridade deve ser bem pensada. É recomendável, portanto, certo reconhecimento da credibilidade que ela possui entre os possíveis leitores do texto, para que, dessa forma, haja uma maior aceitação quando o texto opinativo vier a ser recebido pelo público-alvo.

Para efeito didático e, ainda, numa tentativa de não apenas teorizar sobre a estrutura composicional de cada argumento, a pesquisa se propõe, nessa seção, demonstrar um exemplo de cada tipo de argumento. Para tal amostragem, recorre-se a reportagem “Trabalho infantil doméstico: bom pra quem?”<sup>1</sup> (Anexo A), publicada no exemplar didático Projeto Buriti (2011), o qual é destinado aos estudantes do 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental.

---

<sup>1</sup> A reportagem citada foi utilizada como texto de apoio no decurso das Oficinas de Argumentação (descrição na seção 04 da pesquisa) e encontra-se no livro didático Projeto Buriti (2011) da Editora Moderna, destinado para estudantes do 5º ano do ensino fundamental. Esse exemplar foi adotado pela rede municipal de Bom Conselho – PE nos anos de 2016 a 2018.

## Quadro 2 – Argumento de autoridade



Fonte: Projeto Buriti (2011).

A estruturação do argumento de autoridade é realizada a partir do discurso direto marcado da socióloga Suzana Sochaczewski, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Diesse. Essa forma de construção do argumento é conhecida como dialogismo por composição. Para Fiorin (2006, p. 32), “[...] o dialogismo é uma forma composicional. São maneiras externas e visíveis de mostrar outras vozes no discurso”.

No exemplo citado, o produtor marca nitidamente a voz da socióloga. O limite entre o discurso do produtor e da socióloga (discurso citado) é marcado pelas aspas. É por isso que Fiorin (2006, p. 37) afirma que “as aspas servem para demarcar o discurso do outro”. O discurso citado é abertamente mostrado e nitidamente separado do discurso citante. Essa estratégia é apenas uma tentativa de simular a enunciação, pois quando o produtor, “senhor do texto”, transporta a voz do outro, não é possível uma fidelidade absoluta ao discurso primeiro, uma vez que o contexto já não é o mesmo.

O ensino do argumento de autoridade na produção de texto opinativo relaciona-se com a responsabilidade de mostrar como se organiza e se constrói esse tipo de argumento, fazendo com que o aluno traga para o seu texto uma voz que dialogue com a posição tomada. A inserção do discurso alheio num texto de opinião visa criar um sentido de verdade. Sobre isso, Cunha (2003, p. 166) defende que “[...] é por meio das formas marcadas e não marcadas de dialogismo que percebemos a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual [...]”.

Ao utilizar o argumento de autoridade, o produtor pode valer-se tanto do discurso direto (aquele que vem aspeado), como do discurso indireto (ausência das

aspas), porém o mais importante é o conhecimento do discurso alheio, da pessoa que o preferiu e da sua devida aplicabilidade na estruturação textual.

Vale a pena esclarecer que essa ideia de discurso direto é apenas uma tentativa de simular a enunciação, pois quando o produtor, “senhor do texto”, transporta a voz do outro, não é possível uma fidelidade absoluta ao discurso primeiro, uma vez que o contexto já não é o mesmo. Contudo, aos olhos do leitor, isso não será percebido.

O discurso indireto está subordinado ao modo de dizer do produtor. A utilização indireta de uma citação está mais propensa a manipulação por parte do produtor. Nesse tipo de discurso, o produtor tem a possibilidade de selecionar os aspectos mais relevantes de um texto alheio, criando o efeito de sentido desejado. Para efeito argumentativo, o agente-produtor, no discurso indireto, pode eliminar os elementos emocionais presente em um texto e expor uma voz mais racional, objetiva.

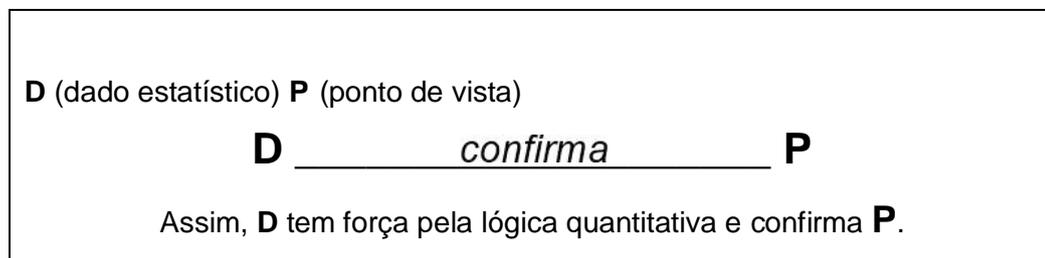
### **2.3.2 Argumento por evidência**

O argumento por evidência está baseado, principalmente, nos referenciais de Gagliardi e Amaral (2008). Para as autoras, esse tipo de argumento tem seu caráter influenciador pela lógica quantitativa, uma vez que funciona como apelo à maioria pela lógica numérica. Os autores trazem considerações relevantes para esse tipo de argumento (denominado também como argumento de prova), enfatizando a utilização de dados estatísticos, divulgados por institutos de pesquisas reconhecidos na sociedade, como meio para tornar irrefutável o pensamento defendido.

A construção discursiva do argumento por evidência acontece principalmente a partir da difusão de provas concretas coletadas socialmente. Essas evidências, em geral, podem ser obtidas em gráficos e infográficos, mas também em textos da ordem do expor e argumentar. Essas provas pretendem convencer o auditório por razões quantitativas. É nessa perspectiva de *lugar de quantidade* que Selivon (2006, p. 53) conceitua que “o lugar de quantidade afirma que alguma coisa é melhor que outra por razões quantitativas. É a superioridade do que é admitido em maior número”.

O argumento por evidência pretende levar o leitor a aceitabilidade da posição em defesa a partir dos dados estatísticos. A construção desse tipo de argumento vem convergir com um famoso ditado popular: contra fatos não há argumentos. É por isso que a exposição de dados de uma pesquisa tende garantir certo caráter de veracidade e autenticidade sobre o que se afirma. Os dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por exemplo, funcionam eficazmente para construção desse tipo de argumento. Nessa linha, o esquema para o argumento por evidência pode ser elaborado da seguinte forma:

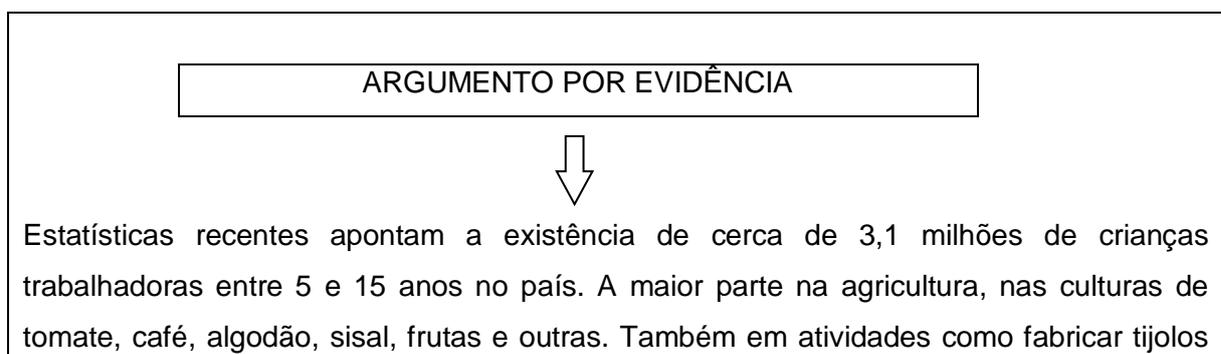
Quadro 3 – Esquema por evidência



Fonte: Do autor da pesquisa.

O esquema reforça a ideia da lógica quantitativa. O D (dado) possui grande peso argumentativo, por isso confirma P (ponto de vista). Os dados numéricos que evidenciem elevada porcentagem e até mesmo um número de alto valor podem deixar a argumentação mais confiável, principalmente quando se recorre a um instituto de aceitação público. O exemplo apresentado para o argumento por evidência foi transcrito do texto de opinião “Trabalho infantil consome futuro de muitas crianças”<sup>2</sup> (Anexo B), de autoria de Azevedo (2008):

Quadro 4 – Argumento por evidência



<sup>2</sup> Esse texto de opinião foi estudado ao longo dos módulos da sequência didática (descrição na seção 04 da pesquisa), de autoria de Azevedo (2008).

ou blocos, quebrar pedras ou produzir carvão vegetal. Nas cidades, trabalham como empregadas domésticas, nos lixões catando material reciclável, como *office boys*, vendedoras de doces nos semáforos e “aviões” para o tráfico de drogas.

Fonte: Azevedo (2015).

As estatísticas recentes apresentadas pelo autor (3,1 milhões de crianças trabalhadoras) confirmam a ideia de que o trabalho infantil é uma realidade na sociedade brasileira. A divulgação desse número elevado (lógica quantitativa) colabora para que o auditório seja comovido e aceite com maior facilidade o ponto de vista do produtor. Essas informações quando bem introduzidas no texto opinativo dão maior poder argumentativo ao texto. Nesse Sentido, Faria (2007, p. 101) salienta que “o levantamento de dados é fundamental para dar ao aluno as informações necessárias a fim de redigir com segurança”.

Para produzir o argumento por evidência é preciso ir à busca de informações sistematizadas, advindas de fontes confiáveis. É preciso ir muito além das conversações entre os amigos, isso implica leitura diária, interpretação de gráficos e infográficos, acompanhamento de notícias, reportagens e outras espécies de gêneros informativos, pois é absolutamente impossível opinar sem conhecer os dados.

O produtor do texto opinativo precisa saber que a construção de um discurso argumentativo que interaja com os dados de uma pesquisa vai sempre exigir uma interpretação acertada dos dados coletados e saber o momento oportuno para sua inserção. Diante disso, Antunes (2003, p.55) observa que “[...] é relevante prever como a informação vai ser distribuída ao longo do texto [...]”. Nessa linha, ressalta-se que saber o momento ideal para exposição da ideia extraída dos dados é condição necessária para que o argumento de prova tenha autenticidade na persuasão do leitor.

É válido ressaltar que a construção do argumento por evidência vai depender de uma interpretação acurada principalmente dos gêneros gráficos e infográficos. Não se pode negar o uso crescente uso desses gêneros de texto na difusão de informações, por isso Ribeiro (2016, p.38) confirma que

A produção jornalística tem claramente se apropriado dos conhecimentos produzidos em visualização de informação. Revistas como *SuperInteressante* já foram premiadas por sua produção de infográficos. Tanto em suas versões impressas quanto nas digitais, jornais, revistas vêm se esmerando na produção de gráficos capazes de sintetizar e apresentar informações, evitando tabelas e narrativas mais difíceis de compreender.

Na arquitetura do argumento por evidência deve-se considerar a interpretação de textos multimodais. Para tanto, é imprescindível o trabalho do professor na ininterrupta tarefa de como sistematizar um dado significativo de um texto multimodal para um texto opinativo. Essa transposição não deve ocorrer a qualquer momento, mas de modo que a estruturação quantitativa ganhe evidência na conjectura textual.

### 2.3.3 Argumento pelo exemplo

Muitos argumentos se fundamentam em exemplos retirados da própria realidade. O argumento pelo exemplo vai buscar casos particulares, principalmente no âmbito social, para estruturação do princípio que se deseja defender. No argumento pela exemplificação, conceituado por Gagliardi e Amaral (2008, p. 37), o autor “relata um fato ocorrido com ele ou com alguém para dar um exemplo de como aquilo que ele defende é válido”.

No argumento pelo exemplo, o produtor menciona um pequeno fato (real ou fictício) com a intenção de reforçar e validar a ideia defendida. Esse exemplo representativo serve para mostrar que o agente-produtor tem profundo saber sobre o que se fala. As situações reais evocadas – ou até mesmo fictícias – funcionam para provar a tese defendida. Nesse tipo de argumento, observa-se a presença marcante do contexto social vivido pelo produtor. Um possível esquema para o argumento pelo exemplo pode assim ser proposto:

Quadro 5 – Esquema pelo exemplo



Fonte: Do autor da pesquisa.

O quadro esquematiza que E (exemplo) tem força argumentativa, tornando P (ponto de vista) mais aceitável. O exemplo funciona como justificativa para a posição defendida pelo produtor. Para tanto, é necessário trazer à tona, como defendem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 402), “um relato concreto que o ouvinte não tem motivo para pôr em dúvida”.

Não há dúvida que a escolha de um exemplo pode comprometer o ponto de vista do produtor. Portanto, a exemplificação deve, necessariamente, estar em consonância com a tese textual. Esse exemplo ilustrativo, na visão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) deve possuir status de concretude, pois essa solidez não deixará que a dúvida prevaleça no auditório e, conseqüentemente, a ideia defendida alcançará êxito.

É relevante que na construção discursiva do argumento pelo exemplo, o produtor se utilize de mais de um exemplo. Às vezes, apenas um fato representativo pode parecer algo isolado e, conseqüentemente, sem tanta força de persuasão. O uso de dois ou mais exemplos contempla um repertório maior de situações que tendem a validar a ideia em defesa. Esse recurso funciona como “amostragem”, a qual pode ser retirada da realidade do produtor/leitor, do contexto midiático e/ou da própria literatura.

O número de exemplos que deve ser utilizado vai depender muito da temática em discussão, porém é certo que ao abordar um assunto com uma representação quantitativa elevada (os números da exploração infantil, os números da violência contra a mulher) é preferível a exposição de exemplos em larga escala, uma vez que vem ratificar os dados quantitativos mostrados na construção do texto e funciona como uma espécie de interação entre exemplos. Sobre esse processo interacional, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 404) destacam:

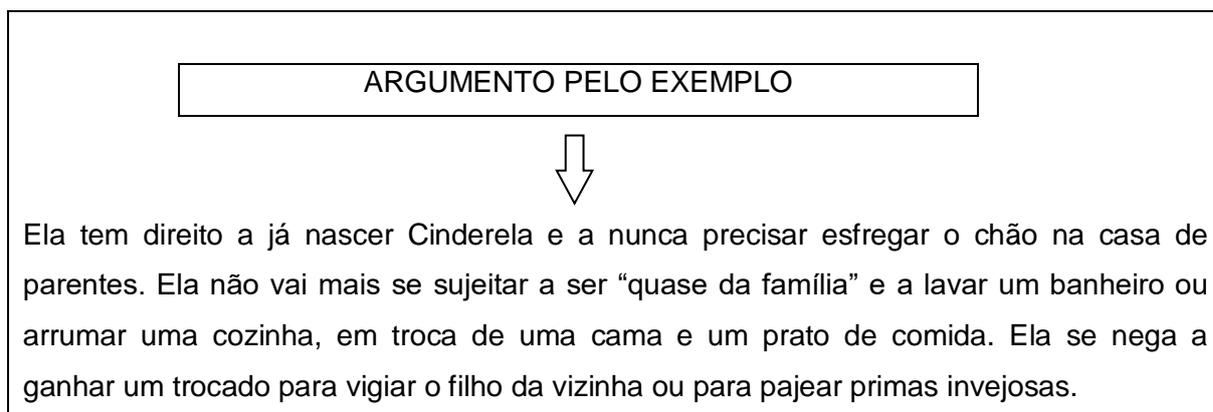
Observemos a propósito disso que os exemplos interagem, no sentido de que a menção de um novo exemplo modifica o significado dos exemplos já conhecidos; ela permite especificar o ponto de vista sob qual fatos anteriores deveriam ser considerados.

Na elaboração desse modelo de argumento, a utilização de exemplos representativos é uma possível alternativa para reforçar a tese em defesa. Exemplos que ganharam evidência nas redes midiáticas e do contexto cultural dos possíveis

leitores funcionam veementemente na coercitividade textual, a própria literatura e até mesmo a Bíblia Sagrada, livro mais lido do mundo, podem trazer exemplos plausíveis para validar a posição em defesa.

A pesquisa traz como exemplo do argumento em foco um fragmento da reportagem “Trabalho infantil doméstico: bom pra quem? (Anexo A), publicada no livro didático Projeto Buriti (2011).

#### Quadro 6 – Argumento pelo exemplo



Fonte: Projeto Buriti (2011).

Considerando o fragmento proposto, a construção do argumento pelo exemplo é feita a partir da divulgação de múltiplas situações, colhidas socialmente, em que muitas crianças são exploradas no trabalho: esfregar o chão, lavar banheiro, arrumar cozinha, vigiar o filho da vizinha. Para defender a ideia de que a criança não deve ser explorada (“gata borralheira”), mas livre (“Cinderela”) desde o nascimento, o produtor recorre a um conto bem conhecido da literatura infantil e acrescenta exemplos de exploração do próprio texto literário e de situações da realidade brasileira.

Quando o argumento é construído a partir de exemplos fidedignos, retirados do meio social comum (orador/auditório), há grande possibilidade de ser recebido de forma plausível pelo leitor, principalmente pelo fato de participar diretamente desse mesmo contexto social. Convencer esse tipo de leitor torna-se, nessa linha, mais fácil, visto que tende a compactuar com as exemplificações visíveis do seu mundo social.

A elaboração do argumento pelo exemplo pode ocorrer sem grande dificuldade, uma vez que se torna propício escrever a respeito de uma situação na

qual o próprio produtor é participante. Por isso, o argumento por exemplificação consiste numa interação entre auditório e orador, assim como afirma Sobral (2009, p. 40), “a interação é apresentada assim como constitutiva do processo contínuo de criação do sentido, pois, sem ela, há uma separação, ou afastamento, do diálogo e, portanto, não há sentido”.

As experiências de outras pessoas constituem-se em bons exemplos para a composição desse modelo de argumento. Para isso, basta pensar o quanto alguém pode ser influenciado para comprar um carro específico ou, ainda, escolher uma escola para seu filho estudar a partir de relato-exemplos alheios. O relato de experiências de outrem pode estruturar esse tipo de argumento, porém deve-se observar se esse alguém se constitui como autoridade para validar a tese defendida.

É verdade que a menção das experiências vividas por terceiros e o uso de exemplos colhidos nos meios de comunicação (exemplos particulares), quando bem propostos na arquitetura textual, permitem estabelecer uma generalização de força coerciva. Usando como exemplo o fragmento da reportagem “Trabalho infantil doméstico: bom pra quem? é possível perceber: se a exploração está presente na literatura, e a literatura remete a realidade, então, a exploração no trabalho é uma questão presente na sociedade.

#### **2.3.4 Argumento de causalidade**

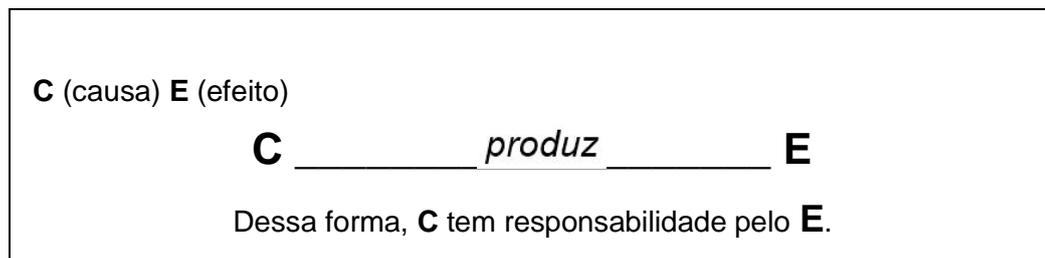
Para iniciar a definição do argumento de causalidade, é possível pensar nas seguintes proposições: a criação bovina ocorre à custa da destruição das florestas; a criança desmotivada abandona os estudos; a falta de políticas públicas agrava o desemprego. Todas essas afirmações trazem à tona as causas e seus respectivos efeitos. Ao falar sobre a argumentação a partir da causalidade, Fiorin (20016, p. 151) fomenta:

Uma das formas de argumentar é expor a causa dos fenômenos. O conceito de causa foi uma das questões mais debatidas na história da filosofia. A causalidade supõe um encadeamento dos fatos, em que um acontecimento antecedente produz um dado efeito.

Dessa forma, a argumentação pode ser realizada a partir do levantamento das possíveis causas de um determinado problema. Aqui reside o ponto central do

argumento de causalidade. Esse tipo de argumento é muito utilizado pelos produtores de textos opinativos e carrega um grau elevado de persuasão. É nesse tipo de argumento, também conhecido como argumento de causa e consequência, que se mostra a causa possível (o motivo, o porquê) que pode ser responsável por certas consequências (os efeitos). É possível elaborar o seguinte modelo de esquema para o argumento de causalidade:

Quadro 7 – Esquema de causalidade



Fonte: Do autor da pesquisa.

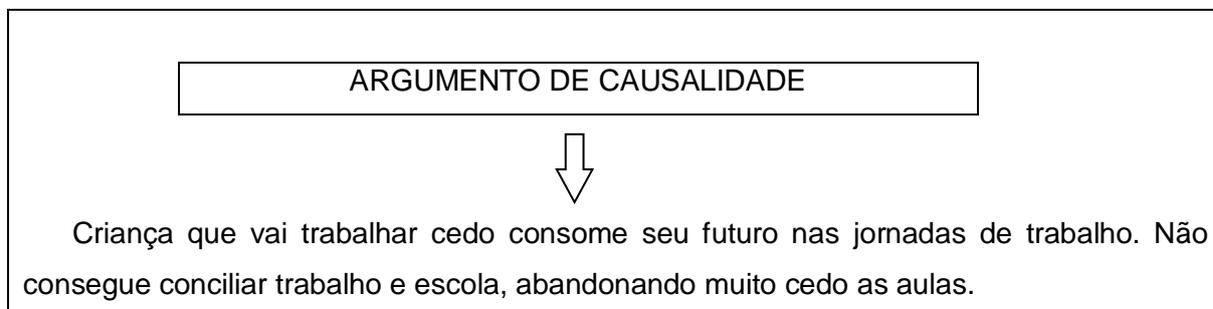
O esquema sintetiza a lógica que C (causa) pode produzir E (efeito). Esse princípio de causalidade converge que para cada ação (causa) há sempre uma reação (consequência). Weston (2009) ao comentar sobre o argumento de causalidade sugere alternativas para construir um argumento consistente: explicar de que modo a causa leva ao efeito e propor a causa mais provável.

As relações causais nem sempre são fáceis de serem identificadas, isso vai exigir esforço do produtor que deseja construir uma argumentação bem fundamentada. É por isso que Sacrini (2016, p.210) ratifica que “é verdade que se espera reconhecer nos encadeamentos causais condições casualmente necessárias de cada efeito, sem os quais eles certamente não se produziram”. Aqui reside o cuidado na arquitetura estrutural do argumento da causalidade, é preciso dar ênfase à causa principal e, por conseguinte, encadear com os efeitos produzidos necessários para a defesa do ponto de vista.

O argumento de causalidade encontra espaço para todos os temas polemizados e pode ser bem aproveitado em qualquer situação discursiva. É interessante ressaltar que um mesmo assunto pode trazer uma multiplicidade de causas, porém cabe ao produtor escolher aquela (ou aquelas) que mais intensifica (m) o propósito comunicativo. O exemplo lógico de causalidade foi coletado no texto

de opinião “Trabalho infantil consome futuro de muitas crianças” (Anexo B), de autoria de Azevedo (2008):

#### Quadro 8 – Argumento causalidade



Fonte: Projeto Buriti (2011).

O trecho proposto traz a lógica da causalidade em sua construção discursiva. É aquela lógica que diz respeito a uma conhecida máxima de que “uma coisa leva a outra”. Em suma, a criança que vai trabalho cedo (causa) não consegue conciliar trabalho e escola e abandona muito aulas (efeitos).

Esse recurso argumentativo de relação causal enfatiza que um fato ocorre em decorrência do outro (vice-versa). Essas relações causais nem sempre são fáceis de serem identificadas, isso vai exigir esforço do produtor, principalmente quando criança, que deseja construir uma argumentação bem fundamentada.

O argumento de causalidade constitui-se como marca explícita do discurso. A exibição do motivo e do seu possível efeito é realizada propositalmente com o intuito de fazer o leitor concordar com a posição do argumentante. Essa forma de construção textual visa insuflar o pensamento do leitor, levando-o a compactuar com a ideia defendida.

As técnicas de argumentação, incluindo aqui a produção de argumentos, devem ser aprendidas na escola e, para tanto, pressupõe-se uma série de leituras e escritas constantes. Dar ênfase a tais práticas, desafiando os argumentantes a experimentar essas condutas sociodiscursivas, é a grande tarefa do ambiente escolar, oportunizando uma melhor ampliação na capacidade argumentativa dos estudantes.

### 3 A ARGUMENTAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Hoje, é possível perceber um notório crescimento em pensar a argumentação nos diferentes campos: jurídico, religioso, político e, também, educacional. Os estudos recentes de Souza (2003)<sup>3</sup>, Leal e Moraes (2006)<sup>4</sup> e Leitão e Damianovic (2011)<sup>5</sup> tratam com muito afinco sobre a necessidade de uma pedagogia da argumentação. Essa última expressão refere-se ao trabalho didático para criação de alternativas com os gêneros do argumentar, em que como afirma Mateus (2016, p.44) “mais pessoas sejam capazes de pensar criticamente, de refletir cuidadosamente e de se posicionar de forma articulada frente a questões sociais de natureza política, econômica, cultural”.

O discurso argumentativo tem presença constante no contexto escolar dos interactantes da língua, seja num debate sobre um acontecimento recente noticiado pelos meios de comunicação, ou na produção de um texto opinativo para compor o jornalzinho da escola. Nota-se que esses discursos não se restringem à fala. Eles podem ser dados por escrito e têm a possibilidade de obter grande circulação social. Jornais (impressos ou virtuais) e revistas cumprem muito bem essa função, principalmente com a publicação de textos da ordem do argumentar.

No âmbito escolar, assim como na esfera jornalística, o discurso argumentativo escrito não se constrói a partir do amontoado de palavras, mas como afirma Bronckart (2007, p.145) “[...] combina propriedades textuais e as características de um ato (ou de uma conduta de linguagem), realizado (a) em uma determinada situação [...]”.

Nas abordagens de ensino da língua portuguesa, o discurso de caráter argumentativo escrito é pouco analisado a partir de observações que contribuam para a construção da competência discursiva do aluno. Tal ausência decorre,

---

<sup>3</sup> Lusinete Vasconcelos de Souza em *As proezas das crianças em textos de opinião* (2003) desenvolveu um trabalho à luz da argumentação. Essa experiência exitosa da pesquisadora serve como guia para o trabalho com textos opinativos e mostra o desenvolvimento dos mecanismos argumentativos de produção de textos.

<sup>4</sup> Leal e Moraes na obra *A argumentação em textos escritos: a criança e a escola* (2006) fizeram uma análise bem aprofundada de textos de crianças entre 8 e 12 anos com foco nas estratégias de argumentação adotadas pelos alunos. Além disso, os autores refletem sobre o papel da atividade didática na construção da linguagem argumentativa.

<sup>5</sup> As pesquisadoras Leitão e Damianovic organizaram uma série de onze artigos: *Argumentação na escola: o conhecimento em construção* (2011). A obra oferece pressupostos teóricos para o estudo específico da argumentação no ambiente escolar.

possivelmente, pelo fato de o professor não considerar a análise argumentativa como essencial para o aprimoramento discursivo/argumentativo do aluno.

Para tanto, faz-se necessário o trabalho pesquisador do professor. Nessa linha, Freire (1996, p.32) esclarece que “faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa”. Assim, é possível dizer que não há docência sem pesquisa, uma vez que ela faz surgir novas ideias para a prática na sala de aula. Ela oferece ao professor-pesquisador maiores alternativas para trabalhar satisfatoriamente a temática em questão.

O usuário da língua argumenta o tempo todo, às vezes nem se dá conta disso. É notório nas atividades diárias dos interactantes o uso de um conjunto de recursos oferecidos pela língua que objetiva persuadir o outro. Sustentando esse pensamento, Medeiros e Tomasi (2007, p.173) afirmam que “a linguagem, portanto, não é neutra nem ingênua; ela cumpre objetivos e realiza intenções”.

Um falante da língua forma seu ponto de vista com base no cruzamento de outros já existentes. O discurso individual é marcado, portanto, por outros discursos. No processo dialógico vê-se que o falante resgata, incorpora e toma para si discursos alheios, atuais ou antigos. Os discursos alheios servem como recurso para que o usuário da língua sustente sua argumentação. Ao fomentar sobre essa dialogicidade discursiva Bakhtin (2003, p.410) escreve:

Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo, existem massas imensas e limitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação.

No âmbito da dialogicidade, pressupõe que os discursos ganham um maior peso semântico quando produzidos na interação entre os sujeitos, numa situação concreta para o exercício da linguagem. Vê-se, também, que a concepção bakhtiniana tem caráter argumentativo, visto que ao evidenciar que os discursos reviverão em forma renovada, supõe-se que eles já foram influenciados por outros, para agora, num novo contexto, evidenciar a intencionalidade do falante. Em outras palavras, argumentar.

Pela amplitude do termo argumentação e para melhor efeito didático, a definição adotada pauta-se na ideia de criar argumentos sequenciais que servirão

para validar a posição que se quer defender. Evidencia-se argumentação, agora, como recurso linguístico escrito capaz de convencer o leitor.

O ato de argumentar pode ser assim definitivo como uma ação intencional/interacional na qual o usuário da língua utiliza a palavra escrita para defender seu ponto de vista. Quem argumenta se vale dos discursos alheios, dados de pesquisas, fatos notificados na TV, o cotidiano das pessoas e até valores éticos que servem de alicerce para sustentação de uma ideia. Nessa perspectiva, Medeiros e Tomasi (2007, p. 173) afirmam:

O texto argumentativo defende um ponto de vista, que é formado por experiências acumuladas, educação familiar, amizades, leituras, informações obtidas, desenvolvimento da capacidade de compreender e elaborar uma mensagem de modo que a outra pessoa entenda o que se deseja transmitir. O ponto de vista serve para manter a unidade do texto.

A marca do discurso argumentativo é persuadir de forma que as estratégias utilizadas produzam efeito para quem lê. A defesa de um ponto de vista exige, obviamente, pesquisa sobre o assunto (leituras em jornais, livros, revistas, ouvir especialistas). Esse procedimento é fundamental para tornar o texto coerente e com possibilidade de convencer o leitor.

### **3.1 A argumentação e a criança**

A criança argumenta o tempo todo e, às vezes, nem se dá conta disso. Ela interage com outras crianças, adultos e até mesmo seres inanimados. Por esta razão, os considerados abusos excessivos da criança, o não querer realizar uma atividade escolar e o querer um brinquedo exclusivo são ações constitutivas, em maior ou menor escala, de argumentatividade.

Ao lembrar essa série de situações cotidianas de argumentação da criança, é válido diferenciar duas formas de argumentar: o modelo de colaboração e o modelo do embate. A linha é muito tênue entre o colaborar e o embater. No primeiro caso, a criança traz sua visão, suas preferências e seu querer de modo colaborativo. Numa conversa com um adulto, por exemplo, o modelo do colaborativo funciona como explicação, justificativa para defesa de sua opinião. O segundo caso, funciona como uma “briga”, numa intenção sem limites de vencer o outro. Vale esclarecer, que o

adulto também se permite para esse embate e a necessidade de vencer aparece de ambos os lados. Por esta razão, pode-se partir para o castigo, o grito, a agressão (adulto) ou para o choro, gritos e birras (criança).

A argumentação da criança é formada pelas experiências acumuladas, mesmo que em número reduzido, pela educação familiar, pelo convívio com seu grupo social, religioso e escolar, pelas informações obtidas nos meios de comunicação e, ainda, por outras formas de leitura do mundo. Tudo isso terá um peso significativo na formação das preferências, na articulação das ideias, na contra argumentação e, conseqüentemente, no encadeamento de uma argumentação colaborativa ou de embate.

Leal e Morais (2006) colocaram em evidência um importante estudo sobre a argumentação na linguagem da criança, de autoria de Miller, no ano de 1987. Este analisou o uso de estratégias argumentativas, na modalidade oral da língua, e traçou um perfil sobre a capacidade de argumentar em cada faixa etária. A tabela a seguir, apresenta um breve resumo dos estágios observados a partir dos comentários observados na pesquisa de Leal e Morais (2006):

Tabela 1 – Estágios da argumentação da criança

<b>ESTÁGIOS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS ARGUMENTATIVAS</b>
<b>ESTÁGIO 0</b> (3 anos)	As crianças não apresentam justificativas quando há conflito de pontos de vista.
<b>ESTÁGIO 1</b> (5 anos)	As crianças são capazes de rejeitar o ponto de vista oposto, no entanto, não distinguem claramente os argumentos mais sustentáveis e relevantes.
<b>ESTÁGIO 2</b> (6-9 anos)	As crianças já são capazes de perceber os argumentos mais sustentáveis e relevantes.
<b>ESTÁGIO 3</b> (11-14 anos)	As crianças são capazes de construir hierarquia de argumentos.

Fonte: Adaptação de Leal e Morais (2006).

Esses estágios da criança servem como princípios orientadores que podem ser úteis na escolha do gênero de texto e construção da atividade didática. É preciso lembrar que a inclusão da criança em uma determinada categoria não depende

apenas de sua faixa etária, mas principalmente da vivência diária a partir de experiências com argumentação. É por isso que se tem observado, recentemente, um crescente número de estudos com foco no discurso da criança, sobre isso Faria (2004, p.40) evidencia:

Até bem pouco tempo atrás, havia pouco interesse pelas condutas linguísticas das crianças, especialmente em relação à argumentação, pois se acreditavam que esse tipo de discurso só se fizesse presente em adultos e jovens. Quando as crianças eram estudadas, apareciam sempre num estágio pré-argumentativo.

Os estudos contemporâneos evidenciam em conversas diárias, em situações públicas com crianças-interactantes, o uso de um conjunto de recursos oferecidos pela língua que objetiva persuadir o outro. Em estudo sobre a argumentação na linguagem infantil, Leilão e Banks-Leite (2012, p.49) defendem que “as crianças não só são capazes de justificar posições desde muito cedo, como também esperam o mesmo da parte de outros e sabem que justificativas são elementos decisivos para que se possa “vencer” uma argumentação”.

Esse despertar de interesse na construção do pensamento argumentativo da criança aponta para a necessidade de um olhar nos diferentes âmbitos em que a criança está inserida. Considerando a amplitude de tais âmbitos, a pesquisa restringe ao contexto de sala de aula (âmbito educacional) e, mais especificamente, na modalidade escrita da língua.

Tornou-se recorrente se ouvir, principalmente por parte dos professores dos anos iniciais, que os alunos não sabem argumentar e que os escritos não passam de linhas mal traçadas. Mas, como defende Souza (2003), uma análise atenta nas atividades propostas na sala de aula pode mostrar que, em alguns casos, as situações elaboradas não enfocam com propriedade o desenvolvimento da argumentação.

O modelo de atividade tem um papel de relevância no (não) desenvolvimento argumentativo da criança. No ensino da língua portuguesa, muitas atividades não são construídas de forma que contribuam para construção da competência discursiva. Sobre o papel da escola na construção argumentativa da criança Leal e Morais (2006, p.233) salientam:

[...] embora as crianças sejam potencialmente capazes de elaborar estratégias diversificadas para defender seus pontos de vistas, é na escola que elas mais podem refletir sobre tais estratégias e desenvolver outras que sejam adequadas às variadas finalidades que guiam nossas atividades de elaborar textos.

Sabendo que a argumentação é também construída através da educação escolar, não se pode negar a missão ininterrupta da escola na formação do estudante-argumentante. As relações professor-aluno, aluno-aluno, aluno-atividade podem garantir esse aprimoramento. São aspectos que merecem um olhar reflexivo e dão pistas para o trabalho certo no desenvolvimento da capacidade argumentativa.

### **3.2 O texto de opinião na sala de aula**

O ensino da língua portuguesa no contexto escolar, principalmente nas séries iniciais, ainda se prende ao uso, quase que exclusivo, dos gêneros da ordem do narrar, como aponta o estudo de Leal e Moraes (2006). Parece que há uma espécie de normatização para que os gêneros narrativos sejam didaticamente trabalhados com mais intensidade. Basta observar as inúmeras fábulas, contos e tantas outras narrativas que ocupam um lugar de destaque na sala de aula. A escolha por esse tipo de discurso pode ser explicada pela crença que ainda se tem nele como modelo de língua pautado na gramática normativa, e que segue o padrão clássico de uma elite intelectual que o classificou como sendo de “bons autores”.

Uma ação pedagógica que privilegie apenas uma modalidade de discurso (o narrativo) não tende a contribuir significativamente para que o aluno amplie sua competência enquanto leitor/escritor. Agir dessa forma é desconhecer a multiplicidade de gêneros que circulam socialmente, fechando os olhos às inúmeras possibilidades e estratégias para o ensino da língua.

Além de privilegiar determinado mundo discursivo, a escola utiliza-se desse texto para ensinar equivocadamente a gramática normativa. Na maioria das vezes, o ensino tende a fugir do texto e a aula se resume em regras gramaticais, muita decoreba, frases isoladas e exercícios prontos. Atividades que não contribuem para o desenvolvimento da competência discursiva.

Para Faria (2007, p.11) “a linguagem jornalística escrita se apresenta como um modelo equilibrado para orientar os professores de português [...]”. De acordo

com a autora, a utilização do jornal na sala de aula representa um excelente material didático alternativo para consolidar o estudo dos gêneros textuais a partir de uma perspectiva interacional da língua.

Diante disso, entende-se que o uso do jornal pode mostrar como alunos e professores podem melhorar o ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Através dessa proposta, é possível incorporar os textos da ordem do argumentar, retirados dos meios de comunicação de massa em suas atividades diárias, favorecendo o contato do aluno com textos autênticos e provenientes do seu meio social.

Schneuwly e Dolz (2004) agrupam os gêneros textuais a partir das seguintes ordens: relatar, narrar, argumentar, expor e instruir. Numa tentativa de exemplificar cada agrupamento, as autoras Koche, Boff e Marinello (2013) trazem os seguintes pressupostos para definição das ordens:

Tabela 2 – Agrupamento dos gêneros de texto

<b>ORDEM</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>	<b>EXEMPLO</b>
Relatar	Volta-se à documentação e memorização de ações humanas. Mostra experiências vividas, situadas no tempo	Biografia Diário Crônica esportiva
Narrar	Representa uma recriação do real. Isso pode ser visualizado na literatura ficcional.	Conto Fábula Romance
Argumentar	Diz respeito à discussão de problemas controversos. O que se busca é a sustentação de uma opinião ou sua refutação.	Artigo de opinião Editorial Carta do leitor
Expor	Refere-se à apresentação e construção de diferentes formas dos saberes.	Texto explicativo Verbetes Seminário
Instruir	Diz respeito às normas que devem ser seguidas para atingir algum objetivo.	Receita Manual de instrução Regulamento

Fonte: Koche, Boff e Marinello (2013).

Entre os múltiplos gêneros da ordem do argumentar, Schneuwly e Dolz (2004) citam os seguintes gêneros: artigo de opinião, debates, cartas de reclamação, textos de opinião, diálogos argumentativos, resenhas críticas. Na tentativa de uma possível

definição do gênero texto de opinião, recorreram-se, sobretudo, as postulações de Leal e Morais (2006), os quais produziram um material didático alternativo para o uso do texto opinativo no âmbito escolar.

Na pesquisa *A argumentação em textos escritos: a criança e a escola*, Leal e Morais (2006) destacam que em um texto de opinião um tema seria o foco textual. Para os autores, os textos de opinião possuem como núcleo conceitual a intencionalidade quanto à defesa de pontos de vista. Dessa forma, o texto de opinião sempre faz emergir uma questão polêmica. Sem a existência de um assunto controverso, não há texto opinativo.

O texto de opinião é um gênero em que há predominância do discurso argumentativo. Para Silva (2009, p.02), “o autor desse gênero apresenta uma opinião, sustenta ou refuta opiniões anteriores com base no seu conhecimento e na leitura real, a fim de convencer o leitor através da argumentação”. Para tanto, o produtor pode se valer de valores religiosos, figuras retóricas, dados de pesquisas ou outro recurso que favoreça o poder persuasivo.

Baseado na proposta de Baltar (2006), é possível elaborar o seguinte quadro elucidativo sobre o texto de opinião:

Tabela 3 – Classificação do texto de opinião

<b>GÊNERO TEXTUAL</b>	<b>TIPO DE DISCURSO</b>	<b>SUPOORTE TEXTUAL</b>	<b>INTERAÇÃO VERBAL</b>
Texto de opinião	Argumentativo	Jornal, revista, mural, redes sociais, etc.	Produtor/leitor

Fonte: Adaptação de Baltar (2006).

É importante esclarecer que quando o texto opinativo ou qualquer outro gênero é levado para o âmbito escolar, ele é naturalmente didatizado. Silva (2009, p. 05) explica essa didatização afirmando que tal gênero “[...] passa por um processo cujos objetivos de leitura e escrita consistem, além dos objetivos originais do gênero, em ensinar habilidades linguísticas e discursivas necessárias para a sua compreensão e elaboração textual”.

Mesmo com esse processo de didatização, a escrita do texto opinativo na sala de aula tornar-se relevante, principalmente porque propicia a atuação social do

aluno-produtor como sujeito que acrescenta, reafirma ou se contrapõe aos discursos existentes em seu contexto, dialogando de uma forma diferente com o seu meio social.

Nessa perspectiva, percebe-se que a utilização do texto de opinião num ambiente escolar passa a ter dois grandes objetivos que se completam:

- I. Argumentar sobre questões polêmicas de relevância social, criadas em torno de um fato que foi notícia (objetivo do gênero);
- II. Desenvolver habilidades discursivas para escrita do texto opinativo na sala de aula (objetivo da aula de língua portuguesa).

Dessa forma, pode-se dizer que o ensino ganha uma espécie de duplicidade funcional. A primeira baseia-se na finalidade já existente que o texto de opinião possui na sociedade. A segunda está associada ao objetivo geral da aula. Numa concepção interacional, essa função dupla do ensino jamais tende a ser dissociável, ao contrário, uma integra a outra e ambas favorecem no desenvolvimento da competência discursiva do aluno-produtor

É pertinente enunciar que o termo competência está sendo usado na perspectiva de Perrenoud (1999), quando esclarece que ela só pode ser construída a partir de situações reais de comunicação, visto que são as atividades legítimas de linguagem que permitem que os usuários de uma língua desenvolvam esquemas de uso associados aos diferentes ambientes discursivos.

O ambiente discursivo mais comum para encontrar um texto de opinião escrito é a imprensa escrita. Por isso, a didatização de um gênero jornalístico pode corresponder a proposta de atividade legítima do ensino da língua, propiciando que o aluno-produtor participe das múltiplas discussões de sua comunidade e, sobretudo, tramite sua discursividade do âmbito escolar para o jornalístico.

Essa tramitação ocorrida é de grande valia para consolidação dos objetivos propostos, uma vez que propicia uma interação sociodiscursiva entre dois ambientes distintos. Aqui reside o princípio básico para o aprimoramento da competência discursiva. Este consiste em saber utilizar a linguagem com proficiência nas diferentes situações de interação social.

A didatização do texto opinativo oferece a vantagem de se trabalhar com textos autênticos, escritos por especialistas e que possuem um nível elevado na argumentatividade. Por isso, acredita-se que a inserção desse gênero pode diversificar a aula com produção textual, em sobreposição à redação escolar, a qual ainda é destinada exclusivamente ao professor e com o fim único de se obter uma nota. A esse propósito Pécora (1999, p. 86) afirma:

A atividade passa a ser algo semelhante a percorrer uma “via-crúcis” gráfica que lhe cabe por dever e por lição de casa e ao fim desta receberá uma recompensa, a nota. Essa é a imagem da escrita que é consagrada pela escola. A bem dizer, uma boa parte do que foi escrito não chega a ser escrita, é mera redação.

O texto de opinião na sala de aula pode favorecer ao professor no trabalho com a produção escrita dialógica, visando atingir objetivos sociodiscursivos específicos. Caso contrário, o texto opinativo apenas será usado como pretexto para um ensino de redação que nem sempre contribui para a formação do leitor/escritor.

### **3.3 A leitura e escrita do texto de opinião**

Muitos são os estudos realizados, no contexto atual brasileiro, sobre a importância do ato de ler. Para Silva (1984, p.43-44), “[...] o propósito básico de qualquer leitura é a apreensão dos significados mediatizados ou fixados pelo discurso escrito”. Trabalhar essa apreensão textual não é tarefa simples, mas algo bastante complexo, pois implica uma atividade colaborativa entre autor, texto, leitor, e contexto. Ao tecer comentário sobre essa compreensão de significados, Marcuschi (2008, p. 229-230) escreve:

Compreender bem um texto não é uma atividade natural nem uma herança genética; nem uma ação individual isolada do meio e da sociedade em que se vive. Compreender exige habilidade, interação e trabalho. [...] compreender não é uma ação apenas linguística ou cognitiva. É muito mais uma forma de inserção no mundo e um modo de agir sobre o mundo na relação com o outro dentro de uma cultura e uma sociedade.

O autor deixa transparecer que o ensino de leitura exige habilidade, interação e trabalho. Observa-se então a grande tarefa da escola, e por que não dizer do professor, na preparação das aulas de língua portuguesa. Este tem a possibilidade

de assumir o papel de mediador do processo de leitura, fazendo com que o ato de ler não se resuma à simplista decodificação do signo linguístico.

Nota-se, também, que a competência de compreensão textual não é algo genético, nem tampouco se adquire repentinamente. Exige prática constante, sobretudo na escola, visto que ler ensina a ler. Apesar de parecer redundante, isso é uma grande realidade. Quanto mais se tem contato com a diversidade de textos tem-se maior possibilidade para se tornar um usuário competente da língua.

Como lembra Marcuschi (2008) não é necessário ficar argumentando e reargumentando sobre a relevância da leitura, já que o ato de ler abrange as diferentes áreas do agir humano. Contudo, é preciso elencar alguns pontos importantes para o trabalho eficaz na leitura do gênero em estudo. As estratégias de leitura para o texto de opinião poderão servir para análise e compreensão do gênero, por isso, ao ler o texto opinativo o professor deve ter em mente que o uso da língua é específico em cada campo de atuação humana, e cada esfera exige uma forma de atuar com a linguagem.

É importante que o primeiro contato do aluno com o texto opinativo seja a partir do veículo portador do gênero, que pode ser o jornal ou a revista. Mesmo que o texto seja xerografado, cabe ao professor levar para a sala o suporte textual. Quando a leitura é assim realizada, favorece na compreensão, na organização do texto e auxilia para melhor percepção do caráter histórico e social do gênero.

Esse é um momento importante para o professor fomentar sobre a força político-ideológica que o jornal exerce na sociedade e ainda mostrar ao aluno a multiplicidade dos gêneros jornalísticos existentes. Essa ocasião pode favorecer para se trabalhar a diferenciação entre eles, considerando tanto a finalidade de cada gênero, como suas características discursivas. Um trabalho bem orientado facilita para que o aluno reconheça no texto de opinião numa gama de gêneros existentes.

Para depreender a essência do texto opinativo, faz-se preciso lembrar a importância de uma releitura textual. Quanto a isso, Koch (2009, p. 161) comenta:

Importante é o aprendiz notar que cada nova leitura de um texto lhe permitirá desvelar novas significações, não detectadas nas leituras anteriores. Esse fato poderá inclusive, servir-lhe de motivação, despertando-lhe maior gosto pela leitura ao perceber que, pela reconstrução que ele próprio faz do texto, acaba por recriá-lo, tornando-se, por assim dizer, o seu co-autor.

Daí a necessidade da releitura do texto, pois a cada nova leitura tem-se uma nova descoberta. Acrescenta-se, ainda, que a leitura primeira do texto está mais centrada na decodificação da escrita do que na compreensão textual. Antunes (2003, p.27) define que “quase sempre, nessas circunstâncias, não há leitura, porque não há “encontro” com ninguém do outro lado do texto”.

Vale lembrar que esse trabalho, seja uma simples leitura inicial ou até mesmo uma releitura mais sofisticada, jamais deve ter como intuito uma cobrança puramente escolar. Esta consiste em interesses avaliativos que transforma o espaço destinado à leitura em um ambiente de futuras cobranças. Ao contrário disso, a leitura deve ter função social, que coincida com aquilo que o aluno precisa ler fora da escola.

Sabendo que todo texto de opinião é produzido a partir de uma questão polêmica, a leitura desse gênero deve, obviamente, fazer com que o aluno identifique essa temática controversa. Dessa forma, ela favorecerá tanto na atualização do aluno sobre o que acontece no meio social, quanto irá despertar-lhe o desejo de querer participar desses acontecimentos.

Assim sendo, o ensino de leitura assume uma função inteiramente vinculada aos usos sociais, por isso, nesse espaço, é importante o desenvolvimento de estratégias com base na leitura colaborativa. Esta propicia uma melhor capacidade de participar das discussões, com argumentos convincentes, sobre o meio em que se vive. Luft (1985, p.12) aponta para a necessidade de se trabalhar na sala de aula essa troca de informação, afirmando que o aluno “precisa apenas liberar mais suas capacidades nesse campo, aprender a ler e escrever, ser exposto a excelentes modelos de língua escrita e oral, e fazer tudo isso com prazer e segurança, sem medo”.

A leitura do texto de opinião oferece inúmeras possibilidades para construção dessa leitura dialógica. Pode-se fazer isso a partir de um dado estatístico do texto, resultado de uma pesquisa científica ou uma informação interessante exposta pelo produtor. O trabalho com a leitura do texto opinativo pode ir muito além da simples identificação de uma questão polêmica. Quando bem realizado, permite desvelar a intencionalidade na produção da linguagem. Para tanto, é imprescindível a leitura das entrelinhas, é enxergar na construção do discurso aquilo que se chama de o não-dito. Sobre esse aspecto Koch (2009, p.159) destaca:

Assim, nas aulas de leitura, é importante conscientizar o aprendiz da existência, em cada texto, de diversos níveis de significação. Isto é, cumpre mostrar-lhe que, além da significação explícita, existe toda uma gama de significações implícitas, muito mais sutis, diretamente ligadas à intencionalidade do produtor.

A atividade de interpretação, no que diz respeito à questão dos implícitos, deve ser bem trabalhada na leitura dos textos, pois o querer dizer do autor pode tomar uma forma bastante indireta e somente uma leitura mais acurada é capaz de captar essas pressuposições. Para entender o não-dito, grande força argumentativa do texto de opinião, necessita-se de uma compreensão quase que integral do enunciado (o dito), leitura e releitura dos argumentos e contra-argumentos do produtor, comparando sempre com as outras vozes que aparecem no discurso.

Ao referenciar o processo de compreensão textual, Marcuschi (2008) declara que compreender é inferir. Assim sendo, a atividade inferencial é mais um recurso que o professor precisa trabalhar ao longo do estudo sobre o texto opinativo. Essa atividade também vai muito além do entendimento de leitura como um ato decodificador, pois possui uma base sociointerativa que traz à tona os conhecimentos prévios construídos socialmente.

Tais conhecimentos têm um papel muito eficaz para realização da atividade inferencial. Por isso, o professor precisa resgatar em seu alunado as leituras, reflexões e vivências armazenadas sobre determinado assunto. Todo esse conhecimento de mundo, junto com as leituras semióticas (peças teatrais, filmes, livros) constitui o lastro disponível para realização de uma inferência. Sobre a atividade inferencial, Marcuschi (2008 p. 239) afirma:

No processo de compreensão, desenvolvemos atividades inferenciais. [Com esta posição admitimos que compreender é partir dos conhecimentos (informações) trazidos pelo texto e dos conhecimentos pessoais (chamados de conhecimentos enciclopédicos) para produzir (inferir) um sentido como produto de nossa leitura. Compreender um texto é realizar inferências a partir das informações dadas no texto e situadas em contextos mais amplos.]”.

A realização da inferência em um texto de opinião dá-se pela apreensão do enunciado escrito mais conhecimento de mundo do leitor. Quando esses dois conhecimentos se juntam, um subsidiando o outro, a atividade inferencial propicia uma melhor compreensão da intencionalidade discursiva do autor.

Essas são apenas algumas reflexões e, até mesmo, sugestões para o trabalho com a leitura do texto opinativo. Vale lembrar que quando entendidas e colocadas em prática muito servirão para o desenvolvimento do que mais se prega no decurso desta pesquisa: a competência argumentativa.

Ao longo do tempo, a escrita tornou-se uma prática social de grande relevância em todas as esferas da sociedade. Hoje, o número de gêneros escritos é muito elevado, o que permite afirmar que saber escrevê-los é condição quase que essencial para qualquer pessoa que deseja participar com autonomia das instâncias sociais.

O ensino da escrita na escola tem sido bastante problemático. A tabela a seguir demonstra os fatores que contribuem negativamente para o trabalho com a escrita, principalmente nas aulas de língua portuguesa:

Tabela 4 – Dificuldades no ensino da escrita

<b>FATORES QUE DIFICULTAM O ENSINO DA ESCRITA</b>
<b>1. A situação improvisada e sem planejamento.</b> O texto é endereçado ao professor, e este vai avaliar segundo critérios nunca explicitados e, ao final, colocar uma nota “X”;
<b>2. A dependência da gramática normativa.</b> Ela serve de referência para o ensino da escrita. Escrever bem, nessa perspectiva, é escrever sem erros ortográficos;
<b>3. A negligência aos aspectos pragmáticos da língua.</b> Não se enxerga a função comunicativo-interativa da escrita (quem, quando, onde, para quem, como, para que), e sim uma forma de exercitar a letra;
<b>4. A preocupação com a “correção”.</b> O importante é passar a limpo, eliminando os borrões do rascunho ou os erros ligados aos aspectos gramaticais.
<b>5. O desconhecimento da estrutura discursiva do gênero.</b> Solicita-se a escrita de determinado gênero sem ter sido feito, anteriormente, um estudo sobre ele. O aluno ainda não domina o gênero.

Fonte: Do autor da pesquisa.

Urge repensar a prática da escrita na escola e garantir um espaço para esta atividade, de forma que tal prática tenha legitimidade e função social. É preciso

desenvolver competência discursiva escrita com sequências didáticas metodologicamente ajustadas e contextualmente adequadas.

Elaborar um texto de qualquer gênero implica várias etapas. Segundo Antunes (2003, p.54):

[...] produzir um texto escrito não é uma tarefa que implica apenas no ato de escrever. Não começa, portanto, quando tomamos nas mãos papel e lápis. Supõe, ao contrário, várias etapas, interdependentes e intercomplementares, que vão desde o planejamento, passando pela escrita propriamente, até o momento posterior da revisão e da reescrita.

A escrita do texto de opinião é uma possível alternativa para se chegar a esse fim, uma vez que o trabalho primeiro com a leitura levará o aluno à familiarização com o gênero em sua totalidade, tendo possivelmente conhecido outros textos que falam sobre a temática a ser escrita, precisando, agora, apenas conhecer em qual contexto de produção está inserido.

Na visão de Bronckart (2007, p.93) “o contexto de produção pode ser definido como o conjunto de parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado”. Entre esses fatores influenciáveis na produção do texto destacam-se dois mundos: o físico e o sociosubjetivo. Quanto ao mundo físico, é importante que o aluno-produtor (re) conheça os seguintes fatores que exercem uma influência na organização textual:

Tabela 5 – Mundo físico de produção textual

<b>MUNDO FÍSICO</b>
I) <u>O lugar da produção</u> : corresponde ao lugar físico em que o texto é produzido;
II) <u>O momento de produção</u> : relaciona-se ao espaço de tempo durante o qual o texto é produzido;
III) <u>O agente-produtor</u> : diz respeito à pessoa que produz fisicamente o texto;
IV) <u>O agente-leitor</u> : refere-se à pessoa que vai receber o texto.

Fonte: Adaptação de Bronckart (2007).

Em relação ao mundo sociosubjetivo, convém mencionar, consoante quadro abaixo, quatro aspectos de natureza social que também influenciam na escrita de um texto:

Tabela 6 – Mundo sociosubjetivo de produção textual

MUNDO SOCIOSUBJETIVO
<p>I) <u>O lugar social</u>: relaciona-se ao modo de interação ocorrida numa instituição social em que o texto é produzido (interação escolar, familiar e outras);</p> <p>II) <u>A posição social do agente-produtor</u>: corresponde ao papel social que o produtor desempenha na interação (professor, aluno, pai, político, etc.);</p> <p>III) <u>A posição social do agente-leitor</u>: diz respeito ao papel social atribuído ao leitor do texto;</p> <p>IV) <u>O objetivo da interação</u>: refere-se ao efeito, na visão do agente-produtor, que o texto pode produzir no leitor.</p>

Fonte: Adaptação de Bronckart (2007).

Todos esses aspectos devem ser considerados durante o processo de escrita do texto de opinião. São parâmetros que, quando bem entendidos, possibilitam a ampliação visionária do aluno-produtor, tornando-o conhecedor das condições de produção textual.

Assim, tem-se uma situação de escrita não improvisada. O aluno já conheceu o contexto de escrita em que se encontra, teve informações sobre o assunto a ser escrito, socializou resultados de pesquisas e comparou as vozes contratuais e polêmicas a respeito do tema. De posse desse subsídio para produção do texto opinativo, faz-se necessário lembrar que a condição do ambiente e a postura adequada para a escrita também favorecem ao aluno no momento da produção.

Importa acrescentar que o objetivo de uma produção textual não deve ser exclusivamente a aquisição de uma nota. Nesse trabalho, o professor pode canalizar as produções para uma possível confecção de um jornal local ou mural opinativo. Dessa forma, a aula de português adotará o que se pode chamar de abordagem sociointeracionista da língua.

Como o texto de opinião é, geralmente, publicado em jornais, revistas ou na internet, o professor precisa esclarecer sua proposta de produção. Para facilitar essa questão, expõe-se abaixo a proposta de escrita retirada do trabalho de Silva (2009, p. 05):

Escreva um artigo de opinião para a seção “ponto de vista” de um jornal local, buscando convencer os leitores do jornal a concordar, com o seu posicionamento acerca do seguinte tema: A atuação da mídia brasileira diante da corrupção na política. Como se trata de um texto de natureza opinativa, lembre-se de utilizar sequências argumentativas. Utilize também uma linguagem formal. Não se esqueça de atribuir um título ao seu texto.

A proposta da autora apresenta elementos facilitadores para a produção do texto opinativo. A indicação do suporte de texto (jornal local) e do destinatário (leitores do jornal) funciona como guia para que haja uma melhor produção, a qual evidencia para quem o aluno escreve. Há também a indicação sobre a intenção do artigo opinativo (convencer os leitores) e do tema. Tais esclarecimentos visam explicar ao aluno a finalidade da escrita e sobre o que ele deve escrever. Ao final da proposta, são mencionados detalhes quanto à forma do texto opinativo (sequências argumentativas, linguagem formal e atribuição de título). Aqui, evidencia-se a estruturação que deve conter o texto opinativo.

Após esclarecer a proposta de Silva, dá-se início ao processo de escrituração, na qual o aluno irá assumir discursivamente a posição de produtor, tendo em vista que ele já foi preparado para a produção do gênero-alvo. Concluída a escrita, o professor deve orientar para a releitura do texto. Essa leitura pode ser realizada na sala de aula de forma silenciosa ou oralmente, propiciando ao aluno um novo olhar sobre a sua apreciação e, se necessário, a melhoria dos aspectos textuais.

De posse ao artigo, cabe ao professor:

- 1) Ler a produção do aluno, se possível, mais de uma vez;
- 2) Escrever um comentário sobre o que precisa melhorar no texto, para aproximá-lo, ao máximo, do gênero texto de opinião;
- 3) Realizar oficinas na sala de aula, esclarecendo o que ainda não foi alcançado pelo aluno de forma satisfatória;
- 4) Orientar para refacção do texto, melhorando, se possível, os aspectos notificados pelo professor;
- 5) Reescrever coletivamente um texto de opinião a partir de um texto pré-selecionado;
- 6) Organizar um jornal ou mural com os textos da turma para serem distribuídos na escola e/ou na comunidade.

Em relação à reescrita, etapa que corresponde ao momento de reformulação textual, pode-se dizer que oferece ao aluno a oportunidade para verificar se os objetivos pretendidos foram alcançados, se conseguiu produzir de acordo com as características do gênero, se existiu coerência e coesão e se há obediência às normas gramaticais. Esta é a fase, como afirma Antunes (2003, p.56) “para decidir sobre o que fica, o que sai, o que formula”. Após esse aprimoramento textual tem-se a versão final do artigo.

O papel do professor é imprescindível em todas as fases supracitadas. Ele serve como mediador para que os alunos sejam bem sucedidos na atividade proposta. O professor também pode participar da elaboração dos textos de opinião, mostrando aos alunos uma produção de sua autoria. Tal escrita poderá ser estudada na sala de aula, fazendo com que o aluno se sinta mais motivado para construir o seu texto. Sobre essa questão Baltar (2006, p.104) afirma:

Uma questão importante é a de que o educador deve se envolver e praticar as tarefas que propõe a seus alunos. Assim, quando ele pede que a classe escreva um texto de determinado gênero, é bom que ele escreva também, para melhor perceber a tarefa proposta, os saberes necessários, as dificuldades e os prazeres da atividade para então elaborar soluções a eventuais problemas que surjam durante a execução da tarefa [...].

A participação efetiva do professor durante a proposta de ensino implica uma visão amplificada sobre os entraves enfrentados pelo aluno, podendo assim elaborar atividades específicas para minimizar os problemas numa determinada área e, ainda, mostrar aos alunos que professor também escreve.

Cabe ainda especificar que o aprimoramento da argumentação escrita é a finalidade maior ao longo do trabalho. Essa escolha se dá pelo fato de se acreditar que é nela em que reside o grande objetivo de estudar a língua e, sob a ótica dos gêneros, a argumentatividade é essencial para o aperfeiçoamento discursivo.

Ao escrever o texto opinativo, o aluno precisa ficar bem atento à argumentação na linguagem. Ela não pode ser construída de qualquer forma, mas a partir de marcas linguísticas próprias. Para Koch (2009, p, 31) “[...] de acordo com a intencionalidade do locutor, estabelece-se um novo tipo de relações: relações argumentativas, que implicam, por exemplo, a apresentação de explicações, justificativas, razões, relativas aos atos de enunciação [...]”.

Nessa perspectiva, vê-se que o encadeamento dos enunciados, realizado a partir dos operadores argumentativos, dá origem ao que se chama de texto, que conseqüentemente, produz um efeito argumentativo. Portanto, é preciso considerar a análise da argumentação como contribuidora para uma prática discursiva eficiente, a qual quando identificada e analisada a partir de uma base teórica, auxilia o aluno na construção textual.

## 4 UM OLHAR SOBRE A SEQUÊNCIA DIDÁTICA: TEORIA E APLICAÇÃO

Nessa seção, a pesquisa se propõe a descrever o esquema de sequência didática, proposta pelos autores Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 96), como alternativa para “criar contextos de produção precisos, efetuar atividades ou exercícios múltiplos e variados [...]”. Essa proposta interventiva foi desenvolvida entre os meses de setembro e outubro de dois mil e dezoito em uma escola do município de Bom Conselho – PE.

### 4.1 Os sujeitos da pesquisa

Esse processo investigativo configura-se na modalidade de pesquisa-ação. Para Tripp (2005, p.05), “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. A coleta de dados da pesquisa-ação, por meio de sequência didática, foi realizada numa escola pública do município de Bom Conselho – PE.

A turma era composta, inicialmente, por 23 (vinte e três) estudantes e ao longo do ano 02 (dois) alunos foram transferidos. A pesquisa analisou 12(doze) textos de opinião e para se chegar a esse número foram estabelecidos alguns critérios de exclusão:

- I. Apresentar percentual acima de 50% (cinquenta de por cento) de presença na sequência modular;
- II. Apresentar, por parte dos responsáveis, autorização para uso do texto opinativo.

O primeiro critério excluiu 03 (três) estudantes, uma vez que apresentaram uma frequência muito inferior ao percentual estabelecido. O outro excluiu 06 (seis) estudantes. Nesse último caso, é válido ressaltar que muitos pais ainda estão alheios a situação escolar de seus filhos e não compareceram à escola quando solicitados. Dessa forma, participaram da sequência modular, atendendo aos parâmetros estabelecidos, 12 (doze) estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, de ambos os sexos, entre 09 (nove) e 12 (doze) anos de idade.

Antes da realização da coleta dos dados, houve uma reunião com os pais dos estudantes envolvidos, mostrando os riscos e benefícios da pesquisa e apresentando que a sequência abordaria o tema do trabalho infantil na realidade brasileira. Compreende-se que a participação efetiva do estudante na sequência didática poderia desencadear alguns riscos, por isso ficou esclarecido que no decurso do trabalho o participante poderia sentir-se constrangido em emitir sua opinião sobre o tema em foco. O estudante poderia sentir algum nível de timidez ou constrangimento, principalmente se já vivenciou consigo mesmo ou com algum conhecido, situações de exploração no trabalho infantil. Diante dessa possibilidade, o estudante poderia, a qualquer momento, pedir a não participação no andamento dos trabalhos.

Informou-se, também, que a autorização de participação na sequência didática não exigirá a obrigatoriedade de conclusão das etapas. Por esta razão, o estudante tem a liberdade de abandonar, ao longo do processo, os módulos em desenvolvimento e, ainda, poderá não dar consentimento para análise de sua produção. A pesquisa só usará os textos de opinião que estiverem autorizados, tanto pelo estudante, como pelo seu responsável.

Um lembrete importante é que será garantido ao voluntário que o pesquisador, em nenhum momento, usará os nomes dos participantes para identificação dos textos opinativos. A fim de evitar qualquer exposição dos estudantes, optou-se pelo código alfanumérico. O código constitui-se de duas letras maiúsculas: TO (Texto de Opinião), seguido dos algarismos de 1 (um) a 12 (doze), obedecendo o seguinte modelo: TO1, TO2, TO3...TO12.

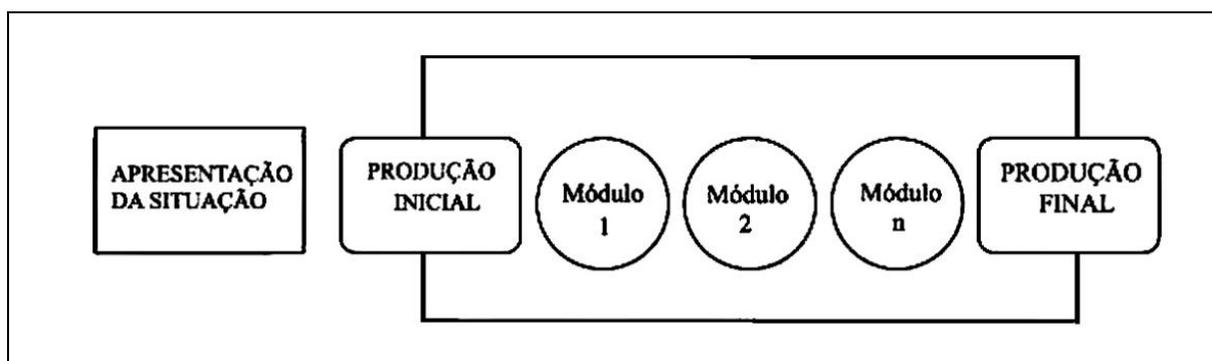
A pesquisa aqui proposta pode trazer benefícios ao ensino de produção textual, sobretudo no que diz respeito ao ensino de textos da ordem do argumentar, uma vez que se tem observado que o ensino de língua portuguesa, sobretudo nas séries iniciais do ensino fundamental, ainda dá prioridade aos gêneros narrativos.

Além dessa possibilidade de trabalhar o gênero texto de opinião nas aulas de língua materna, a pesquisa pode contribuir para a ampliação de conhecimentos sobre o desenvolvimento da competência argumentativa do estudante, numa situação planejada e embasada em aportes teóricos relevantes. Mesmo a argumentação sendo intrínseca às práticas de uso da língua, é possível criar condições para que seja desenvolvida com mais consistência.

## 4.2 A sequência didática

A coleta do *corpus* da pesquisa iniciou no dia 10 (dez) de setembro de 2018 (dois mil e dezoito), a partir da aplicação da sequência didática com base no modelo esquemático proposto por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004).

Quadro 9 – Esquema da sequência didática



Fonte: Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004).

Os autores definem sequência didática como um conjunto sistematicamente organizado de atividades escolares que está intimamente veiculado com o ensino de um gênero específico de texto. A opção pela sequência didática ocasionou-se pela possibilidade de efetivação de atividades múltiplas, a partir da execução dos módulos, para que o estudante se aproprie do gênero texto de opinião e, conseqüentemente da arquitetura interna dos diferentes argumentos.

O esquema de sequência didática adotado gira em torno de um gênero e apresenta a seguinte estrutura: *apresentação da situação*, *produção inicial*, *módulos* e *produção final*. Essa proposta está pautada no gênero texto de opinião, uma vez que se verifica a necessidade de inserção desse tipo de gênero no contexto escolar e, principalmente, dar ênfase a voz argumentativa das crianças participantes. A apresentação da situação é assim definida por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.98):

A apresentação da situação visa expor aos alunos um projeto de comunicação que será realizado “verdadeiramente” na produção final. Ao mesmo tempo, ela os prepara para a produção inicial, que pode ser considerada uma primeira tentativa de realização do gênero que será, em seguida, trabalhado nos módulos. A apresentação da situação é, portanto, o momento em que a turma constrói uma representação da situação de comunicação e da atividade de linguagem a ser executada.

A situação inicial é um momento esclarecedor sobre as ações do trabalho sistemático e, também, pode-se dar indicações sobre algumas questões relevantes para produção inicial. Ao realizar a apresentação da situação com os sujeitos da pesquisa priorizou a definição do gênero de texto, texto de opinião, e alguns esclarecimentos sobre o processo da sequência em execução. Os estudantes participantes ficaram cientes que produziram um texto opinativo com o tema “Criança (não) trabalha”, porém com a possibilidade de formular o seu próprio título.

Esclareceu-se também que a produção final fará parte do *Mural Opinativo*<sup>6</sup> da escola e também integrará o *Caderno de Opinião*<sup>7</sup>, coletânea que ficará à disposição para leitura na biblioteca da escola e em todos os 08 (oito) cantinhos de leitura (espaço organizado em cada sala de aula nas turmas dos 4º e 5º anos).

#### 4.2.1 A produção inicial

Esse primeiro momento de escrita é crucial para analisar a capacidade discursiva de escrita do estudante e atentar para os encaminhamentos necessários na construção dos módulos. É essa escrita primeira que permite observar se o participante atendeu as características discursivas/textuais do gênero, se atendeu ao tema proposto e se propôs uma argumentação consistente.

Ao comentar sobre essa produção primeira, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.101) salientam que “no momento da produção inicial, os alunos tentam elaborar um primeiro texto oral ou escrito e, assim, revelam para si mesmos e para o professor as representações que têm dessa atividade”. Para os autores, essa escrita inicial não pode ser encarada como escrita em sua total completude. Essa não completude pode ser analisada pelo fato de ainda não existir um destinatário real, pelo possível desconhecimento do gênero e, talvez, pela própria inaptidão na arquitetura de argumentos coerentes. Para melhor entendimento desses aspectos, convém apresentar a proposta de produção.

---

<sup>6</sup> O *Mural Opinativo* é parte integrante da pesquisa, o qual constitui de um painel afixado na área central da escola para exposição diária dos textos opinativos dos estudantes.

<sup>7</sup> O *Caderno de Opinião* é uma coletânea com a produção final dos textos opinativos. Esse caderno é parte integrante do acervo de leitura da biblioteca e de todos os espaços de leitura das turmas dos 4º e 5º anos da escola.

## Quadro 10 – Proposta de produção inicial

**PROPOSTA PARA PRODUÇÃO DE TEXTO**

TEMA: **Criança (não) deve trabalhar**



Mais de **2 milhões** de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham no Brasil

Muitas delas estão nas piores formas de trabalho infantil

**236** crianças e adolescentes morreram enquanto trabalhavam em atividades perigosas

**40 mil** sofreram acidentes ou adoecimentos

**24.654** foram acidentes graves, como fraturas e amputações de membros.

Charge de Ivam Cabral.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2017).

Com base nos dados ao lado e nas ideias da animação “*Diário de uma trabalhadora infantil*”, escreva um TEXTO DE OPINIÃO sobre o tema: **Criança (não) deve trabalhar**.

**IMPORTANTE:**

- A produção será afixada no *Mural Opinativo* da escola;
- Utilize os dados e seu conhecimento sobre o tema;
- Você pode criar um título para o texto.

Fonte: Autor da pesquisa.

Após a apresentação da situação, os sujeitos da pesquisa foram submetidos a produção inicial. Durante a fala introdutória do pesquisador, foi mencionado o tema da produção: Criança (não) deve trabalhar, explicitando que o uso dos parênteses na palavra ‘não’ traz a ideia de duas leituras possíveis: criança deve trabalhar e/ou criança não deve trabalhar.

Além disso, o pesquisador destacou que os participantes devem opinar sobre tema em questão, concordando ou discordando. Também se comentou sobre o fato de que os textos de opinião circulam em jornais e mídias digitais e podem auxiliar na construção do ponto de vista de outras pessoas. Ainda foi passado uma animação (aproximadamente quatro minutos) intitulada “Diário de uma trabalhadora infantil<sup>8</sup>”. É válido destacar que não houve comentários sobre as ideias veiculadas na videoarte, apenas informou-se que os produtores poderiam usar as informações que julgassem necessárias na construção do texto de opinião.

No decurso da proposta, entregou-se a folha de produção, conforme modelo do quadro anterior. Nesse momento, o pesquisador solicita que para que os estudantes fizessem uma leitura cuidadosa de todas as informações em evidência e que, se possível, utilizassem os dados trazidos no infográfico e, também, o

<sup>8</sup> A animação “Diário de uma trabalhadora infantil” narra os fatos semanais ocorridos com Mariinha, uma criança obrigada a trabalhar e por isso não consegue realizar as atividades escolares. A animação foi publicada em maio de 2016 e pode ser visualizada no canal do YouTube Plenarinho, o jeito de ser cidadão. Disponível em <https://youtu.be/g4YvtSTOvzU>.

conhecimento de mundo sobre o tema em foco. Vale lembrar que o infográfico foi projetado em uma tela para facilitar a visibilidade textual.

Uma leitura minuciosa da atividade inicial de escrita permite observar alguns elementos de apoio para construção do texto. A indicação do tema, escrito em negrito, aponta o assunto principal que o estudante deve abordar. O infográfico traz inúmeros dados de 2017, coletados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e possibilita o uso de provas para estruturação do texto. A amostragem de vários dados auxilia o estudante na escolha daquele que é mais pertinente para dar autoridade a opinião defendida. A charge<sup>9</sup> permite uma boa reflexão sobre os prejuízos que a exploração pode trazer na infância.

Para esclarecer ainda mais a atividade de produção, o enunciado informa sobre a possibilidade de uso das ideias da animação e expõe, em letra maiúscula, o gênero solicitado, texto de opinião. A proposta traz também três indicações consideradas importantes para arquitetura do texto. A primeira enfatiza que a produção será afixada no *Mural Opinativo* da escola. Tal indicação propicia aos sujeitos da pesquisa um reconhecimento sobre os possíveis destinatários da produção: alunos, funcionários da escola e pais que comumente circulam no ambiente.

A segunda indicação reforça a necessidade de utilização dos dados trazidos pelos textos de apoio e lembra que o estudante pode se valer de seu conhecimento de mundo para construção textual. Por fim, a última sugestão aponta que o produtor pode criar um título para seu texto opinativo. Essa indicação propicia restringir o tema proposto e, se possível, focalizar numa área mais específica do trabalho infantil: trabalho doméstico, rural, por exemplo.

A produção inicial foi executada pelos participantes da pesquisa entre 25 (vinte e cinco) e 50 (cinquenta) minutos. Vale lembrar que não foi determinado um tempo limite para produção, logo os estudantes tiveram o tempo necessário para concluir o texto. De posse do *corpus* da pesquisa<sup>10</sup>, (doze textos de estudantes do 5º ano), iniciou-se o trabalho de verificação das principais dificuldades encontradas. É mister aqui destacar três fatores que necessitam de um trabalho interventivo e devem ser contemplados na construção dos módulos.

---

<sup>9</sup> A charge é de autoria de Ivam Cabral, publicada em julho de 2014, no Blog Ana – Aliança Nacional dos Adolescentes. Disponível em <https://anamovimento.blogspot.com/2014/06/trabalho-infantil-infelizmente-isso.html?m=1>.

<sup>10</sup> As produções iniciais encontram-se nos anexos (de H a S) dessa pesquisa.

O primeiro aspecto diz respeito a característica essencial do texto de opinião: argumentar. Ao invés de emitir uma opinião sobre o tema, os sujeitos recorreram a uma simplista exposição de dados e, em outros casos, ao relato de inúmeros locais onde se observa a presença de crianças trabalhadoras. Essa constatação permite afirmar que os textos se enquadram mais precisamente na ordem do expor do que no domínio do argumentar. Isso revela a dificuldade dos estudantes em diferenciar fato de opinião e, também, o entrave em contextualizar os dados de um texto para arquitetura de outro, uma vez que essa prática, possivelmente, é pouco explorada nas aulas de língua portuguesa.

Um outro fator que necessita de um olhar interventivo é o uso desconexo dos dados e, também, o aparecimento repentino de atividades em que a criança é explorada. Há casos em que a construção textual se apresenta com uma espécie de “amontoador” de frases. A ausência de determinados conectores deixa a arquitetura textual como que frases lançadas aleatoriamente.

Por fim, cabe mencionar que apesar dos dados estarem propostos na produção como instrumento de apoio, os participantes não conseguiram estruturar os argumentos em sua completude. Entre escrever “no Brasil tem dois milhões de crianças trabalhadoras” e “o IBGE aponta a existência de dois milhões de crianças trabalhadoras” há uma diferença. A autoridade conferida a segunda expressão é notória, por isso, ao se tratar de texto de opinião, cada detalhe, escolha de palavra e organização de parágrafo precisam ser bem pensados na arquitetura dos argumentos para validar o que deseja defender.

#### **4.2.2 Os módulos**

É certo que os módulos da sequência didática têm como intuito oferecer os subsídios necessários, criando condições propícias, para se chegar a uma produção final de qualidade que atenda as características do gênero com argumentos linguisticamente concisos e bem estruturados. Na perspectiva de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.103):

Nos módulos, trata-se de trabalhar os *problemas* que apareceram na primeira produção e dar aos alunos os instrumentos necessários para superá-los. A atividade de produzir um texto escrito ou oral é, de uma certa maneira, decomposta, para abordar, um a um e separadamente, seus diversos elementos, à semelhança de certos gestos que fazemos para melhorar as capacidades de natação, nos diferentes estilos.

Por assim acreditar, e tendo em vista os problemas detectados na produção primeira, os módulos desenvolvidos focalizam a construção de quatro tipos de argumentos: argumento de autoridade, argumento por evidência, argumento pelo exemplo e argumento de causalidade. O fator primordial para seleção desses modelos de argumentos ocorreu pelo fato de as produções apresentarem uma carência, em larga escala, de uma argumentação mais convincente, pela falta de autoridade, dados estatísticos bem organizados, ausência de exemplos para a temática abordada e a necessidade de destacar as causas e consequências do problema em debate.

É válido acrescentar que o fato desses argumentos não apresentarem um alto grau de complexidade, para a faixa etária em os sujeitos da pesquisa se encontram, e, também, sua facilidade de transposição didática contribuíram para seleção desses modelos. Os módulos, foram, portanto, divididos em quatro oficinas e cada uma abordará um tipo de argumento. Durante a execução dos módulos, além do estudo do texto de opinião, outros gêneros se fizeram presentes: reportagem, infográfico e notícia. As oficinas de argumentação seguiram o seguinte planejamento:

### **Módulo I: Argumento de autoridade**

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que muitos argumentos têm forte aceitação pela palavra de prestígio de quem enuncia. Nesse sentido, o intuito do argumento de autoridade é levar a plateia a aceitar determinado ponto de vista a partir da palavra de credibilidade da autoridade. Nesse tipo de argumento, o autor reforça sua ideia a partir de uma citação, direta ou indireta, do discurso de um especialista.

Tabela 7 – Módulo de argumento de autoridade

<b>MÓDULO I</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer as características discursivas/textuais do gênero texto de opinião;</li> <li>- observar a construção do argumento de autoridade presente no texto opinativo.</li> </ul>
<b>GÊNERO EM FOCO</b>	- Texto de opinião
<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo compartilhado do texto de opinião: Trabalho infantil consome futuro de crianças, de Jô Azevedo (Anexo B);</li> <li>- construção coletiva das características do gênero a partir da interação verbal mediada pelo pesquisador;</li> <li>- observação no texto de opinião sobre o papel que o argumento de autoridade desempenha na construção da argumentatividade;</li> <li>- leitura de alguns artigos do Estatuto da Criança e Adolescente para possível uso na construção do argumento de autoridade.</li> <li>- atividade de escrita de fragmento do discurso de outro para atender ao ponto de vista solicitado.</li> </ul>
<b>DURAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2 encontros (17/09/18 e 19/09/18).</li> <li>Cada encontro tem duração de 2h30min.</li> </ul>

Fonte: Do autor da pesquisa.

É importante esclarecer que os encontros para execução dos módulos ocorreram as segundas e quartas-feiras (das 12h30min às 15h) numa turma regular de 5º ano do ensino fundamental. Esse primeiro módulo abordou a necessidade de (re) conhecimento das características do gênero texto de opinião e, também, o modelo de composição do argumento de autoridade. Teve ainda a leitura de alguns Artigos do Estatuto da Criança e Adolescente como recurso de apoio para possível construção do argumento de autoridade.

Nessa oficina, o estudo do texto opinativo ocorreu a partir de leitura silenciosa e leitura alternada do texto “Trabalho infantil consome futuro de crianças”, de Jô Azevedo. Após o momento de leitura, o pesquisador questionou se o texto conta uma história ou apresenta uma opinião? Qual a intenção dos dados numéricos? Para que servem? Além da voz do autor, quem fala no texto? Outras questões são trazidas à tona, como: Onde esse texto pode aparecer? Para que serve? Qual o assunto principal do texto? Além da voz do autor do texto, qual o documento citado

no texto? Essas questões norteadoras tem o intuito de construir uma definição para o gênero em foco. Para sistematizar a definição de texto de opinião, organizou-se coletivamente algumas fichas com informações sobre o gênero.

A partir do texto de opinião em estudo, foi solicitado que os estudantes observassem o trecho em que o documento (Estatuto da Criança e Adolescente - ECA) é mencionado. Nesse momento, comentou-se sobre a importância de trazer a voz de outras pessoas e trechos de documentos oficiais para que o texto opinativo tenha força argumentativa. Para melhor conhecimento do ECA, foi apresentado ao grupo e discutido de forma colaborativa alguns artigos (Anexo C).

Também foi proposta uma atividade (Anexo D), a qual consistia em analisar a citação do ECA, observando a palavra que introduz o discurso do estatuto (O Estatuto da Criança e Adolescente *diz* [...]). Esse foi um momento importante para conversar sobre que outras palavras (verbos dicendi) podem ser usadas para evidenciar a fala alheia: diz, afirma, fala, destaca e outros termos foram levantados.

Outra atividade diz respeito a escrita de trecho da voz de outra pessoa (no caso, Jô Azevedo, autor do texto em estudo) que transmitisse a ideia solicitada. A tabela a seguir empreende o modelo desse exercício.

Tabela 8 – Atividade de autoridade

<b>Solicitação</b>	<b>Trecho que atende a solicitação (citação de autoridade)</b>
Os motivos para que o trabalho infantil aconteça.	
As atividades exercidas por criança trabalhadoras nas cidades.	
O número de crianças trabalhadores.	
Os prejuízos para a criança que é explorada desde cedo.	

Fonte: Do autor da pesquisa.

Essa mesma atividade foi executada com o Estatuto da Criança e Adolescente. Por fim, elaborou-se coletivamente um texto de opinião, utilizando-se de alguns trechos, retirados pelos participantes, tanto de texto de Jô Azevedo, como

do ECA, seguido de opinião do estudante. Dessa forma, o estudante foi compreendendo a questão estrutural do argumento de autoridade.

## **Módulo II: Argumento por evidência**

Na argumentação por evidência, o produtor pretende reunir dados estatísticos que comprovem a posição defendida. Um infográfico, por exemplo, pode apresentar informações relevantes que podem ser usadas na construção do texto de opinião. Os infográficos selecionados (Anexos E e F) trazem dados importantes sobre o trabalho infantil e objetivam oferecer subsídios de prova para serem contextualizados na produção final.

Tabela 9 – Módulo de argumento por evidência

<b>MÓDULO II</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>OBJETIVOS</b>	- Interpretar os dados contidos em um infográfico; - produzir fichas com informações baseadas nos dados dos infográficos.
<b>GÊNEROS EM FOCO</b>	- Infográfico.
<b>DESENVOLVIMENTO</b>	- Realização de atividade, <i>“Isso é verdade ou mentira”</i> , para percepção do entendimento do infográfico; - estudo interpretativo dos dados apresentados nos dois infográficos; - escrita de fichas pelos estudantes apontando informações relevantes colhidas nos textos em foco.
<b>DURAÇÃO</b>	- 1 encontro (24/09/18). Cada encontro tem duração de 2h30min

Fonte: Do autor da pesquisa.

A execução do segundo módulo foi realizada a partir de dois infográficos, como recurso de apoio para compreensão de que os dados apresentados podem ser usados na produção de um argumento por evidência. O primeiro infográfico foi projetado da televisão da escola para que os estudantes observassem com cuidado

todos os dados possíveis. Inicialmente, não houve explicação sobre as informações, apenas foi proposto um exercício introdutivo *“Isso é verdade ou mentira”*.

Com base nos dados, professor fazia a leitura de informações simples, tais como: o Sudeste tem o maior número de criança trabalhadores, há mais meninas do que meninos no trabalho infantil, não existem crianças trabalhando na agricultura. Para realização desse exercício, o pesquisador escolheu 5 pessoas para levantar as mãos (o que lembra o formato de um de um V) para as informações verdadeiras, e baixar as mãos (o que lembrar um formato de um M) para informações mentirosas. Essa atividade lúdica objetiva ativar a atenção dos participantes para as evidências que o infográfico empreende. Depois, foi feita a retomada das informações propostas, agora com comentários e transformação das informações mentirosas em verdadeiras.

A atividade seguinte, consistiu em escrever o dado numérico para a informação solicitada. Essa atividade priorizou a percepção de que os números constituem provas e que podem ser usados na arquitetura do argumento. A tabela a seguir traz o modelo das informações propostas.

Tabela 10 – Atividade de evidência

<b>Solicitação</b>	<b>Quantidade</b>
Crianças trabalhadoras da região Sudeste.	
Crianças e adolescentes trabalhadores entre 14 e 17 anos.	
Percentual de crianças negras do sexo feminino exploradas.	
Crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil.	

Fonte: Do autor da pesquisa.

Outra atividade proposta, agora em grupo, foi a produção de fichas com informações verdadeiras a partir dos dados evidenciados nos infográficos. Todos os dados eram socializados entre os participantes da oficina, na tentativa de fazer com que as atividades oferecessem dados significativos referentes ao trabalho infantil para construção do argumento por evidência no final do processo de escrita.

### Módulo III: Argumento pelo exemplo

Na argumentação pelo exemplo, o produtor relata um acontecimento significativo para exemplificar a defesa de seu ponto de vista. A referência a essa situação tem a intenção de reforçar a ideia defendida, uma vez que esse exemplo representativo serve para mostrar que o produtor tem profundo saber sobre o que se fala.

Tabela 11 – Módulo de argumento pelo exemplo

MÓDULO III	DESCRIÇÃO
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer o esquema estrutural do argumento pelo exemplo;</li> <li>- produzir um texto com argumento pelo exemplo, a partir de situações apresentadas no texto em análise;</li> <li>- distinguir fato de opinião.</li> </ul>
<b>GÊNERO EM FOCO</b>	- Notícia
<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização da atividade “<i>Vamos exemplificar</i>” para desenvolvimento da capacidade de construção de exemplos;</li> <li>- Leitura dialogada da notícia “Exploração de trabalho infantil é flagrada no centro de Maceió”;</li> <li>- apresentação do esquema estrutural do argumento pelo exemplo;</li> <li>- execução do “<i>Jogo das placas: fato ou opinião</i>” para compreensão do sentido que termos empreendem;</li> <li>- produção de texto opinativo com o argumento em foco.</li> </ul>
<b>DURAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2 encontros (27/09/18 e 01/10/18)</li> <li>Cada encontro tem duração de 2h30min.</li> </ul>

Fonte: Do autor da pesquisa.

O módulo teve início a partir da definição colaborativa da palavra exemplo. Entre os imagináveis conceitos, é possível conceptualizar como aquilo que serve para esclarecer, para ilustrar. Para que o conceito de exemplo não se limitasse apenas a uma definição abstrata, a pesquisa desenvolveu a atividade “*Vamos exemplificar*” para facilitar a compreensão do termo.

Essa atividade consistiu no preenchimento de um cartão com as mais diversas exemplificações para a situação dada. A tabela a seguir apresenta o modelo de cartão.

Tabela 12 – Atividade de exemplificação

<b>VAMOS EXEMPLIFICAR</b>	
Na escola tem pessoas com deficiências.	
No Brasil tem trabalho infantil.	
Minha rua é agitada e/ou tranquila.	
O Nordeste é uma região produtiva.	

Fonte: Do autor da pesquisa.

Para preencher a tabela, a dupla tinha que procurar o maior número de detalhes para cada informação. Dependendo do item solicitado, os produtores recorriam a informações com nome, idade, casos vinculados nas mídias digitais, casos pessoais, situações de seu meio social.

Logo em seguida, foi comentado que é possível construir uma opinião e dar certo reforço a partir de um exemplo. Com esse objetivo, os participantes passaram a fazer a leitura da notícia “Exploração de trabalho infantil é flagrada no centro de Maceió crianças”<sup>11</sup> (Anexo G). No primeiro momento, houve discursão sobre o caso relatado na notícia, a partir de perguntas tais como: onde ocorreu o fato? Quem são as pessoas envolvidas? Você concorda com essa situação? Houve pessoas favoráveis? A notícia pretende mostrar que realidade? Qual a opinião dos pais?

Nesse momento foi apresentado o esquema estrutural do argumento pelo exemplo para compreensão do modelo do argumento. Como todo exemplo é constituído por um fato, faz-se necessário fazer diferenciação entre fato e opinião. Além de propor os conceitos dos termos, o pesquisador, baseado nas informações da notícia, propôs o “*Jogo das placas: fato ou opinião*”. Essa atividade consistiu na exibição de períodos curtos, retirados da própria notícia e projetados na tv, para os

<sup>11</sup> A notícia fala sobre a exploração de trabalho infantil no centro da cidade de Maceió e foi vinculada no site do G1 em dezembro de 2012. Disponível no endereço eletrônico <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2012/12/exploracao-de-trabalho-infantil-e-flagrada-no-centro-de-maceio.html>.

participantes levantassem a placa (fato ou opinião) que determina a informação dada.

Logo em seguida, era realizado um comentário sobre a resposta correta, comprovando-a com os elementos textuais.

Ao final desse módulo, solicitou-se que os participantes da pesquisa, em grupo, sistematizassem as informações, a partir da construção de um quadro de fato e opinião sobre a notícia em estudo, e em seguida construíssem um texto expondo o argumento pelo exemplo.

#### **Módulo IV: Argumento de causalidade**

Em poucas palavras, o argumento de causalidade consiste em defender que um fato ocorre em decorrência do outro. De acordo com a perspectiva de Fiorin (2016, p.151), “o conceito de causa foi uma das questões mais debatidas na história da filosofia. A causalidade supõe um encadeamento dos fatos, em que um acontecimento antecedente produz um dado efeito”.

Tabela 13 – Módulo de argumento de causalidade

<b>MÓDULO IV</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entender e relação entre causa e consequência;</li> <li>- Construir uma tabela de causas e consequências a partir de informações veiculadas em uma reportagem;</li> <li>- escrever um texto com um argumento de causalidade.</li> </ul>
<b>GÊNERO EM FOCO</b>	- Reportagem
<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilização do dicionário para leitura do conceito de causa e consequência;</li> <li>- Realização da atividade “<i>Construindo causas consequências</i>” para construção do conceito dos termos em estudo;</li> <li>- Exibição da reportagem “Infância comprometida”, veiculada pela emissora RecordTV, para discussão dos casos apresentados;</li> <li>- conversa sobre as possíveis causas e consequências</li> </ul>

---

apresentadas na reportagem que acarretam na exploração do trabalho infantil;

- construção de tabela de causas e consequências relacionadas ao tema;
  - produção de texto com o argumento em evidência e uso de lápis de cor verde e vermelho para demarcar cada elemento textual.
- 

**DURAÇÃO**

- 2 encontros (03/10/18 e 08/10/18)

Cada encontro tem duração de 2h30min.

---

Fonte: Do autor da pesquisa.

O desenvolvimento do módulo sobre argumento de causalidade ocorreu a partir da construção do conceito de causa e consequência. Para construir essa definição, ocorreu-se ao Dicionário Escola da Língua Portuguesa (2008)<sup>12</sup>, o qual traz a assinatura da Acadêmica Brasileira de Letras.

A definição de causa é assim construída no Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (2008, p.282), “o que faz com que algo aconteça, exista; razão ou origem de algo”. Já com relação ao conceito ou consequência, o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (2008, p.347) define como “resultado de uma ação ou de um fato, efeito”.

Para ampliar a compreensão desses conceitos foi proposto uma atividade introdutória denominada “*Construindo causas consequências*”. Esse exercício consistiu na exibição de fichas com uma situação fictícia para que os estudantes criassem causas e consequências possíveis para cada situação apresentada. A tabela abaixo traz algumas das situações propostas.

Tabela 14 – Atividade de causa e consequência

<b>CONSTRUINDO CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS</b>		
<b>CAUSAS</b>	<b>SITUAÇÕES</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>
	A criança dormiu na escola.	
	O estudante não compareceu a escola.	

Fonte: Do autor da pesquisa.

---

<sup>12</sup> Esse dicionário foi desenvolvido sob coordenação do professor, gramático e filósofo Evanildo Bichava. A obra traz mais de 30 mil verbetes.

Inicialmente, a atividade foi realizada em conjunto e depois cada estudante realizou a tarefa individualmente. A tabela apresenta algumas situações fictícias e vale lembrar que para primeira situação os estudantes construíram causas como: a criança foi dormir tarde, está muito doente, trabalhou muito. E algumas consequências levantadas: não aprendeu a lição, ficou sem intervalo, não ouviu a história lida.

Logo em seguida, os estudantes assistiram a reportagem da RecordTV, “Infância comprometida”<sup>13</sup>, veiculada no programa Câmara Record, em junho de 2017. Após assistir a reportagem a turma socializou o tema abordado e, em seguida foi construído uma tabela com causas e consequências relacionados aos assuntos matéria. A partir dos dados evidenciados na tabela, foi elaborado um texto opinativo com ênfase nas causas e consequências levantadas. Para ratificar o conceito apreendido de causa e consequência, foi proposto que os estudantes usassem as cores verde (causa) e vermelho (consequência) para identificação de cada elemento textual. Esse mesmo recurso de pintura, foi utilizado no texto de opinativo “Trabalho infantil consome futuro de muitas crianças”.

Essas oficinas tiveram como foco a elaboração de quatro tipos de argumentos e objetivaram preparar os estudantes para produção final de texto de opinião, utilizando, se possível os movimentos apreendidos para construção dos múltiplos argumentos.

#### **4.2.3 A produção final**

Ao esquematizar o processo sequencial, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.106) afirmam que “a sequência é finalizada com uma produção final que dá ao aluno a possibilidade de pôr em prática as noções e os instrumentos elaborados separadamente nos módulos”. Nessa linha, a proposta final objetivou a produção de um texto de opinião em que os movimentos de autoridade, de evidência, por de exemplificação e de causalidade estivessem presentes na arquitetura do texto.

A produção final abordou a mesma temática da produção inicial: Criança (não) deve trabalhar e apresentava os mesmos dados da produção inicial. Para

---

<sup>13</sup> A reportagem “ Infância comprometida” foi vencedora do prêmio do Ministério Público na categoria de jornalismo e foi exibida pela primeira vez em junho de 2017, revelando histórias surpreendentes de vítimas da exploração em todo o país. Disponível em <https://youtu.be/63eikBctC-c>.

execução da proposta final, o pesquisador apresentou algumas indicações: I. A produção de texto de opinião vai exigir uma tomada de posição (maneira de pensar) sobre o tema do trabalho infantil; II. O tema é “criança (não) deve trabalhar”, porém o produtor pode criar um título de forma que aborde questões mais específicas sobre o tema; III. A produção pode ser dividida em parágrafos, conforme o modelo apresentado no primeiro módulo; IV. É importante o uso dos argumentos estudados, para isso o produtor pode utilizar os dados projetados na tv (os dados da produção inicial foram projetados na TV para visualização dos participantes da pesquisa); V. Essa produção será afixada no *Mural Opinativo* da escola e outros estudantes e pessoas que circulam o ambiente escolar poderão fazer a leitura do texto.

O processo de produção, realizado no dia dez de outubro de dois mil e dezoito, teve uma duração aproximada de uma hora e quinze minutos. Vale esclarecer que não foi determinado tempo limite para a escrita, a duração de tempo supracitada representa o limite de tempo do último estudante que fez a entrega da produção.

Um lembrete importante é que a análise utilizou a versão manuscrita produzida após esse momento de produção textual. Por esta razão, é possível encontrar alguns desvios ortográficos, problemas de concordância nominal/verbal, marcas de oralidade, coerência coesão, o que é compreensível para ano e faixa etária em que se encontram. A pesquisa não abordou essas questões ao longo das análises, uma vez que o foco principal foi a produção dos argumentos para escrita de texto opinativo com bem fundamentado.

Para exibição dos textos no *Mural Opinativo* da escola (em folha A3), a pesquisa recorreu a um encontro individual com cada participante para digitalização dos textos. Nesse momento, e com intervenção do professor, alguns problemas ortográficos foram resolvidos. A versão digitalizada compõe os anexos (de H a S). Por fim, foi montado o *Caderno de Opinião* com as doze produções opinativas para distribuição na Biblioteca da escola e nos cantinhos de leitura das salas de aula.

## 5 ANÁLISE DOS TEXTOS DE OPINIÃO

Toda comunicação, seja na moralidade oral ou escrita da língua, é dotada de carga argumentativa e traz consigo as mais distintas intencionalidades. Por esta razão, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) defendem que a teoria da argumentação propõe o estudo das técnicas discursivas que possibilitem provocar e/ou aumentar a aceitação à argumentação em defesa.

A análise aqui apresentada é resultado de um olhar acurado sob a produção final de 12 (doze) textos de opinião de estudantes do 5º ano do ensino fundamental. Os comentários evidenciam se os textos opinativos trazem os diferentes argumentos abordados nas oficinas de argumentação.

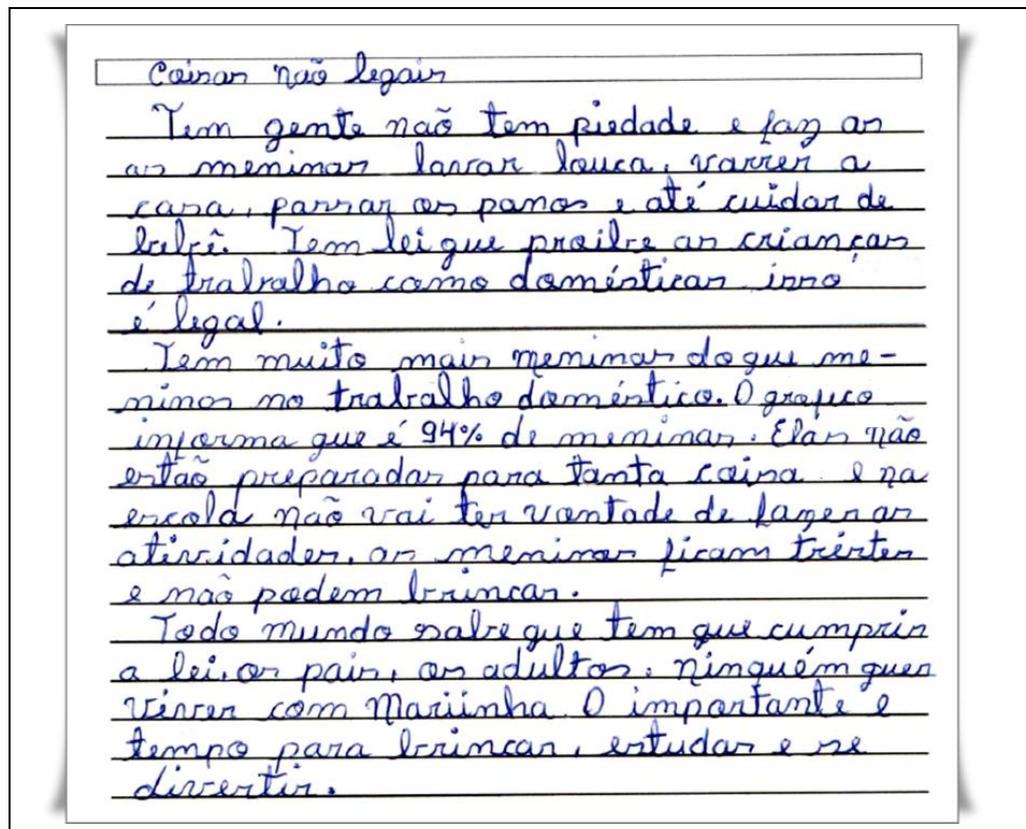
É importante esclarecer que em alguns textos de opinião não se pode confirmar que o argumento foi constituído em sua completude, porém será analisado como na arquitetura textual o produtor procurou evidenciar os elementos composicionais de autoridade, de evidência, de exemplificação e de causalidade. Considerando a faixa etária dos participantes da pesquisa (entre 9 e 12 anos), e até mesmo a sua prática de escrita argumentativa, é aceitável que o texto de opinião não apresente todos os argumentos trabalhados.

A análise será feita de forma individualizada com cada produção textual. Os textos de opinião não apresentam os nomes dos estudantes produtores, mas serão identificados por um código alfanumérico: TO (texto de opinião), seguido de algarismo. Ex: TO1, TO2... TO12. Ainda cabe informar que os textos foram escaneados na forma manuscrita, por isso é possível verificar alguns desvios ortográficos nas produções. A análise não levará em consideração tais desvios, mas de deterá na arquitetura dos argumentos estudados ao longo dos módulos.

### 5.1 Os textos de opinião em foco

No primeiro texto de opinião (TO1) observa que o autor adota o título “Coisas não legais” e aborda a temática do trabalho infantil voltada com mais especificidade para o campo doméstico.

## Quadro 11 – Texto de opinião (TO1)



Fonte: Da pesquisa do autor.

O produtor construiu o seu texto opinativo a partir de três parágrafos, numa tentativa de organizar em blocos temáticos: introdução, desenvolvimento e conclusão. No primeiro parágrafo, há uma referência de autoridade quando o autor informa que “tem lei que proíbe as crianças de trabalhar como domésticas<sup>14</sup>”. O uso de termo lei é uma referência, ainda que indiretamente, ao Decreto 6.481 que proíbe crianças e adolescentes menores de 18 (dezoito) anos a trabalharem em atividades domésticas. Possivelmente, o autor tentou resgatar a informação de uma reportagem (Anexo 1) estudada ao longo do segundo módulo.

No parágrafo seguinte, há um dado de prova (evidência) que confirma que o número de meninas exploradas (94%) no trabalho doméstico é significativamente superior em relação ao número de meninos. O produtor recorreu a um dado real proposto pela Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílios (PNAD). A evidência

<sup>14</sup> Durante a análise, será possível observar alguns fragmentos do texto do produtor. Esse fragmento virá sempre aspeado e a escrita manterá fiel a produção original do aluno, conservando os desvios ortográficos.

serve para ampliar a ideia de que as meninas não estão preparadas para tantos desafios.

O movimento de exemplificação é construído ao lembrar, no último parágrafo, da menina Marinha (personagem da animação “Diário de uma trabalhadora infantil), reforçando a ideia de que ninguém que se submeter aos caprichos de um terceiro e, conseqüentemente, perder as oportunidades que a idade reserva para “brincar, estudar e se divertir”.

Ainda no segundo parágrafo, fica nítido a presença do argumento de causalidade. No trecho “elas não estão preparadas para tanta coisa e na escola não vai ter vontade de fazer as atividades, as meninas ficam tristes e não podem brincar”, o produtor usa o recurso de causa e efeito. Essa relação de causalidade é observável na ideia de que as crianças que são submetidas as diversas atividades no dia a dia podem perder o prazer na realização das tarefas da escola, e por isso podem desencadear a tristeza e a falta de vontade para participar de atos lúdicos.

O produtor utilizou com certa autonomia os recursos composicionais para construir diferentes argumentos. A tabela 15 sintetiza o número de recursos empreendida na primeira análise.

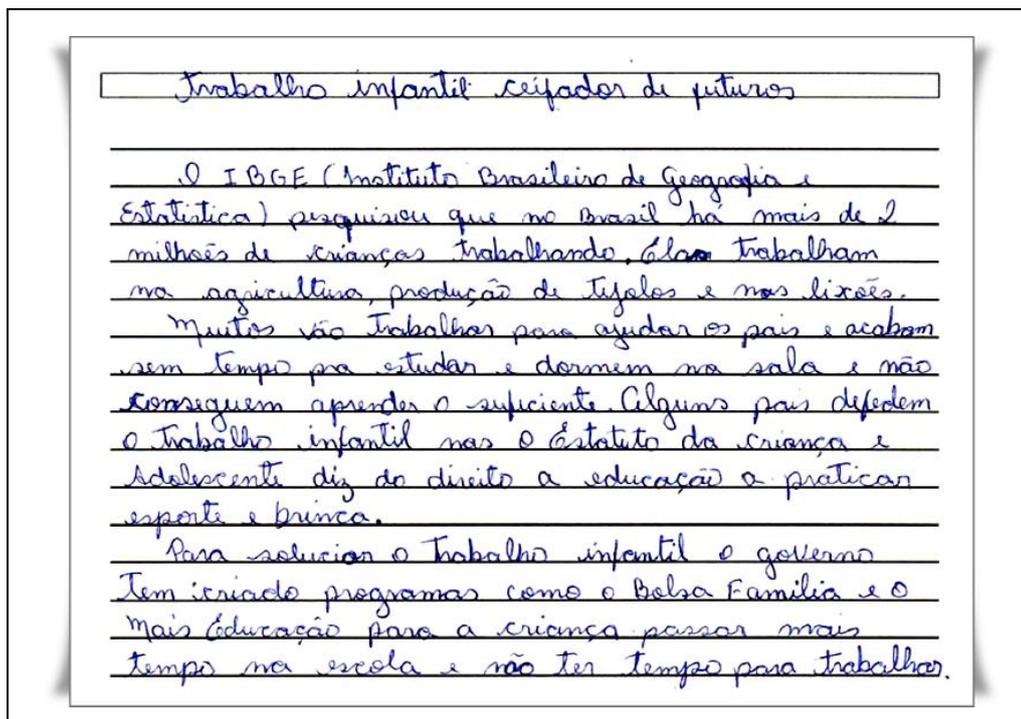
Tabela 15 – Recursos composicionais em TO1

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	01
<b>Evidência</b>	01
<b>Exemplo</b>	01
<b>Causalidade</b>	01

Fonte: Da pesquisa do autor.

O segundo texto de opinião traz o título “Trabalho infantil ceifador de futuros” e também é constituído por três parágrafos.

Quadro 12 – Texto de opinião (TO2)



Fonte: Da pesquisa do autor.

As primeiras linhas do parágrafo caracterizam-se, fundamentalmente, pela presença do elemento de evidência. O produtor recorreu a um instituto reconhecido nacionalmente para ratificar o número elevado de crianças trabalhadoras. Aqui prevalece a lógica quantitativa, por isso, em seguida, o produtor elenca diferentes ambientes e atividades onde há recorrência do trabalho infantil: agricultura, produção de tijolos, empregadas domésticas e lixões.

No segundo parágrafo, é observável o argumento da causalidade (causa e consequência). O autor defende que as crianças que trabalham acabam não dispondo de tempo para estudar e, ainda, dormem na sala de aula. Esse fragmento funciona como uma espécie de explicação para o título do texto, quando o autor menciona o trabalho infantil como ceifador de futuros.

Na continuidade do segundo parágrafo, o produtor traz duas vezes que se afastam em relação ao tema: alguns pais x Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para valorar o direito de toda criança a educação e ao lazer, o autor recorre ao recurso da autoridade. O ECA funciona como voz opositora (uso do *mas* como forma de contra argumentação), e até soberana, em relação ao discurso primeiro.

O parágrafo conclusivo é marcado pelo recuso da exemplificação. O agente-produtor cita dois programas governamentais (Bolsa Família e Mais Educação) como

alternativas para redução do trabalho infantil. Para o autor, esses programas garantem a criança por mais tempo no ambiente escolar e, conseqüentemente, não estará sujeita aos caminhos da exploração

A tabela 16 sintetiza os dados obtidos na análise do TO2

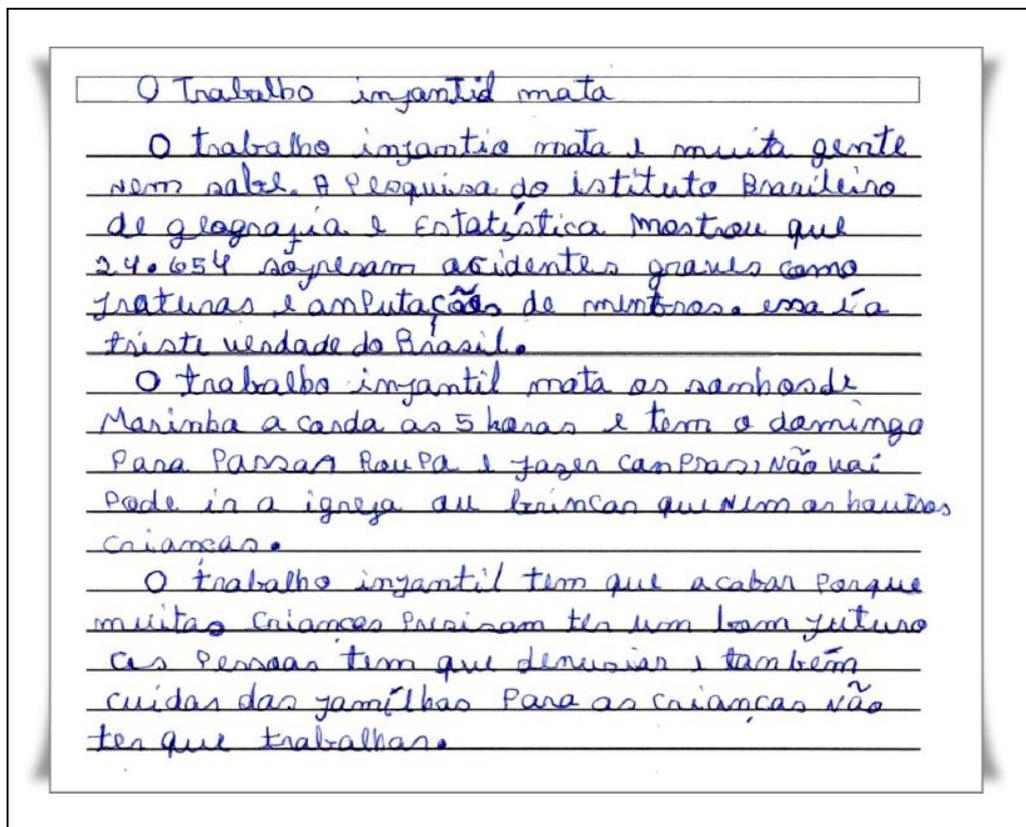
Tabela 16 – Recursos composicionais em TO2

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	01
<b>Evidência</b>	01
<b>Exemplo</b>	01
<b>Causalidade</b>	01

Fonte: Da pesquisa do autor.

A produção seguinte (TO3) foi intitulada como “O trabalho infantil mata” e, ao longo da arquitetura textual, o agente-produtor procurou mostrar que a exploração mata tanto fisicamente, como também os sonhos de criança.

Quadro 13 – Texto de opinião (TO3)



Fonte: Da pesquisa do autor.

O produtor introduz o texto com uma forte afirmação, o trabalho infantil mata, e destaca o desconhecimento de muita gente sobre essa triste realidade. Para mostrar conhecimento sobre o que se afirma, o autor traz o número de acidentes (24.654) a partir de pesquisa publicada pelo IBGE. A inserção acertada dessa evidência ratifica a ideia de defesa do texto, tornando o ponto de vista do produtor mais crível e irrefutável.

A defesa de que o trabalho infantil mata é continuada no parágrafo posterior e, agora, entrelaçada coma história de Mariinha. Essa sequência narrativa constitui como recurso de exemplo que tem como intuito mostrar o conhecimento de causa sobre o tema e fazer com que o leitor compactue com o ponto de vista do autor. A menina que acorda às 5 horas, num dia de domingo, e precisa passar roupa e fazer compras é comovente e ganha maior carga emotiva quando comparada ao domingo de outra criança que pode brincar e ir à igreja.

O autor, no parágrafo derradeiro, apresenta uma possível solução para redução do problema: as pessoas têm que denunciar e cuidar das famílias. Nesse mesmo parágrafo, é possível observar a questão do argumento de causalidade. O produtor pendente mostrar que se o trabalho infantil acabar trará um possível efeito, um futuro promissor para as crianças envolvidas.

Dessa forma, a tabela 17 pode evidenciar os seguintes recursos composicionais:

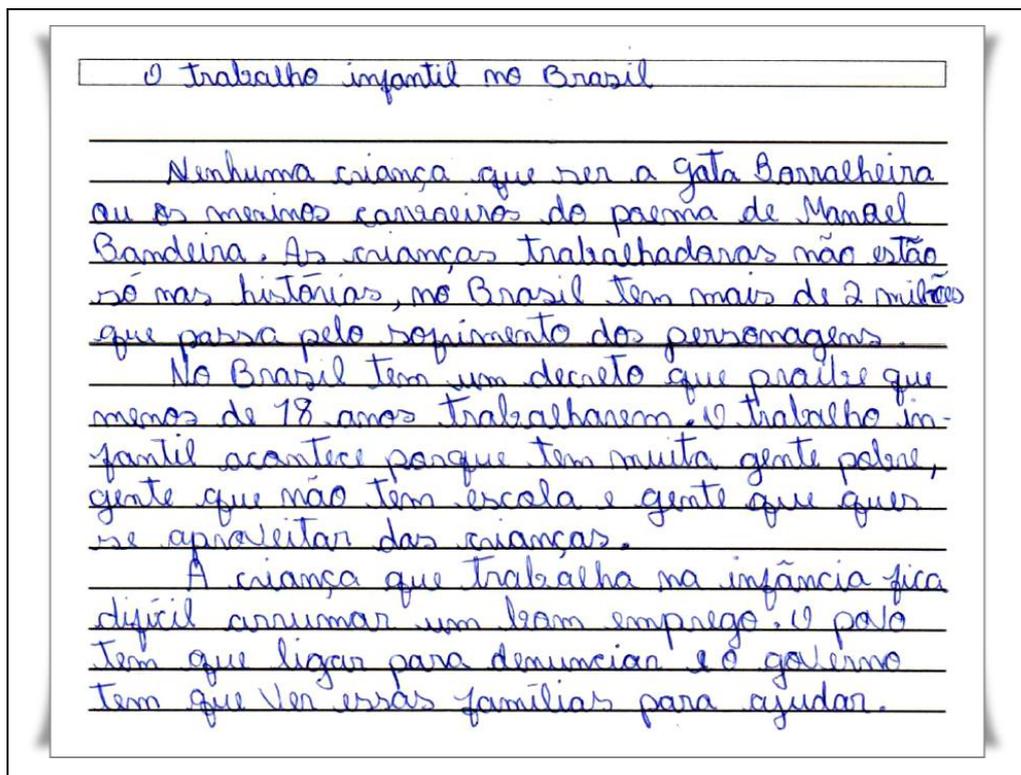
Tabela 17 – Recursos composicionais em TO3

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	-
<b>Evidência</b>	01
<b>Exemplo</b>	01
<b>Causalidade</b>	01

Fonte: Da pesquisa do autor.

A quarta produção (TO4) apresenta o título “O trabalho infantil no Brasil” e sua composição evidencia de forma bem delimitada os três blocos temáticos: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Quadro 14 – Texto de opinião (TO4)



Fonte: Da pesquisa do autor.

A introdução do TO4, como lembra Aristóteles (2015) é aquela preposição que não admite nada antes, mas sempre necessita de um complemento. Para compor o parágrafo introdutório, o autor utilizou dois recursos composicionais para destacar a existência do trabalho infantil na realidade brasileira: o exemplo e a evidência. A utilização do exemplo constitui na intertextualidade com o conto Gata Borralheira e o poema Meninos carvoeiros de Manuel Bandeira.

Para Marcuschi (2008, p.129) “este critério subsume as relações entre um dado texto e os outros textos relevantes encontrados em experiências anteriores, com ou sem mediação”. Nessa linha, é possível perceber o resgate de textos de outra esfera, a literária, que abordam o problema do trabalho infantil. Já o uso da evidência é realizado pelo dado fornecido pelo IBGE (2 milhões de trabalhadores), o qual o produtor omite o instituto responsável pela pesquisa.

O desenvolvimento do TO4 é constituído pelo argumento de autoridade. O produtor relata, de modo indireto, o decreto que proíbe o trabalho de menores de 18 anos. A recorrência a uma resolução aprovada por uma instituição superior (decreto 6.481, de 12 de junho de 2008) propaga o discurso de prestígio, valorizado e que conta com aceitação do leitor. Nesse espaço, ocorre a discussão do problema a

partir do levantamento das razões possíveis para existência do trabalho infantil: a pobreza, a falta de trabalho e escolas e os aproveitadores.

O parágrafo final é arquitetado por uma causalidade. O autor salienta que a criança que trabalha desde cedo (período de infância) não conseguirá um trabalho satisfatório (bom emprego). Aqui reside o princípio de causa/consequência, o qual encontra espaço em qualquer assunto polemizado e pode ser bem desenvolvido na escrita do texto opinativo. Nesse bloco conclusivo, o produtor sugere duas possibilidades para minimização do problema: a denúncia e o olhar governamental para essas famílias.

Os resultados dessa análise, encontram-se na tabela seguinte.

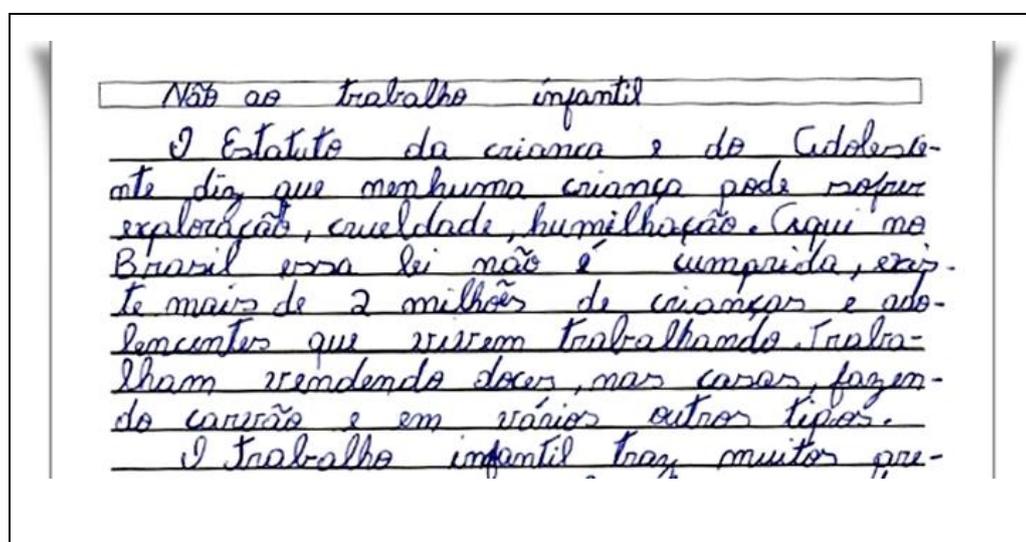
Tabela 18 – Recursos composicionais em TO4

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	01
<b>Evidência</b>	01
<b>Exemplo</b>	01
<b>Causalidade</b>	01

Fonte: Da pesquisa do autor.

O texto de opinião a seguir (TO5), “Não ao trabalho infantil”, também foi constituído por três parágrafos e mantém coerência na escrita da introdução, desenvolvimento e conclusão.

Quadro 15 – Texto de opinião (TO5)



quizes para a criança. Ela chega cansada  
 na escola e não tem tempo ler os livros.  
 Tem criança que trabalha no período em  
 camponês e no caso e pode até sofrer  
 acidente. Na pesquisa de 2017 40 mil  
 crianças e adolescentes sofreram acidentes  
 e adoecimentos.  
 Como melhorar a vida dessas crian-  
 ças? Tem o saúde prejudicada, a intelligen-  
 cia, a brincadeira. O povo fica calado  
 e não liga para denunciar e tem que  
 se acha isso legal. E o Brasil con-  
 tinua com muitas crianças trabalhando  
 e com histórias tristes como a vendadora  
 de chicletes, cena de rua e feio e mau.  
 Devemos fazer o certo.

Fonte: Da pesquisa do autor.

O parágrafo é iniciado pelo movimento de autoridade, a partir da citação do artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na sequência, o autor passa a divulgar uma prova, fornecida pelo IBGE, de mais 2 milhões de trabalhadores. O produtor utiliza de dois recursos – autoridade e evidência – para construir a ideia de que apesar da existência do estatuto, os dados provam a existência de crianças na condição de trabalhadores.

A causalidade e outra evidência estruturam o argumento do segundo parágrafo. As linhas iniciais, mostram que a exploração no trabalho infantil (causa) traz muitos prejuízos para a criança, o chegar cansada na escola e a falta de tempo para leitura (consequências). O uso da evidência vem logo após o produtor informar que muitas estão crianças são expostas ao trabalho pesado. Para confirmar essa realidade, o texto aponta um dado de 40 mil acidentes e adoecimentos. Dessa forma, é possível verificar que produtor conseguiu transpor coerentemente os dados disponíveis para um contexto lógico e produzir o efeito desejado.

A conclusão do TO5 é realizada por meio de uma pergunta: Como melhorar a vida dessas crianças? De acordo com Camargo (2006, p.193) “Antecipar perguntas e prever respostas são recursos muito empregados pelo argumentante com a intenção de atrair o auditório para seu discurso e de produzir efeitos em sua decisão [...]”. A interrogativa é realizada propositalmente para que o leitor reflita sobre o assunto. Vale notar que há um indicativo de resposta na expressão “o povo fica

calado e nem liga para denunciar”. A palavra *liga* aparece com sentido duplicado: o de fazer uma ligação denunciativa (disque 100) e/ou não se importar com a questão do problema.

A finalização do TO5 ocorre de forma bem criativa, uma vez que o autor faz a comparação das histórias reais de crianças trabalhadoras com as histórias fictícias literatura, ambas carregadas de cenas tristes. O interessante é que que todas as obras citadas fazem parte do “Cantinho de leitura” da sala de aula. Aqui se verifica o uso de exemplificação e a capacidade de trazer informações de seu contexto escolar para enriquecer o texto opinativo.

A tabela 19 sintetiza numericamente os recursos do TO5.

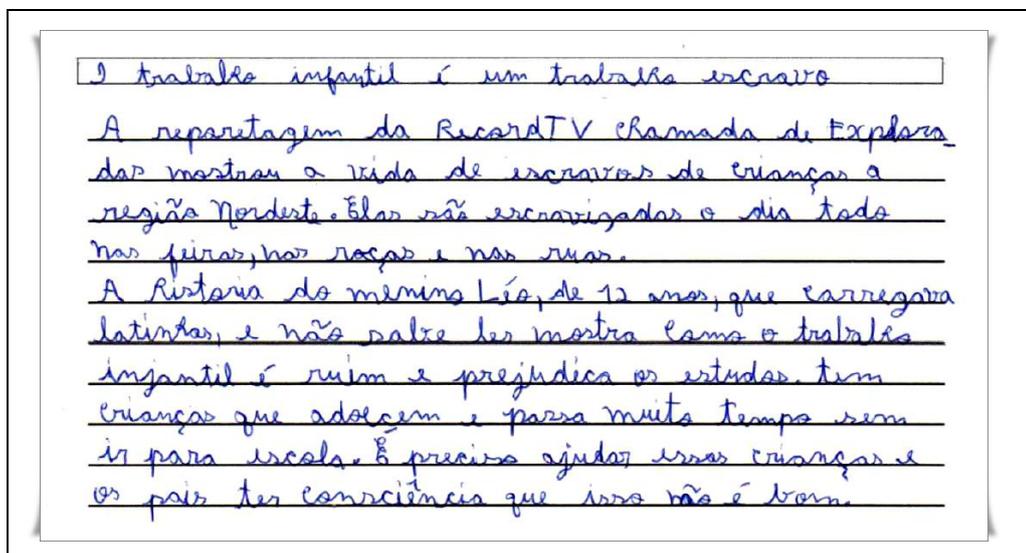
Tabela 19 – Recursos composicionais em TO5

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	01
<b>Evidência</b>	02
<b>Exemplo</b>	01
<b>Causalidade</b>	01

Fonte: Da pesquisa do autor.

A produção em análise (TO6) foi construída em dois parágrafos e apresenta o título “O trabalho infantil é um trabalho escravo”.

Quadro 16 – Texto de opinião (TO6)



Fonte: Da pesquisa do autor.

Considerando a importância do uso da fala de um especialista, ou até mesmo de um discurso veiculado por algum meio de comunicação, o autor utiliza a reportagem da RecordTV (Exploradas) como autoridade para validar que existe trabalho infantil no Brasil. O produtor ratifica, nesse parágrafo, a ideia do título, reafirmando a condição escrava das crianças que trabalham o dia todo em ambientes diversos. A reportagem constitui assim como discurso respeitável, uma vez que possui certa credibilidade no atual contexto brasileiro.

Possivelmente, ainda baseado no conteúdo da reportagem, o autor menciona o exemplo do garoto Léo para expor seu ponto de vista de que o trabalho infantil é prejudicial no desenvolvimento escolar. O parágrafo é assim arquitetado a partir dois movimentos: exemplificação e causalidade.

A exemplificação do fato real ocorrido com Léo vem ratificar o ponto de vista do produtor. Se o menino de 12 anos, que é submetido a condição de exploração, não sabe ler, logo o trabalho infantil prejudica o empenho escolar. A causalidade se confirma quando um fato ocorre em decorrência do outro. Esse recurso é utilizado pelo autor da seguinte forma: a criança trabalha muito, então, adoece e, por conseguinte, não comparece a escola.

Em síntese, a análise do TO6 pode ser assim resumida:

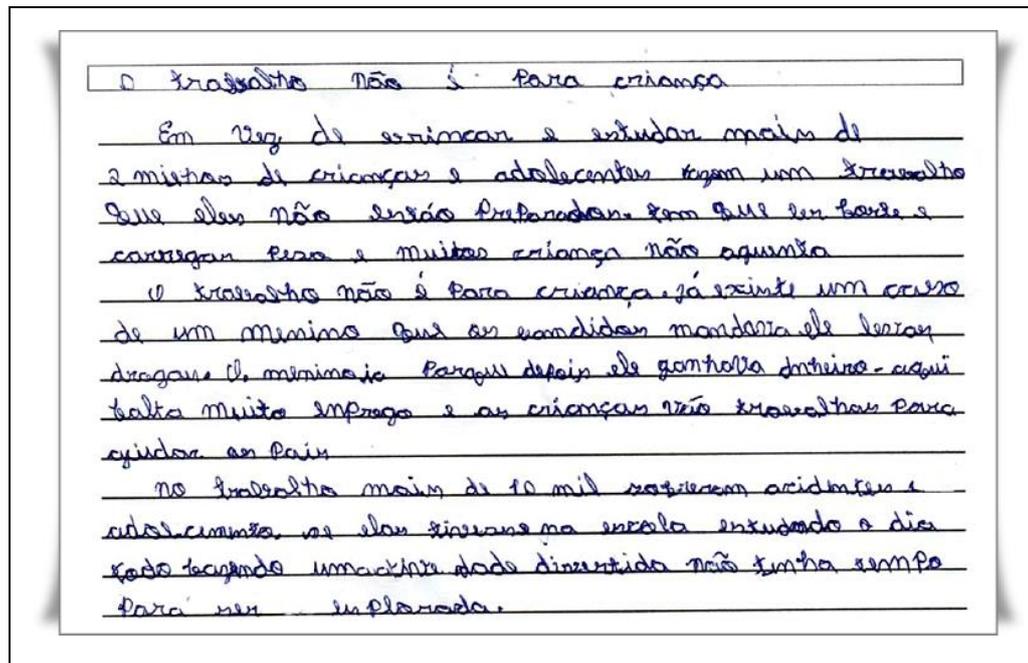
Tabela 20 – Recursos composicionais em TO6

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	01
<b>Evidência</b>	-
<b>Exemplo</b>	01
<b>Causalidade</b>	01

Fonte: Da pesquisa do autor.

A sétima produção (TO7) tem em sua estrutura composicional três parágrafos e tem por título “O trabalho não é para criança”.

Quadro 17 – Texto de opinião (TO7)



Fonte: Da pesquisa do autor.

Considerando os aspectos em análise, observa-se, no primeiro parágrafo, o uso da evidência (mais de 2 milhões de crianças e adolescentes trabalhadores). Apesar de a fonte de coleta do dado não está mencionada no texto, sabe-se pela proposta de produção que é o IBGE. A recorrência ao quantitativo serve para dar força ao que se deseja defender e despertar a atenção sobre a gravidade do problema. Ainda nesse parágrafo, o autor procura explicitar a escolha do tema, enfatizando a fragilidade da criança no exercício de atividades pesadas.

No parágrafo seguinte, é evidente o uso do exemplo. Ao narrar o caso do menino que funciona como “aviãozinho” para o tráfico de droga, o produtor pretende demonstrar que tem profundo saber sobre a temática desenvolvida e procura se apresentar com um bom informante. O autor traz um exemplo real que é capaz de sensibilizar o leitor. Esse tipo de recurso, que mexe com o sentimento, possui carga argumentativa e tem o intuito de levar o leitor a reflexão do tema.

Apesar do parágrafo ter uma estrutura narrativa bem marcada, um olhar acurado pode notar a opinião do agente-produtor quando é dito que “aqui falta muito emprego e as crianças vão trabalhar para ajudar os pais”. O autor transparece duas razões importantes para gerar a exploração no trabalho infantil: a falta de emprego e a pobreza familiar.

O último parágrafo é elaborado com mais uma prova (40 milhões de acidentes e adoecimentos), sem divulgação do instituto de pesquisa, e com uma conclusão bem definida que aponta que o tempo integral na escola é uma saída para possível redução do número de crianças envolvidas em situações degradantes. Em suma, a tabela TO7, expõe os dados dessa análise:

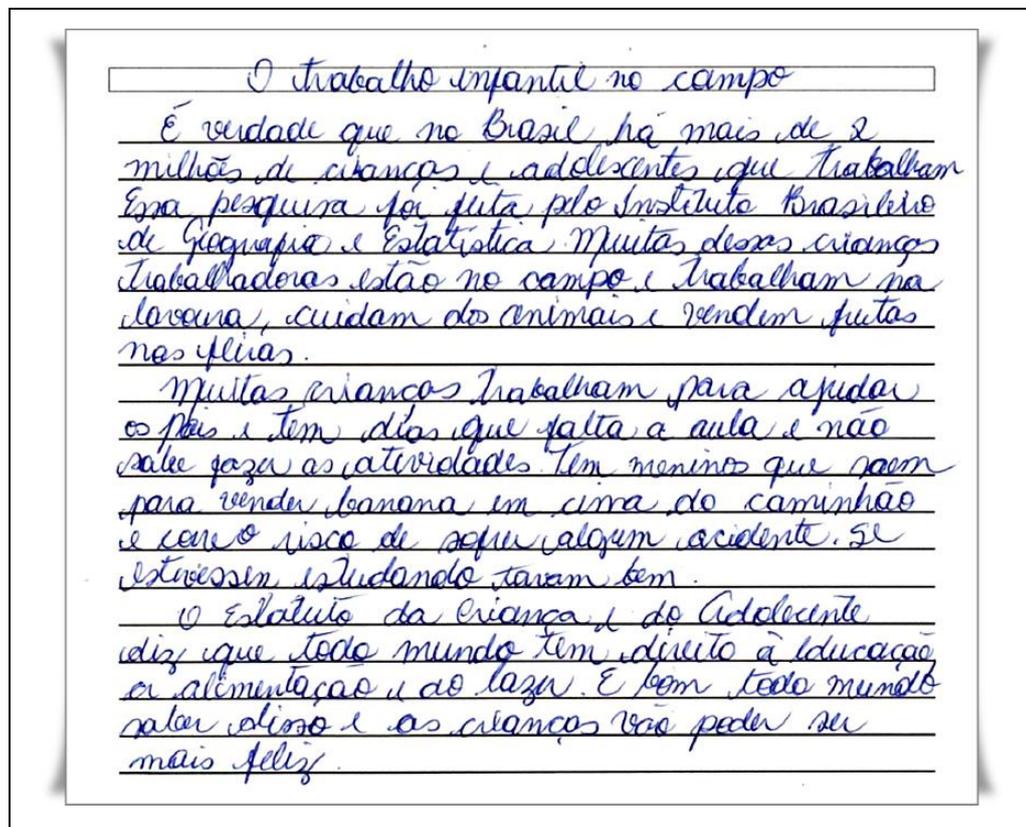
Tabela 21 – Recursos composicionais em TO7

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	-
<b>Evidência</b>	02
<b>Exemplo</b>	01
<b>Causalidade</b>	-

Fonte: Da pesquisa do autor.

O texto de opinião (TO8) que será analisado a seguir propõe como título “O trabalho infantil no campo” e tem uma estrutura dividida em três parágrafos.

Quadro 18 – Texto de opinião (TO8)



Fonte: Da pesquisa do autor.

A estrutura do parágrafo inicial é composta por uma evidência, a partir de um dado estatístico do IBGE, e pela divulgação do autor das atividades do campo em que as crianças trabalhadoras estão envolvidas. A expressão inicial - É verdade - tem um peso argumentativo muito forte, uma vez que pretende reforçar toda a veracidade do parágrafo, principalmente pelo fato de existir um dado difundido por um instituto reconhecido de pesquisa.

Há também a relação de causa e consequência nas palavras iniciais do segundo parágrafo. O agente-produtor escreve que o fato de muitas crianças trabalharem para ajudar os pais pode trazer certas consequências, tais como, a ausência na escola e o não saber realizar as atividades escolares.

Ainda no parágrafo dois, o autor se utiliza do recurso do exemplo e conta uma situação do seu contexto social (meninos que saem em cima do caminhão para vender). Há uma tentativa de aproximação com o leitor, uma vez que o produtor é sabedor que os próprios alunos da escola terão contato com o texto. O autor ainda argumenta que o trabalho é uma forma de ajudar os pais, porém reconhece que isso pode trazer alguns danos, como a ausência da escola e ineficiência na resolução das atividades.

Para defender que a criança tem direito à educação, alimentação e ao lazer, no último parágrafo, o produtor faz um movimento de autoridade. Mesmo tendo consciência desses direitos, o autor precisa de uma voz de prestígio. Esse movimento visa, de acordo com Soares (2016, p,70) “ter a intenção de fazer o seu leitor agir ou pensar em uma direção” Tal direção é apontada nas palavras “é bom todo mundo saber disso”. Em outras palavras, saber o que se afirma no ECA e procurar colocar em prática.

A tabela 22 traz um breve resumo da análise do TO8.

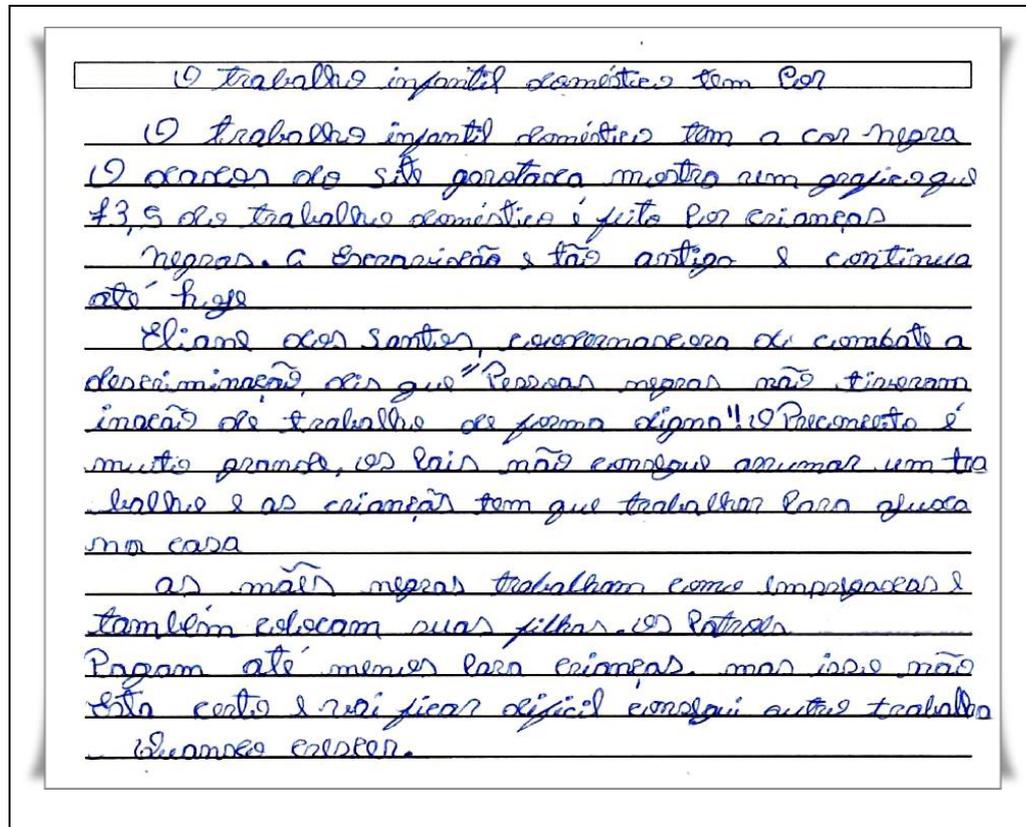
Tabela 22 – Recursos composicionais em TO8

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	01
<b>Evidência</b>	01
<b>Exemplo</b>	01
<b>Causalidade</b>	01

Fonte: Da pesquisa do autor.

A produção a seguir é constituída por três parágrafos e tem como título “O trabalho infantil tem cor”.

Quadro 19 – Texto de opinião (TO9)



Fonte: Da pesquisa do autor.

A arquitetura do parágrafo inicial tem como base a exposição de um dado estatístico, o que consolida como argumento por evidência. A recorrência a maioria (lugar de quantidade) é defendida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.98) “o lugar da quantidade, a superioridade do que é admitido pelo maior número, é que fundamentam certas concepções [...]”. O produtor textual se vale da lógica quantitativa para afirmar que o trabalho infantil doméstico tem a cor negra e ressalta a dimensão histórica e escravocrata da exploração.

No parágrafo seguinte, o produtor estrutura o argumento com base no movimento de autoridade. É importante destacar que o autor escolhe a voz de quem tem conhecimento sobre o tema (Eliane Santos, coordenadora do programa de Combate à Discriminação). A indicação da função exercida pela autoridade mostra-se necessária por não ser um nome conhecido pelos possíveis leitores e, dessa forma, mostrar ao leitor o grau de honra que a autoridade detém.

A voz de autoridade é marcada pelo discurso direto. As aspas mostram que o produtor demarcou nitidamente a fala da coordenadora. Pode-se dizer que o fragmentado coletado do texto original teve um bom aproveitamento e foi inserido no texto de opinião de forma não mecânica, dentro de um contexto de consonância com a ideia defendida.

A utilização da causalidade pode ser percebida em dois momentos distintos. Tem-se no segundo parágrafo, quando o autor afirma que “os pais não conseguem arrumar um trabalho e as crianças tem que trabalhar”, e, também, no parágrafo derradeiro, de forma mais velada. Para o autor, as mães negras colocam suas filhas para trabalhar e, em consequência disso, não conseguirão um trabalho mais rentável na fase adulta.

Ainda é nítido o uso do argumento pelo exemplo na arquitetura do parágrafo final. O autor recupera uma situação histórica, comprovada por diferentes pesquisas, referente ao ciclo “de mãe para filha” que mantém viva a herança da escravidão. Essa raiz da desigualdade é combatida pelo autor a partir da expressão “isso não está certo”.

A tabela 23 sintetiza, em números, os recursos do TO9.

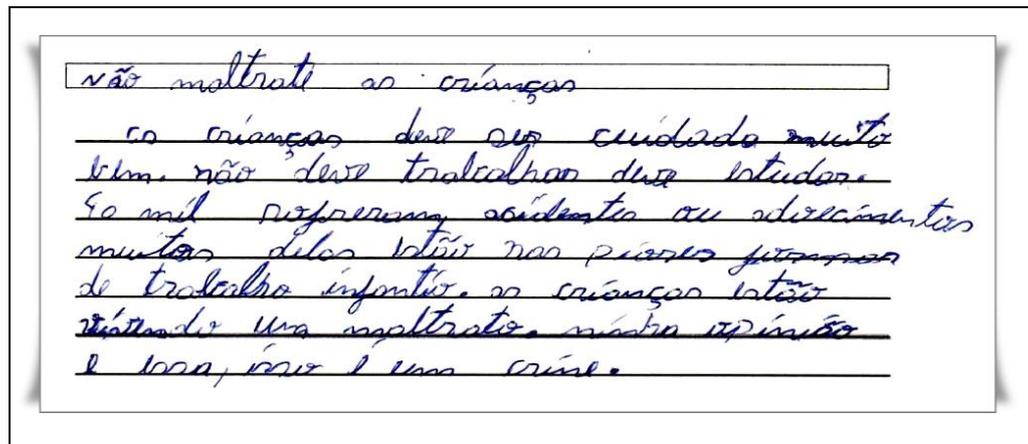
Tabela 23 – Recursos composicionais em TO9

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	01
<b>Evidência</b>	01
<b>Exemplo</b>	01
<b>Causalidade</b>	02

Fonte: Da pesquisa do autor.

A décima produção (TO10) foi elaborada em um único bloco e apresenta o título “Não maltrate as crianças”.

Quadro 20 – Texto de opinião (TO10)



Fonte: Da pesquisa do autor.

Levando em consideração os quatro tipos de argumentos abordados, o produtor utilizou-se apenas do recurso da evidência. A prova de que 40 mil crianças e adolescentes sofreram algum tipo acidente ou adoeceram é inserida em um contexto coerente, uma vez, que o autor vem destacando a inserção das crianças trabalhadoras nas piores formas de trabalho, o que justifica a presença do dado numérico.

Apesar da estrutura de parágrafo único, é possível perceber que a opinião do autor se manifesta logo nas primeiras linhas, defendendo a ideia de que a criança dever ser muito bem cuidada. As últimas linhas refletem o caráter conclusivo, até com certa veemência, quando se afirma “a minha opinião é, isso é crime”. É interessante destacar que o produtor reconhece a gravidade do trabalho infantil, considerando-o como transgressão da lei.

A tabela 24 sintetiza os recursos composicionais do TO10.

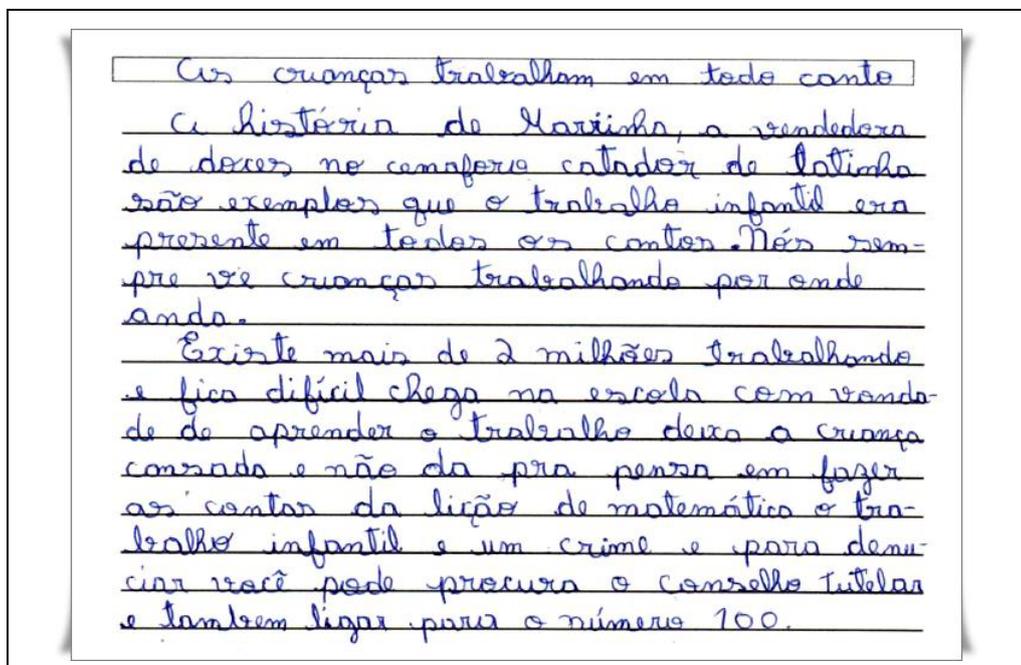
Tabela 24 – Recursos composicionais em TO10

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	-
<b>Evidência</b>	01
<b>Exemplo</b>	-
<b>Causalidade</b>	-

Fonte: Da pesquisa do autor.

O texto opinativo a seguir (TO11) traz a em estrutura composicional três parágrafos e apresenta o título “As crianças trabalham em todo canto”.

Quadro 21 – Texto de opinião (TO11)



Fonte: Da pesquisa do autor.

O uso de exemplos retirados do meio social é uma forma plausível para introduzir um assunto. O produtor do TO11 optou por esse recurso e expôs três casos de exploração. O primeiro deles (Mariinha) é uma referência a animação assistida em sala de aula, os outros dois, podem ter sido observados em imagens, leituras, programas de TV, ou até ter presenciados, uma vez que o leitor é informado sobre a presença de crianças trabalhando nos ambientes em o agente-produtor frequente.

A argumentação construída no segundo parágrafo se desenvolve pelo movimento da evidência e causalidade. No primeiro caso, recorre-se ao número proposto pela pesquisa do IBGE e, no segundo caso, tem-se causalidade pela razão do trabalho excessivo deixar a criança cansada e não estar apta para resolver as operações matemáticas.

O parágrafo terceiro, de estrutura conclusiva, encaminha para uma possível solução do problema. O produtor cita a denúncia como alternativa e aponta para o leitor duas formas denunciativas: a procura pelo Conselho Tutelar e a ligação para o disque 100.

A tabela 25 expõe, resumidamente, os recursos propostos em TO11.

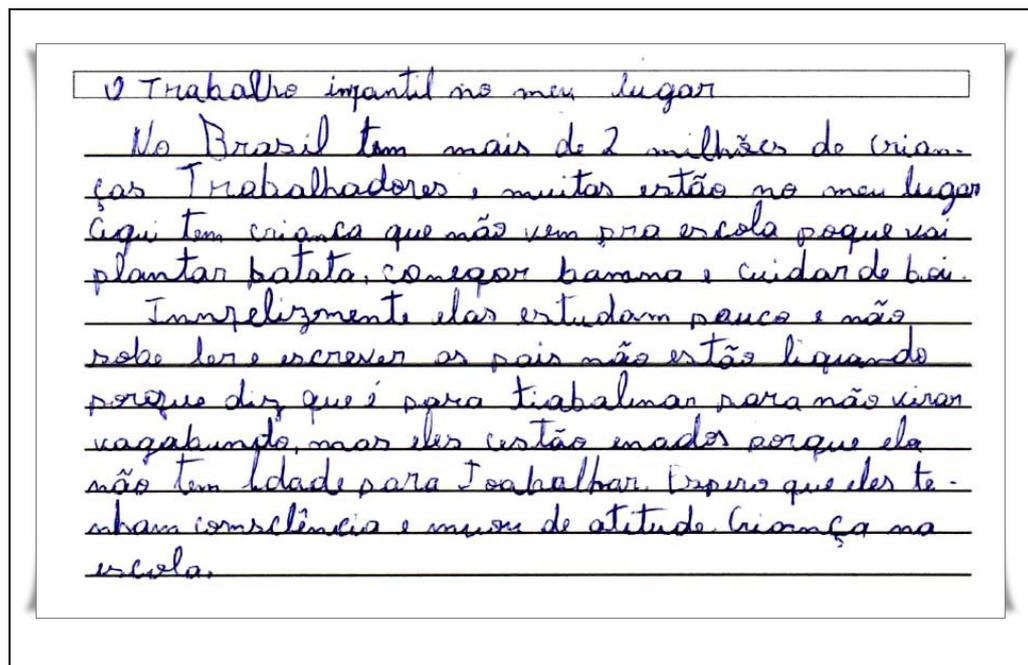
Tabela 25 – Recursos composicionais em TO11

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	-
<b>Evidência</b>	01
<b>Exemplo</b>	01
<b>Causalidade</b>	01

Fonte: Da pesquisa do autor.

A última produção em análise (TO12) foi estruturada em dois parágrafos e apresenta o título “O trabalho infantil no meu lugar”.

Quadro 22 – Texto de opinião (TO12)



Fonte: Da pesquisa do autor.

O autor inicia a parágrafo com os dados divulgados em 2017 pela pesquisa do IBGE (mais de 2 milhões de trabalhadores/evidência) e logo ratifica a existência de uma parcela desse número no próprio lugar em que vive. Para provar essa realidade, o autor cita três situações em quem já presenciou o trabalho infantil: plantio da batata, transporte de banana e criação de bois. Nesse caso, o produtor resgaste casos de seu âmbito social para estruturar a ideia que se deseja defender.

Ao iniciar o segundo parágrafo com o advérbio (infelizmente), o produtor transparece sua tristeza pelos pequeninos que não desenvolveram a capacidade de ler e escrever. Nesse trecho, tem-se o recurso da causalidade. As crianças de sua região trabalham e frequentam poucas vezes a escola, em razão disso, não aprendem as habilidades de leitura e escrita.

É interessante notar que na continuidade do parágrafo, o produtor traz a voz dos pais (movimento de exemplificação) que não estão preocupados com a situação e apresentam um discurso favorável ao trabalho infantil (trabalhar para não virar vagabundo). Esse discurso dos pais é desqualificado pelo autor (uso do operador mas), a partir do dizer “eles estão errados, criança não têm idade para trabalhar”.

Por fim, o parágrafo adquire forma conclusiva e o produtor espera que a situação seja mudada. Para tanto, os pais precisam adquirir consciência e perceber que lugar de criança é na escola. A expressão final “Criança na escola” ratifica o posicionamento do autor, enfatizando o lugar adequado para a criança se fazer presente, na escola.

A tabela 26 apresenta os dados dos movimentos argumentativos propostos em TO12.

Tabela 26 – Recursos composicionais em TO12

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	-
<b>Evidência</b>	01
<b>Exemplo</b>	02
<b>Causalidade</b>	01

Fonte: Da pesquisa do autor.

As 12 (doze) análises apresentadas mostraram que é possível trabalhar com gêneros da ordem do argumentar, fazendo com que os estudantes do 5º ano do ensino fundamental aprimorem sua capacidade argumentativa, trazendo para produção de textos de opinião argumentos múltiplos e informações de outros textos, dentro de um contexto lógico para defesa de sua opinião.

A tabela 27 apresenta o total geral dos movimentos para construção dos quatro tipos de argumentos.

Tabela 27 – Total de recursos composicionais

Recursos Composicionais	Quantidade
<b>Autoridade</b>	07
<b>Evidência</b>	13
<b>Exemplo</b>	12
<b>Causalidade</b>	11

Fonte: Da pesquisa do autor.

O resultado final mostrou que é possível estruturar o texto de opinião a partir dos movimentos propostos. O uso com maior frequência do argumento por evidência pode ser explicado pelo fato dos dados estarem expostos para toda a turma. O segundo mais utilizado foi o argumento pelo exemplo, o que pode ser justificado pelos gêneros de apoio que foram estudados ao longo dos módulos. O movimento de causalidade ocupou a terceira posição, uma vez que o bom trabalho com atividades favoráveis permitiu essa construção. O argumento com menor uso foi argumento autoridade, mas foi encontrado na maioria das produções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constatou que o ensino de Língua Portuguesa, principalmente nos anos iniciais, pode ser organizado além do domínio do discurso da ordem do narrar, como costumeiramente tem acontecido, sob enfoque argumentativo, uma vez que toda multiplicidade de gêneros possui, velada ou explicitamente, sua dimensão argumentativa.

É relevante mencionar que a pesquisa mostrou que o estudo do texto de opinião pode ser realizado por meio de sequência didática. Esse recurso oferece a possibilidade de desvendar um gênero de texto, etapa por etapa, organizada de acordo com os objetivos que se pretende alcançar. Entre as vantagens de se trabalhar por meio de sequência didática, destacam-se a forma gradual para reconhecimento de um gênero e o trabalho organizado para construção do desenvolvimento argumentativo do estudante.

O trabalho didático, embasado numa sequência didática, sob o foco da argumentação permitiu, por parte dos estudantes envolvidos, a construção de argumentos e movimentos argumentativos bem arquitetados e coerentes. Assim, é possível salientar que a criança, desde os primeiros anos de estudo, é capaz de produzir textos opinativos, por isso o ensino sistemático da argumentação deve ser levando em consideração nesse âmbito inicial do ensino.

A proposta de trabalho com o texto opinativo reforça o quão importante é a didatização de um gênero de circulação social, visto que as ações pedagógicas embasadas nesse gênero podem oferecer a oportunidade para se discutir o sobre questões polêmicas, tratando-as em sua dimensão constitutiva sócio-argumentativa.

A análise dos 12 (doze) textos de opinião de estudantes do 5º ano do ensino fundamental permite salientar que a criança é capaz de produzir textos da ordem do argumentar. Por esta razão, o ensino sistemático da argumentação não deve ser introduzido tardiamente no contexto escolar, uma vez o trabalho sistemático, sob o foco da argumentação, possibilita aos envolvidos, a construção de argumentos coerentes e bem fundamentados.

O trabalho de análise também constatou a presença dos quatro tipos de argumentos e dos movimentos argumentativos nas produções dos estudantes, a saber: argumento de autoridade, argumento por evidência, argumento pelo exemplo

e argumento de causalidade. Cada um possui sua dimensão argumentativa uma vez que, respectivamente, traz a palavra de prestígio do discurso de uma autoridade, pela para lógica quantitativa, evoca um exemplo de um dado contexto e apresenta as possíveis causas e consequências de determinado problema.

Vale lembrar que o aprendizado de construção de bons argumentos permite uma participação social mais efetiva, uma vez que a todo tempo o ser humano é solicitado para opinar, convencer o outro, discutir sobre questões polêmicas. Para tanto, é necessário adquirir um repertório amplo de leitura. Por esta razão, a sequência didática optou por trazer, além do texto opinativo, outros gêneros: reportagem, infográfico, notícia.

É válido mencionar que a presença desses gêneros contribuiu de forma significativa para o produtor estruturar o texto de opinião com maior autoridade, mostrando, ao logo da escrita, a voz do outro, a exibição de dados estatísticos, exemplos de seu contexto social, exemplificações dos meios de comunicação e conhecimento das múltiplas formas em que os textos se apresentam.

No que diz respeito ao trabalho didático com o texto opinativo, essa pesquisa pode ser considerada um pequeno esboço que ainda merece ser aprimorada, levando sempre em consideração as mudanças pedagógicas e linguísticas que ocorrem no decorrer do tempo. As orientações sobre o ensino do texto de opinião na sala de aula não devem ser consideradas como receitas prontas, nem tampouco com soluções para os dilemas da prática pedagógica. Elas são passíveis de adaptações e devem ser vistas como sugestões que, quando bem entendidas e colocadas em evidência, possibilitam um refinamento na competência discursivo-argumentativa do aluno.

Aqui fica a possibilidade de aprofundamento sobre o tema. Uma questão que, sem dúvida, merece ser tratada com mais afinco, principalmente pelos pesquisadores e professores do ensino fundamental, visando oferecer sua parcela contribuidora em prol de um ensino argumentativo da língua. Por fim, espera-se que essa pesquisa possa contribuir para melhoria do ensino, oportunizando referenciais teóricos e práticos para o ensino da língua sem tantos dilemas na prática.

Em síntese, o desenvolvimento do discurso argumentativo, sobretudo escrito, implica numa série de leituras e de prática constante. Dar ênfase a tais práticas, desafiando os alunos a experimentar essas condutas sociodiscursivas é a grande

tarafa da escola.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.
- AZEVEDO, Jô. Trabalho infantil consome futuro de muitas crianças. In: GAGLIARDI, Eliana; AMARAL, Heloísa (orgs.). **Pontos de vista**. São Paulo: Cenpec, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BALTAR, Marcos. **Competência discursiva e gêneros textuais: uma experiência com o jornal na sala de aula**. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2006.
- BÍBLIA SAGRADA. **Revista e Atualizada no Brasil**. Trad. João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo: sociedade Bíblica do Brasil, 1999.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2007.
- CAMARGO, Yêda de Moraes. O papel das interrogativas no julgamento de Gregório Fortunato. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- CUNHA, Dóris Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.) **Gêneros textuais e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- DICIONÁRIO ESCOLAR DA LINGUA PORTUGUESA. **Academia Brasileira de Letras**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Glaís Sales (Trad. e Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.
- FARIA, Evangelina Maria Brito de. **A argumentação infantil**. Campina Grande: Bagagem, 2004.
- FARIA, Maria Alice. **O jornal na sala de aula**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GAGLIARDI, Eliana; AMARAL, Heloísa. **Pontos de vista**. São Paulo: Cenpec: 2008.

KOCHE, Vanilda; Boff, Odete; Marinello, Adiane. **Leitura e produção textual: gêneros textuais da ordem do argumentar e expor**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LEAL, Telma Ferraz; MORAIS, Artur Gomes. **A argumentação em textos escritos: a criança e a escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LEITÃO, Selma; DAMIANOVIC, Maria Cristina (Orgs.). **Argumentação na escola: o conhecimento em construção**. Campinas: Pontes Editora, 2011.

LEITÃO, Selma; BANKS-LEITE, Luci. Argumentação na linguagem infantil: algumas abordagens. In: RÉ, Alessandra Del. (Org.) **Aquisição da linguagem**. São Paulo: Contexto, 2012.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**. São Paulo: Ática, 1985.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATEUS, Elaine. Por uma pedagogia da argumentação. In: LIBERALI, Fernanda Coelho; DAMIANOVIC, Maria Cristina; NININ, Maria Otilia Guimarães (Orgs.) **Argumentação em contexto escolar: relatos de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Português forense: língua portuguesa para curso de direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Marcela Regina Vasconcelos da Silva. **A construção de sentido em dissertações argumentativas: ressignificando a produção textual escrita no ensino médio**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2015.

PÉCORA, Alcir. **Problemas de redação**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PLATIN, Chistian. **A argumentação**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PROJETO BURITI. **Português**. 2. ed. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. São Paulo: Moderna, 2011.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Textos multimodais: leitura e produção**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

SACRINI, Marcus **Introdução à análise argumentativa: teoria e prática**. São Paulo: Paulus, 2016.

SCHNEUWLY, Bernard; Dolz, Joaquim. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís Sales (Trad. e Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SELIVON, Márcia. Valores, ideologia e estratégias argumentativas no discurso religioso. In: MOSCA, Lineide Salvador (Org.) **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Humanitas, 2006.

SILVA, Ana Virgínio Lima da. **Relações entre o ensino e a produção do artigo de opinião**. Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat. Disponível em <[www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/13.pdf](http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/13.pdf)>. Acesso em 04 de abril de 2009. 12p.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

SOARES, Neiva Maria Machado. **Gêneros textuais em foco: argumentação em textos opinativos**. Curitiba: Appris, 2016.

SOUZA, Lusinete Vasconcelos de. **As proezas das crianças em textos de opinião**. Campinas: Mercado das letras, 2003.

TRIPP, Davi. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>>. Acesso em 04 de abril de 2017. 24p.

WESTON, Anthony. **A construção do argumento**. Trad. Alexandre Feitosa Rosas. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

# ANEXOS

## ANEXO A - REPORTAGEM: TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO: BOM PARA QUEM?

## Trabalho infantil doméstico: bom para quem?

SANDRA KIEFER, SOB A COORDENAÇÃO DA ANDI\*

Fica decretado que nenhuma menina ou adolescente brasileira menor de 18 anos terá seus dias de Gata Borralheira. Ela tem direito a já nascer Cinderela e a nunca precisar esfregar o chão na casa de parentes. Ela não vai mais se sujeitar a ser “quase da família” e a lavar um banheiro ou arrumar uma cozinha, em troca de uma carne e um prato de comida. Ela se nega a ganhar um trocado para vigiar o filho da vizinha ou para pajear primas invejosas. Ela não precisa mais ficar de olho no relógio, com medo de que sua carruagem vire abóbora e sua roupa de princesa volte a rasgar em farrapos, como num conto de fadas.

Desde 12 de setembro deste ano, está em vigor o Decreto 6.481, que proíbe que adolescentes menores de 18 anos trabalhem como domésticos. Antes do decreto, era legal a contratação — desde que registrada em carteira — de maiores de 16 anos e menores de 18 para exercerem serviços domésticos. “O decreto introduz um elemento importante ao incluir o trabalho infantil doméstico entre as piores formas de trabalho infantil. Ao fazer isso, reconhece que essa menina pobre está exposta a riscos de humilhação, abusos e maus-tratos [...]”.

Dentre as 691 atividades econômicas da lista das “piores formas”, apenas o trabalho infantil doméstico chamou a atenção de parte da sociedade brasileira. “Houve uma chiadeira muito grande, tanto na classe média, que em grande parte é usuária do trabalho dessas meninas, quanto nas classes de baixa renda, que paga para a filha da vizinha olhar o bebê enquanto os pais saem para trabalhar”, compara Isa Oliveira, secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Ela lembra que há diferenciação nos direitos trabalhistas mesmo entre as domésticas adultas que, em boa medida, trabalham sem carteira assinada no Brasil. “O agravante é que tudo o que envolve a casa



Menina de 6 anos, em Kosovo, 2004.



Menino de 13 anos, no Egito, 2006.



Menina de 8 anos, em favela na zona sul de São Paulo, 2003.

é ininterrupto e elas ficam submetidas a uma jornada sem fim, sem folga, sem férias, sem descanso", completa.

[...]

"O trabalho feito nas casas de família é tão ilegal quanto qualquer outro, mas parece menos ilegal porque os patrões, embora explorem esse trabalho, pensam que estão ajudando a família da criança dando o emprego, alimentando, vestindo e deixando estudar. Alguns ainda arranjam a justificativa de que ela é filha de criação e, com isso, eximem-se de

pagar o salário devido", critica Suzanna Sochaczewski, socióloga do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). "A criança não está pronta para trabalhar, tanto do ponto de vista físico quanto psicológico. Ela precisa ter tempo para brincar, para não fazer nada e fingir que é uma rainha", observa a especialista do Dieese. Ou, quem sabe, fingir-se de Cinderela. Mas nunca de Borralheira, pois o serviço doméstico, ao contrário do que parece, não é um trabalho leve.

\* Sandra Kiefer foi diplomada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) como *Jornalista Amiga da Criança* em 2000. Hoje trabalha no jornal *Estado de Minas* como repórter de Economia.

## ANEXO B – TEXTO DE OPINIÃO: TRABALHO INFANTIL CONSOME FUTURO DE CRIANÇAS

## Trabalho infantil consome futuro de muitas crianças

*Jô Azevedo*

Estatísticas recentes apontam a existência de cerca de 3,1 milhões de crianças trabalhadoras entre 5 e 15 anos no País. A maior parte na agricultura, nas culturas de tomate, café, algodão, sisal, frutas e outras. Também em atividades como fabricar tijolos ou blocos, quebrar pedras ou produzir carvão vegetal. Nas cidades, trabalham como empregadas domésticas, nos lixões catando material reciclável, como office-boys, vendedores de doces nos semáforos e “aviões” para o tráfico de drogas.

Muitas atividades têm na sua rotina as mãozinhas de muitas crianças e a gente nem sabe disso. Mas por que isso acontece? O costume, os hábitos da comunidade, a pobreza familiar, a falta de estudo dos pais, a ausência de escolas, políticas públicas e formas adequadas de geração de renda, além da natureza do mercado de trabalho são alguns dos motivos que levam milhares de pequenos brasileiros a trabalhar.

Criança que vai trabalhar cedo consome seu futuro nas jornadas de trabalho. Não consegue conciliar escola e trabalho, abandonando muito cedo as aulas. E hoje o exigente mercado de trabalho já não se contenta com a escola fundamental. Uma escolarização com tempo mais longo é uma exigência das atividades mais bem remuneradas. Se não há preparo adequado, o círculo de pobreza em que suas famílias estão mergulhadas vai continuar. Então, trabalho infantil é um grande ceifador de futuros brilhantes. Tem mais: o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, uma conquista da sociedade brasileira, proíbe o trabalho de crianças até os 15 anos, salvo na condição assistida de aprendiz.

Se buscamos uma sociedade menos desigual, em que a distância entre ricos e pobres não seja tão grande como agora, temos de acabar com o trabalho infantil. Ele é um dos motivos para a continuidade do ciclo da miséria em muitas regiões brasileiras.

## ANEXO C – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### Estatuto da Criança e do Adolescente

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

#### TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

[...]

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

[...]

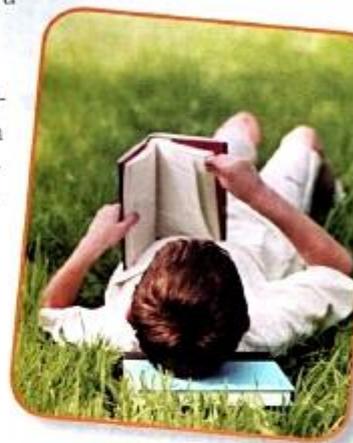
#### TÍTULO II – DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

##### CAPÍTULO I – DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 11. É assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

[...]



**CAPÍTULO II – DO DIREITO À LIBERDADE,  
AO RESPEITO E À DIGNIDADE**

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

[...]

**CAPÍTULO III – DO DIREITO À CONVIVÊNCIA  
FAMILIAR E COMUNITÁRIA**

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

[...]

**CAPÍTULO IV – DO DIREITO À EDUCAÇÃO,  
À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER**

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

[...]



JOHN FRANCIS BOLLEA / ZETA PICTURE / CONTRASTO



LEANE KOSMIDY / O CLIQUE DA KOSMIDY / CONTRASTO

## ANEXO D – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**1** Leia este texto e observe as fotos.

O artigo 5º do *Estatuto da Criança e do Adolescente* diz:  
Nenhuma criança ou adolescente poderá sofrer qualquer forma de abandono, discriminação, exploração, violência, crueldade, humilhação ou qualquer atentado aos seus direitos fundamentais.



Crianças limpando para-brisa de caminhão, em São Paulo, 2002.



Menino quebrando coco de babaçu, no Maranhão, 2001.



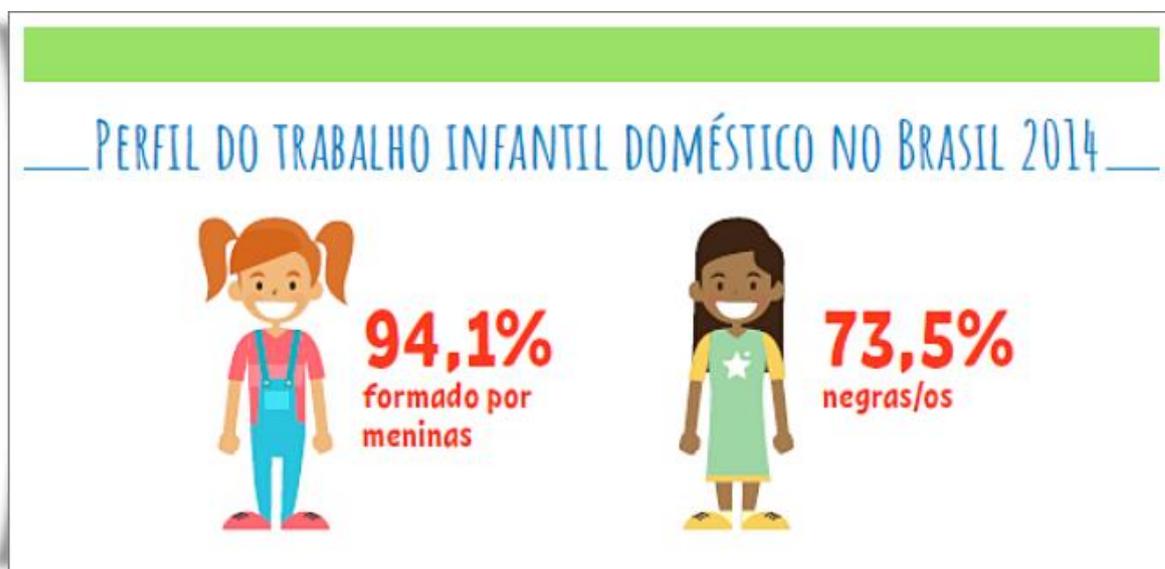
Criança em um lixão de São Paulo, 1999.

- Converse com os colegas a respeito dessa situação.
  - a) O que você vê nas fotos está de acordo com o que diz o artigo 5º do *Estatuto da Criança e do Adolescente*?
  - b) Como as crianças deveriam ser tratadas pelos governantes e pela sociedade?
  - c) O que precisa ser mudado para que as crianças não tenham de trabalhar?

## ANEXO E – INFOGRÁFICO I



## ANEXO F – INFOGRÁFICO II



## ANEXO G – NOTÍCIA: EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL É FLAGRADA NO CENTRO DE MACEIÓ

### Exploração de trabalho infantil é flagrada no centro de Maceió

Crianças são vistas carregando cargas pesadas embaixo de sol quente. Secretaria de Assistência Social promete intensificar fiscalização.



Crianças são flagradas trabalhando no centro de Maceió (Foto: Reprodução/TV Gazeta)

Com a chegada do fim do ano e do período das férias escolares, a exploração do trabalho infantil pode ser vista com mais frequência em **Maceió**. Na manhã deste sábado (8), crianças vendendo água, aparelhos eletrônicos e produtos de beleza foram flagradas pela TV Gazeta, no centro da capital alagoana.

Os pais que acompanhavam as crianças disseram achar normal colocar seus filhos para trabalhar, o que chamou a atenção da Secretaria de Assistência Social do Município. Na próxima segunda-feira (10), o Conselho Tutelar intensificará a fiscalização no Centro e

em ruas movimentadas de Maceió. Assista vídeo ao lado

Parte das crianças abordadas pela reportagem da TV Gazeta afirmou que estava sem aula porque a escola que estudam está em reforma, outras falaram que foram trabalhar na rua para ajudar a família. Já os pais disseram que é melhor o filho estar ajudando nas vendas do que se drogando.

Segundo o secretário de Assistência Social, Francisco Araújo, a situação é lamentável e deve ser combatida através da conscientização das famílias. "Assim que identificarmos os responsáveis por essas crianças iremos notificá-los e se o caso se repetir, tomaremos as medidas jurídicas cabíveis. A medida mais drástica é a perda da guarda da criança", disse.

De acordo com Araújo, o aumento da exploração do trabalho infantil cresce nesta época do ano, quando os pais levam seus filhos para ajudar nas vendas com o objetivo de reforçar a renda familiar. "É uma questão econômica, por isso faço um apelo para que a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas absorva essas crianças que estão sem aula", disse.

A conselheira tutelar da Secretaria de Assistência Social de Maceió, Amélia Mendonça, apontou que existe uma forte questão cultural envolvida na exploração do trabalho infantil. "Muitos pais acham que os filhos devem ajudar a família na questão financeira, pois um dia eles também foram obrigados a colaborar. Preferem ver o filho trabalhando do que marginalizado", afirmou.

#### Fiscalização

O secretário Francisco Araújo garantiu que na próxima segunda-feira (10), os conselheiros tutelares intensificarão as fiscalizações no centro da cidade. "

Essa fiscalização já acontece todos os dias, mas a partir de segunda-feira redobramos a atenção. Temos o programa de Erradicação do Trabalho Infantil que em parceria com instituições ligadas às crianças ajuda a inibir essa prática ilegal", disse.

## ANEXO H – PRODUÇÃO INICIAL (TO1) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA

Crianças não trabalha

Tem muito criança que trabalha no Brasil. As crianças lava, para mãis de 2 milhões de crianças e adolescente.

as meninas trabalho, Mariinha é Uma menina que trabalha e nem quer que viver assim.



#### Coisas não legais

Tem gente que não tem piedade e faz as meninas lavar louça, varrer a casa, passar os panos e até cuidar de bebê. Tem lei que proibe as crianças de trabalhar como domésticas.

Tem muito mais meninas do que meninos no trabalho doméstico. O gráfico informa que é 94 % de meninas. Elas não estão preparadas para tanta coisa e na escola não terão vontade de fazer as atividades. As meninas ficam tristes e não podem brincar.

Todo mundo sabe que tem que cumprir a lei, os pais, os adultos. Ninguém quer viver como Mariinha, o importante é ter tempo para brincar, estudar e se divertir.

## ANEXO I – PRODUÇÃO INICIAL (TO2) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA

O Trabalho infantil

Mais de 2 milhões de crianças trabalhando no Brasil. Tem 236 crianças que trabalha em perigo.

Na escola dorme e não aprende. Marinha trabalha todo dia e não pode brincar. A criança tem estudar e não trabalhar.



### Trabalho infantil ceifador de futuro

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) pesquisou que no Brasil há mais de 2 milhões de crianças trabalhando. Elas trabalham na agricultura, produção de tijolos e nos lixões.

Muitos vão trabalhar para ajudar os pais e acabam sem tempo para estudar. Dormem na sala e não conseguem aprender o suficiente. Alguns pais defendem o trabalho infantil, mas o Estatuto da Criança e do Adolescente diz do direito a educação, a praticar esporte e brincar.

Para solucionar o trabalho infantil o governo tem criado programas como o Bolsa Família e o Mais Educação para a criança passar mais tempo na escola e não ter tempo para trabalhar.

## ANEXO J – PRODUÇÃO INICIAL (TO3) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA

crianças (você) deve trabalhar  
 muita crianças já morreu. 24.654  
 sofreu acidentes mariinha também trabalha ela  
 a corda 5 horas e Passa Roupa e faz compra  
 E não tempo de estudar. O  
 trabalho muito tem que ~~tem~~  
 a cabar.



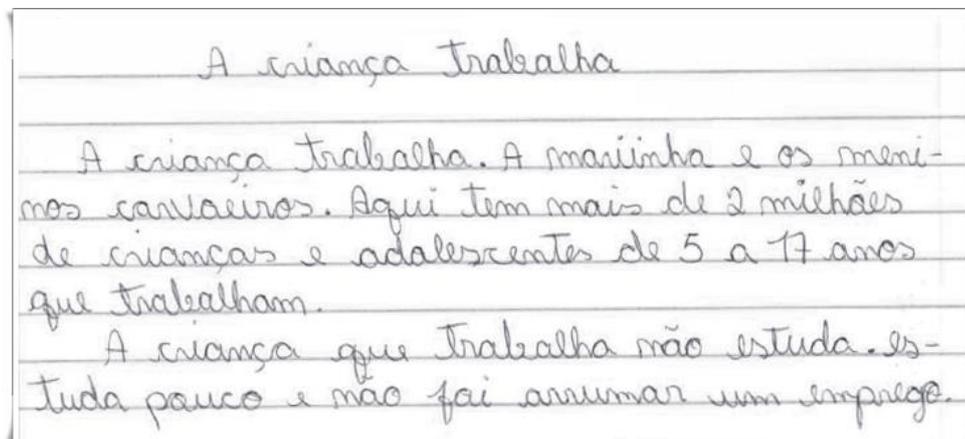
#### O trabalho infantil mata

O trabalho infantil mata e muita gente nem sabe. A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrou que 24.654 crianças sofreram acidentes graves com fraturas e amputações de membros. Essa é a triste verdade do Brasil.

O trabalho infantil mata os sonhos. Mariinha acorda as 5 horas e tem o domingo para passar roupas e fazer compras, não vai poder ir à igreja e brincar como outras crianças.

O trabalho infantil tem que acabar porque muitas crianças precisam ter um bom futuro. As pessoas têm que denunciar e também cuidar das famílias para as crianças não ter que trabalhar.

## ANEXO K – PRODUÇÃO INICIAL (TO4) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA



#### O trabalho infantil no Brasil

Nenhuma criança quer ser Gata Borralheira ou os meninos carvoeiros do poema de Manuel Bandeira. As crianças trabalhadoras não estão só nas histórias, no Brasil tem mais de 2 milhões que passam pelo sofrimento dos personagens.

No Brasil tem um decreto que proíbe que menores de 18 anos trabalhem. O trabalho infantil acontece porque tem muita gente pobre, gente que não tem emprego, lugar que não tem escola e gente que quer se aproveitar das crianças.

A criança que trabalhar na infância fica difícil arrumar um bom emprego. O povo tem que ligar para denunciar e o governo tem que ver essas famílias para ajudar.

## ANEXO L – PRODUÇÃO INICIAL (T05) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA

## Não ao trabalho

Aqui no Brasil tem 2 milhões de crianças e adolescentes que trabalham.

Eles trabalham em muitas coisas.

Esse trabalho pesado prejudica a escola porque eles ficam sem tempo para estudar.

Eu acho que criança não deve trabalhar e o povo pode ligar para denunciar porque esse trabalho não é bom para as crianças.



### Não ao trabalho infantil

O Estatuto da Criança e Adolescente diz que nenhuma criança e adolescente pode sofrer exploração, crueldade, humilhação. Aqui no Brasil essa lei não é cumprida, existe mais de 2 milhões de crianças e adolescentes que vivem trabalhando. Trabalham vendendo doces, nas casas, fazendo carvão e em vários outros tipos.

O trabalho infantil traz muitos prejuízos para a criança. Ela chega cansada na escola e não tem tempo de ler os livros. Tem criança que trabalha no pesado, em carvoaria, na roça e pode até sofrer acidente. Na pesquisa de 2017, 40 mil crianças e adolescentes sofreram acidentes e adoecimentos.

Como melhorar a vida dessas crianças? Tem a saúde prejudicada, a inteligência, a brincadeira. O povo fica calado e não liga para denunciar e tem gente que acha isso legal, e o Brasil continua com muitas crianças trabalhando e com muitas crianças trabalhando e com histórias como a vendedora de chicletes, Cena de rua e João e Maria. Devemos fazer o certo.

## ANEXO M – PRODUÇÃO INICIAL (TO6) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA

Muitas crianças estão nas piores formas de trabalho infantil, 236 crianças e adolescentes morreram. O trabalho é ruim e prejudica os estudos. Mariinha é muito trabalhadora. Ela trabalha o dia todo. É bom o trabalho infantil acabar.

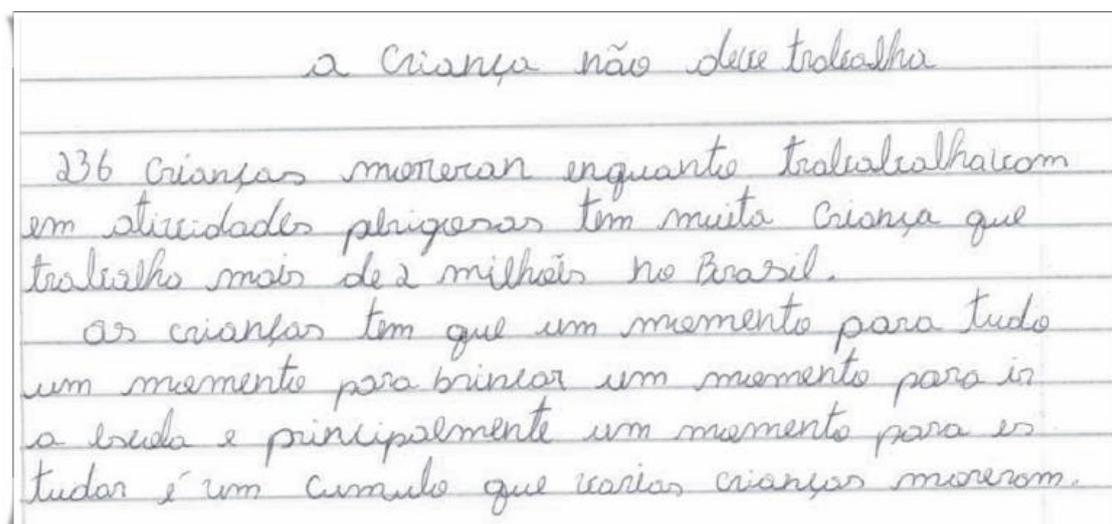


### O trabalho infantil é um trabalho escravo

A reportagem da RecordTV chamada Exploradas mostrou a vida de escravos de crianças da região Nordeste. Elas são escravizadas o dia todo, nas feiras, nas roças e nas ruas.

A história do menino Léo, de 12 anos, que carregava latinas e não sabe ler e escrever mostra como o trabalho infantil é ruim e prejudica os estudos. Tem crianças que adoecem e passam muito tempo sem ir para escola. É preciso ajudar essas crianças e os pais ter consciência que isso não é bom.

## ANEXO N – PRODUÇÃO INICIAL (T07) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA



### O trabalho infantil não é para criança

Em vez de brincar e estudar mais de 2 milhões de crianças e adolescentes fazem um trabalho que eles não estão preparados. Tem que ser forte e carregar peso e muitas crianças não aguentam.

O trabalho não é para crianças. Já assisti um caso de um menino que os bandidos mandavam ele levar drogas. O menino ia menino porque depois ele ganhava dinheiro. Aqui falta muito emprego e as crianças vão trabalhar para ajudar os pais.

No trabalho mais de 40 mil sofreram acidentes e adoecimentos. Se elas estivessem na escola estudando o dia todo e fazendo uma atividade divertida não tinha tempo para ser explorada.

## ANEXO O – PRODUÇÃO INICIAL (TO8) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA

*o trabalho infantil*  
 Mais de 2 milhões de crianças e adoles-  
 centes de 5 a 17 anos trabalham no Brasil.  
 Trabalha em muitos lugares. Tem dias  
 que falta na escola.  
 A minha opinião é que não deve traba-  
 lhar e melhor estudar para depois tra-  
 balhar.



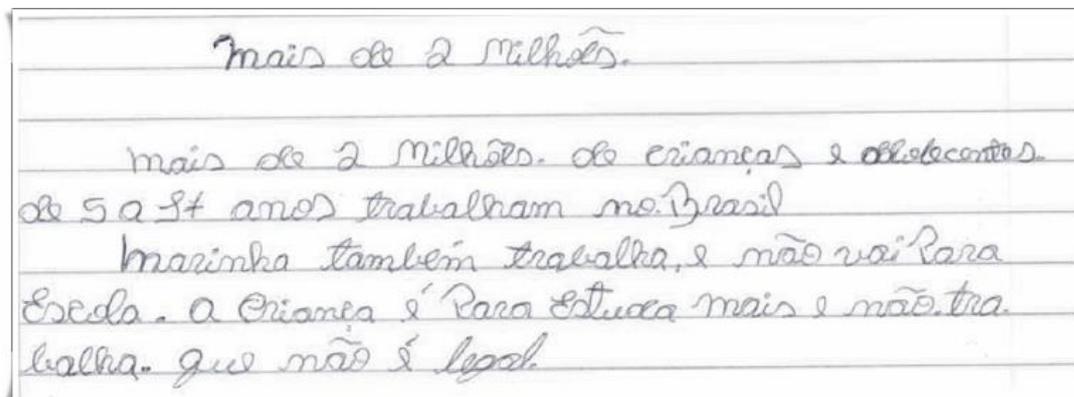
#### O trabalho infantil no campo

É verdade que no Brasil há mais de 2 milhões de crianças e adolescentes que trabalham. Essa pesquisa foi feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Muitas dessas crianças trabalhadoras estão no campo e trabalham na lavoura, cuidam dos animais e vendem frutas nas feiras

Muitas crianças trabalham para ajudar os pais e tem dias que falta a aula e não sabe fazer as atividades. Tem meninos que saem para vender bananas em cima do caminhão e corre o risco de sofrer algum acidente. Se estivessem estudando estavam bem

O Estatuto da Criança e Adolescente diz que todo mundo tem direito educação, a alimentação e ao lazer. É bom todo mundo saber disso e as crianças vão poder ser mais felizes.

## ANEXO P – PRODUÇÃO INICIAL (TO9) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA



#### O trabalho infantil doméstico tem cor

O trabalho infantil doméstico tem a cor negra. Os dados do site garotada mostra um gráfico que 73,5% do trabalho doméstico é feito por crianças negras. A escravidão é tão antiga e continua até hoje.

Elaine dos Santos, coordenadora do combate à discriminação diz que "as pessoas negras não tiveram inserção de trabalho de forma digna". O preconceito é muito grande, os pais não conseguem arrumar um trabalho e as crianças têm que trabalhar para ajudar na casa.

As mães negras trabalham como empregadas domésticas e também colocam suas filhas. Os patrões pagam até menos para crianças, mas isso não está certo e vai ficar difícil conseguir outro trabalho quando crescer.

## ANEXO Q – PRODUÇÃO INICIAL (TO10) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA

criança não deve trabalhar  
2 milhões de crianças e adolescentes  
de 5 a 17 anos trabalham.  
40 mil sofreram acidentes,  
isso é crime

**Não maltrate as crianças**

As crianças devem ser cuidadas muito bem. Não deve trabalhar, deve estudar. 40 mil sofreram acidentes e adoecimentos, muitas delas estão nas piores formas de trabalho infantil. As crianças estão vivendo um maltrato. Minha opinião é essa, isso é um crime.

## ANEXO R – PRODUÇÃO INICIAL (TO11) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA

Criança não trabalha

Mariinha trabalha toda a semana.  
 Eu já vi crianças trabalhando na rua.  
 40 mil sofreram acidentes.  
 Os que trabalham não estudam aí ficam  
 doentes e não vem para escola.  
 Eu pode até morrer 40 mil sofreram  
 acidente e 24.654 foram acidente.



### As crianças trabalham em todo canto

A história de Mariinha, a vendedora de doces no semáforo, o catador de latinha são exemplo de que o trabalho infantil está presente em todos os cantos. Nós sempre vemos crianças trabalhando por onde anda.

Existe mais de 2 milhões de crianças trabalhando e fica difícil chegar na escola com vontade de aprender, o trabalho deixa a criança cansada e não dá pra pensar em fazer as contas da lição de matemática. O trabalho infantil é um crime e para denunciar você pode procurar o Conselho Tutelar e também ligar para o número 100.

## ANEXO S – PRODUÇÃO INICIAL (TO12) E VERSÃO FINAL DIGITALIZADA

Crianças não deve trabalhar

Mais de dois milhões de criança  
trabalha duzentos e trinta e seis  
crianças trabalha em atividade perigosa  
eu acho que se você tem esse tipo de atividade  
denuncie os responsáveis com o conselho do trabalho  
se você se eles trabalhado, ela pode adoece  
atura um bueço ou quebra uma perna



### O trabalho infantil no meu lugar

No Brasil tem mais de 2 milhões de crianças e trabalhadoras e muitas estão no meu lugar. Aqui tem crianças que não vem para escola porque vai plantar batata, carregar banana e cuidar de boi.

Infelizmente, elas estudam pouco e não sabe ler e escrever. Os pais não estão nem ligando porque diz que é para trabalhar para não virar vagabundo, mas eles estão errados porque criança não tem idade para trabalhar. Espero que eles tenham consciência e mude de atitude. Criança na escola.